



III PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (2025 -2027)

III PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (2025 – 2027)

APROVADO PELA RESOLUÇÃO CAISAN/MDS Nº 11, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2025

REALIZAÇÃO:

Governo Federal

Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS
Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan
Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome – SECF/MDS

PLENO MINISTERIAL

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – Presidência

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS

Secretaria-Geral da Presidência da República

MÁRCIO COSTA MACÊDO

Casa Civil da Presidência da República

RUI COSTA DOS SANTOS

Ministério da Fazenda

FERNANDO HADDAD

Ministério do Planejamento e Orçamento

SIMONE NASSAR TEBET

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA

Ministério da Saúde

NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA

Ministério da Educação

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO

Ministério do Trabalho e Emprego

LUIZ MARINHO

Ministério da Pesca e Aquicultura

ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

MARIA OSMARINA MARINA DA S.VAZ DE LIMA

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS

Ministério das Mulheres

APARECIDA GONÇALVES

Ministério da Igualdade Racial

ANIELLE FRANCISCO DA SILVA

Ministério dos Povos Indígenas

SONIA BONE DE SOUSA SILVA SANTOS

Ministério das Relações Exteriores

MAURO LUIZ IECKER VIEIRA

Ministério das Cidades

JADER FONTENELLE BARBALHO FILHO

Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS

Ministério da Previdência Social

CARLOS ROBERTO LUPI

Ministério da Cultura

MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

ENRIQUE RICARDO LEWANDOWSKI

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

ESTHER DWECK

PLENO EXECUTIVO

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

VALÉRIA TORRES DO AMARAL BURITY
LILIAN DOS SANTOS RAHAL

Secretaria-Geral da Presidência da República

KELLI CRISTINE DE OLIVEIRA MAFORT
ANA MARIA CORREA CONEGUNDES

Casa Civil da Presidência da República

PEDRO HELENA PONTUAL MACHADO
DANIELLE CHALUB CORES

Ministério da Fazenda

GILSON BITTENCOURT
DAIANE RAMON DE ALCÂNTARA

Ministério do Planejamento e Orçamento

DANYEL IÓRIO DE LIMA
FÁBIO REGIS SPARREMBERGER

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

FERNANDA MACHIAVELI
MARINA GODOI DE LIMA

Ministério da Saúde

KELLY POLIANY DE SOUZA ALVES
JANNE RUTH NUNES NOGUEIRA

Ministério da Educação

FERNANDA MARA DE O.M.C.PACOBAYBA
KARINE SILVA DOS SANTOS

Ministério da Agricultura e Pecuária

PEDRO ALVES CORRÊA NETO
CARLOS GOULART

Ministério do Trabalho e Emprego

GILBERTO DE CARVALHO
IRACEMA FERREIRA DE MOURA

Ministério da Pesca e Aquicultura

TEREZA NELMA DA SILVA PORTO VIANA
KAROLINE AIRES FERREIRA VASCONCELOS

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

ÉDEL NAZARÉ SANTIAGO DE MORAES
DANIEL PETER BENIAMINO

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

JANINE MELLO DOS SANTOS
MARINA FARIAS REBELO

Ministério das Mulheres

FÁTIMA CLEIDE RODRIGUES
LORENA CARLA SOUZA DA SILVA

Ministério da Igualdade Racial

RACHEL BARROS DE OLIVEIRA
RAFAEL CENTENO DE REZENDE

Ministério dos Povos Indígenas

JECINALDO BARBOSA CABRAL
CRISTIANO MARIOTTO TUPAN

Ministério das Relações Exteriores

SAULO ARANTES CEOLIN
RAFAEL PORTO SANTIAGO

Ministério das Cidades
LUIZ PAULO DE OLIVEIRA
FRANCISCO JOSUÉ MEDEIROS DE FREITAS

Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
ALEXANDRE BASTOS PEIXOTO
WELLYNGTON SABDRELLY CALDAS FERREIRA

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
SÔNIA DA COSTA
FERNANDA GOMES RODRIGUES

Ministério da Previdência Social
RENATA MAGIOLI SANTOS
LUCIANO GARCIA LOURENÇÃO

Ministério da Cultura
MÁRCIA HELENA GONÇALVES
ROLLEMBERG
CAROLINA GONÇALVES DE FREITAS

Ministério da Justiça e Segurança Pública
SHEILA SANTANA DE CARVALHO
SEIMOUR PEREIRA DE SOUZA FILHO

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
YVES BASTOS ZAMBONI FILHO
REGINA LEMOS DE ANDRADE

SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome

VALÉRIA TORRES AMARAL BURITY
Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome – Secretária Executiva

ALEXANDRE ARBEX VALADARES
LUIZA TRABUCO
Diretores de Programa

ÉLCIO DE SOUZA MAGALHÃES
NATÁLIA GEBRIM DORIA
Coordenadores-Gerais

FERNANDO RABELLO PAES DE ANDRADE
LEONARDO RAUTA MARTINS
MARCELO GALIZA PEREIRA DE SOUZA
Gerentes de Projeto

SÉRGIO RICARDO ISCHIARA
Chefe de Gabinete

FÁBIO CAMPOS SFREDO
Coordenador de Projeto

AUDREI DOS SANTOS SOARES
Chefe de Projeto II

ANDRÉ YOKOWO DOS SANTOS
JENIFER QUEILA DE SANTANA
JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA JÚNIOR
Coordenadores
ALINE MURAS DE OLIVEIRA PINO
Assistente Social

CAMILA LINCHE GONÇALVES LIMA
Consultora

AMANDA DA SILVA BASTOS DE OLIVEIRA
LAURA SOLLÉRO DE PAULA
LILLIAN BENTO DE SOUZA
LORRAYNE TAVARES SOUZA
MARCOS ANTONIO V. FARIA
MARIA CLARA PAVÃO DA SILVA
RENATA BRAVIN DE ASSIS PINTO
Bolsistas

ANA BEATRIZ JESUS REIS E SILVA
Estagiária

BARBARA VIANA PASCOL CHAVES
ELAINE CHAVES MENDANHA
GIULIA CATELLI Q. TRINDADE SILVA
IVANETE OLIVEIRA DA SILVA
RONALDA MARIA FONTENELLE DE OLIVEIRA
TATIANA LANDIM
Apoio Administrativo

GESTÃO CONSEA 2023–2025
Conselheiros e Conselheiras da sociedade civil do Consea

ELISABETTA GIOCONDA I.G. RECINE
Titular e Presidenta do Consea

Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS
ANTÔNIO ADEVALDO D.D.COSTA – TITULAR

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB
MARIA ALÁIDES ALVES DE SOUSA – TITULAR
MARINALDA R.DA SILVA – SUPLENTE

Movimento de Pescadores e Pescadoras – MPP
MANOEL BUENO DOS SANTOS – TITULAR

Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA
LUCIMARA HENRIQUE – TITULAR
JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS- SUPLENTE

Rede Nacional Religiões Afro-brasileiras e Saúde – Renafro
SILVESTRE ANTONIO G.D SANTOS – TITULAR
ADNA SANTOS DE ARAÚJO – SUPLENTE

Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Tradicionais de Matriz Africana – FONSANPOTMA
EDSON AUGUSTO NOGUEIRA – TITULAR
ITANAJARA D.N.D.ALMEIDA- SUPLENTE

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais – Conaq
DÉBORA STEFANY E.DE OLIVEIRA – TITULAR
SANDRA PEREIRA BRAGA – SUPLENTE

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES – APOINME
ANTÔNIO RICARDO D. DA COSTA – TITULAR
ELISA URBANO RAMOS – SUPLENTE

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB
ELCIO S.DA S. MANCHINERI – TITULAR
MARCIELY AYAP TUPARI – SUPLENTE

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPINSUL
LINO CESAR CUNUMI PEREIRA – TITULAR
ANGELA INÁCIO BRAGA – SUPLENTE

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG
MARIA JOSÉ MORAIS COSTA – TITULAR
VÂNIA MARQUES PINTO – SUPLENTE

Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – CONTRAF
MARIA JOSANA DE L. OLIVEIRA – TITULAR
LAZARO DE SOUZA BENTO – SUPLENTE

Movimento de Pequenos Agricultores – MPA
ANDERSON AMARO S.D. SANTOS – TITULAR
LEILA SANTANA DA SILVA – SUPLENTE

Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA
NAIDISON DE Q. BAPTISTA – TITULAR
VALQUÍRIA ALVES SMITH LIMA – SUPLENTE

Agentes de Pastoral Negros – APN
EDGAR APARECIDO DE MOURA – TITULAR

Rede Amazônia Negra
ALDENILSON DA S.DE ABREU – SUPLENTE

Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede SSAN
FERNANDA BAIRROS – TITULAR
RENATA PIRES GOULART – SUPLENTE

Central Única dos Trabalhadores – CUT
CRISTIANA PAIVA GOMES – TITULAR

Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB
RUBENS GERMANO – SUPLENTE

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB
UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – TITULAR

Central Força Sindical Nacional
LUIZ DE BITTENCOURTE – SUPLENTE

Associação Brasileira de Nutrição – ASBRAN
VANILLE VALÉRIO B.P. CARDOSO – TITULAR
ÉLIDO BONOMO – SUPLENTE

Rede Evangélica Nacional de Ação Social – RENAS
DANIELA SANCHES FROZI – TITULAR
TÂNIA WUTZKI – SUPLENTE

Articulação Nacional de Agroecologia – ANA
FÁTIMA APARECIDA G.DE MOURA – TITULAR
EDUARDO AMARAL BORGES – SUPLENTE

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – ECOSOL
RODRIGO DOS SANTOS NANTES – TITULAR
FRANCISCA DA SILVA – SUPLENTE
União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES
FATIMA DE LIMA TORRES – TITULAR
ALINE PASDA – SUPLENTE

Cáritas Brasileira
CARLOS HUMBERTO CAMPOS – TITULAR

GIOVANNA DE OLIVEIRA KANAS – SUPLENTE

Ação da Cidadania
RODRIGO FERNANDES AFONSO – TITULAR
ANA PAULA SOUZA PINTO – SUPLENTE

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – FBSSAN
JULIANA PEREIRA CASEMIRO – TITULAR
TAINÁ PAIVA GODINHO – SUPLENTE
VANESSA SCHOTTZ RODRIGUES – TITULAR
REGINA DA SILVA MIRANDA – SUPLENTE
REGINA BARROS G.NOUEIRA – TITULAR
MARIA ZÊNIA TAVARES DA SILVA – SUPLENTE

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR
CARLOS A. CAVALCANTI – TITULAR

Ong Banco de Alimentos
BEATRIZ THOMAZ DE PAULA – SUPLENTE

Movimento Nacional das Populações em Situação de Rua – MNPR
DANIEL PAZ DOS SANTOS – TITULAR
EDISSON JOSE S.CAMPOS – SUPLENTE

Fórum Nacional da Reforma Urbana – MNRU
ADNAMAR MOTA DOS SANTOS – TITULAR
MARLI A. C. VERZEGNASSI – SUPLENTE
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC
LAÍS AMARAL – TITULAR

Rede Brasileira Infância e Consumo – Rebrinc
MARIA LÚCIA BARCIOTTE – SUPLENTE

Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul – ASUL
MELISSA POMEROY – TITULAR
MARINA BOLFARINE CAIXETA – SUPLENTE

Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO
INÊS RUGANI R. DE CASTRO – TITULAR
ALINE FERREIRA – SUPLENTE
ESPECIALISTAS
IRIO LUIZ CONTI – TITULAR
RENATA MENASCHE – SUPLENTE
ANA MARIA SEGALL CORRÊA – SUPLENTE

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos DIEESE
MILENA APARECIDA P.DO PRADO – TITULAR

Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH
JÔNIA RODRIGUES DE LIMA – TITULAR

Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas FIAN Brasil
MARIANA M.S.ROVERSI – TITULAR
NAYARA CÔRTEZ ROCHA – SUPLENTE

Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS
MÁRCIO MILAN – TITULAR

Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento – ABRACEN
JOSÉ LOURENÇO PECHTOLL – SUPLENTE

Instituto Maniva
MARIA TERESA CORÇÃO BRAGA – TITULAR
CECÍLIA CORÇÃO DE SALLES – SUPLENTE

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR
JACY BARRETO DE SOUZA – TITULAR

Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD
MARIA ODETE FALCÃO – SUPLENTE

Movimento de Mulheres Camponesas – MMC
SANDRA MARLI DA R.RODRIGUES – TITULAR
MARIA LUCIVANDA R. DA SILVA – SUPLENTE

Rede FALE
CAIO CÉSAR SOUSA MARÇAL – TITULAR

Associação Engaja Mundo
CAROLINA OLIVEIRA DIAS – TITULAR
CLARIANA M.DA SILVA PEIXOTO – SUPLENTE

Pastoral da Criança
NELSON ARNS NEUMANN – TITULAR
CAROLINE CAUS DALABONA – SUPLENTE

Instituto Alana
RENATO GODOY DE TOLEDO – TITULAR

Rede Internacional em Defesa do Direito de Alimentar – IBFAN
SÔNIA MARIA S. M.D. ALENCAR – SUPLENTE

Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil – FENACELBRA
JAQUELINE M DE ARAÚJO – TITULAR

Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – ABESO
MARIA EDNA DE MELO – SUPLENTE

GT PLANSAN

Ministério da Agricultura e Pecuária
KLEBER SOUZA DOS SANTOS

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
DANIEL PETER BENIAMINO

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ALEXANDRE TEIXEIRA

Ministério da Educação
DANIEL HENRIQUE BANDONI

Ministério da Igualdade Racial
BÁRBARA OLIVEIRA SOUZA
BÁRBARA GAMA DIAS REIS SILVA

Ministério da Saúde
GABRIELE CARVALHO DE FREITAS
KELLY POLIANY DE SOUZA ALVES

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
ADRIANA VEIGA ARANHA
ISLANDIA BEZERRA DA COSTA

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

ERICK BRIGANTE DEL PORTO
LEONARDO RAUTA MARTINS
LILIAN DOS SANTOS RAHAL
LUIZA TRABUCO
PATRÍCIA CHAVES GENTIL
RENATA BRAVIN DE ASSIS PINTO
VALÉRIA TORRE AMARAL BURITY

Ministério do Planejamento e Orçamento
DANYEL IORIO DE LIMA
FÁBIO SPARREMBERGER

Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
ANDERSON MIRANDA

Ministério dos Povos Indígenas
LEOSMAR TERENA

Secretaria-Geral da Presidência da República
JONAS DE OLIVEIRA BERTUCCI

Ministério de Pesca e Aquicultura
KAROLINE AIRES FERREIRA
VASCONCELOS

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
ELISABETTA RECINE
MARÍLIA LEÃO

COLABORAÇÃO DE CONTEÚDO DO III PLANSAN

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ISABEL SILVA
MARIA DA GRAÇA LOBO PEDROSA
PATRÍCIA FERNANDES NANTES CASTILHO
PATRÍCIA PINTO ARAÚJO

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANA PAULA DE R. PERETTI GIOMETTI

Casa Civil da Presidência da República
CAROLINA PEREIRA TOKARSKI
DANIELLE CHALUB
FABIANA MARTINS
RÍVIA BANDEIRA

Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PATRÍCIA TAVARES

Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
LUIZ HENRIQUE BAMBINI

Companhia Nacional de Abastecimento
DIRACY LACERDA
EDUARDO SAFONS SOARES
JULIANA TORRES
SILVIO PORTO

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
ELAINE PASQUIM
GISELLE GARCIA
MARCOS LOPES

Consultoria Jurídica do MDS – CONJUR/MDS
ADDA LUISA DE MELO SOUSA
MIKEL RICARDO DA SILVA

Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária
EDSON GUIDUCCI FILHO
FERNANDO DO AMARAL PEREIRA
OTAVIO VALENTIM BALSADI
WAGNER ALEXANDRE LUCENA

Fundação Nacional dos Povos Indígenas
LUCIA ALBERTA

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
MARÍLIA BOHNEM DE BARROS

Fundação Cultural Palmares
EDI FREITAS
NELSON LUIZ RIGAUD MENDES

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
KATIA TORRES RIBEIRO

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
GUSTAVO NORONHA SOUTO

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ALESSANDRA RODRIGUES LIMA
DEYVESSON ISRAEL ALVES GUSMÃO
DIANA DIANOVSKY
PEDRO GUSTAVO MORGADO CLEROT
MARINA DUQUE COUTINHO DE ABREU LACERDA

Ministério da Agricultura e Pecuária
CAMILA ALVES RODRIGUES
KLEBER SOUZA DOS SANTOS
ROSILENE FERREIRA SOUTO
SILVIA REGINA SILVA DE OLIVEIRA BENTO
TIAGO NUNES DE FREITAS DAHDAH

VALÉRIA BURMEISTER MARTINS
ZANDER NAVARRO

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
FERNANDA GOMES RODRIGUES
RICARDO PADILHA

Ministério da Cultura
CAROLINA GONÇALVES DE FREITAS
MÁRCIA HELENA GONÇALVES ROLLEMBERG
JOÃO PONTES
KARINA GAMA
SEBASTIÃO SOARES

Ministério da Fazenda
THIAGO LIMA

Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
FRANCINE FERNAN BEZERRA CAVALCANTI
GIULIA PEREIRA PATITUCCI
OLÍVIA CAROLINO PIRES

Ministério da Igualdade Racial
RACHEL BARROS
BÁRBARA GAMA DIAS REIS SILVA

Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
ALEXANDRE BASTOS PEIXOTO
EDUARDO CORREA TAVARES
JÚNIA CRISTINA RIBEIRO
LIDIANE NATALIE DE SOUZA
SIMONE LEITE DE NORONHA MARTINS
WELLYNGTON SANDRELLY CALDAS FERREIRA

Ministério da Pesca e Aquicultura
ALBERTO FURTADO MARTINS JUNIOR
CÉSAR DOS SANTOS
MARIANA CRISTINA MOURÃO VEIGA
MARINA PUZZILLI COMIN
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS

Ministério da Previdência Social
JULIA MARA DOS SANTOS
RENATA MAGIOLI SANTOS

Ministério da Saúde

ANA BEATRIZ DE J.R. SILVA
ANNA BEATRIZ SOUZA ANTUNESANA
CAROLINA LUCENA
ALINE DE PAIVA
CARLA RENATA DOS SANTOS MARQUES
CARLA CAROLINE SILVA DOS SANTOS
DEMES NUNES DA MOTA
DENISE PICCIRILLO BARBOSA DA VEIGA
ÉLIDA AMORIM VALENTIM
GABRIELE CARVALHO DE FREITAS
GEORGIA MARIA DE ALBUQUERQUE
JOSÉ EDUARDO OLIVEIRA
JANNE RUTH NUNES NOGUEIRA
KELLY POLIANY DE SOUZA ALVES
KAIO TAVARES RODRIGUES
LÚCIA HELENA ALMEIDA GRATÃO
MARIANA NATHALIA GOMES DE LIMA
MARIVALDA DO NASCIMENTO SOUZA
VALDEREZ MACHADO DE ARAGÃO

Ministério das Cidades

JOSUÉ MEDEIROS DE FREITAS

Ministério das Relações Exteriores

CECÍLIA MALAGUTI
LAURA BERDINE DELAMONICA
MARINA FALCÃO DIAS
PAOLA BARBIERI
PLÍNIO DE ASSIS PEREIRA
SAULO ARANTES CEOLIN

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

ALEXANDRA FILIPAKI
ALLAN RAZERA
ANTONIA GEANE COSTA BEZERRA
ARIANDENY FURTADO
CRISTINA BASTOS PEIXOTO
CRISTINA OLIVEIRA SILVA DE ALMEIDA
GISELE GOMES DA SILVA
GLEICIANE SILVA
ISLANDIA BEZERRA
IORRANA LISBOA CAMBOIM
JÂNIO OLIVEIRA COUTINHO
LUCIANA BUAINAIN JACOB
MARIA ALDETE FONSECA

MARINA GODOI DE LIMA
PATRÍCIA DE LUCENA MOURÃO
REGILANE FERNANDES DA SILVA
RODRIGO AFONSO GUIMARÃES
ROSELI ZERBINATO
TARCILA MARTINS PORTUGAL
VIETI PASSOS FREITAS
YNAIÁ MASSE BUENO

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

ALICE ISHIKAWA LARIÚ
ARTHUR SINIMBU
BRUNA BARRETO
BRUNA PITASI ARGUELHES
CAMILA CARNEIRO
CAMILLE MARQUES SAHAB
CARMEM PRISCILA
CLÁUDIA ROBERTA BOCCA SANTOS
CLÉO TAUIRA M. COSTA
ELIAS DE SOUSA
ELISÂNGELA SANCHES
FERNANDO S. C. CHAGAS
GISELE BORTOLINI
HELISSA DE O.MENDONÇA MOREIRA
JAQUELINE LISKOSKI LIMA
KARLA LISBOA RAMOS
KELLIANE FUSCALDI
LORRANA NASCIMENTO GRIMES
MARCELA IWANO
MARCELO SANTOS DE SOUZA
MÁRCIA MUCHAGATA
MARIANA FERREIRA MADRUGA
MILENA SERENINI
NATÁLIA ARAÚJO DE OLIVEIRA
PAULO AQUINO
PAULO PENHA DE LIMA
ROSEANE CUNHA
TALLYTA DE O. P. CARDOSO DRUMMOND
TEREZA CRISTINA SILVA COTTA
TUANNY KAREN RAMOS
VALÉRIA SOUZA MEDEIROS
WALTER EMURA
WESLEY SILVA CARVALHO
YARA DA SILVA FARIAS

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

CARLOS FREDERICO MOURA
ELENITA BRAGA
GABRIEL M. DOMINGUES
GABRIEL MENDES MAGLIANO
LUCAS GUIMARÃES GRISOLIA
VANESSA NEGRINI

Ministério do Planejamento e Orçamento

ESTELA ALVES DE MEDEIROS

Ministério do Trabalho e Emprego

ANA CAROLINA LUCENA
IRACEMA FERREIRA DE MOURA
MARIVALDA DO NASCIMENTO SOUZA

Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

MAIA AGUILERA FRANKLIN

Ministério dos Povos Indígenas

LINA APURINÃ

Secretaria Geral da Presidência da República

ANA MARIA CORREA CONEGUNDES

Consultores

FERNANDA CASTILHOS FRANÇA DE
VASCONCELLOS
POTIRA VIEGAS PREISS
RICARDO DA SILVA KAMINSKI

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ADA – Ação de Distribuição de Alimentos

AM+S – Plano Amazônia Mais Sustentável

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

APS – Atenção Primária à Saúde

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BLH-BR – Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BSF – Plano Brasil Sem Fome

CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CadInsan – Indicador municipalizado de risco à insegurança alimentar e nutricional grave

CadÚnico – Cadastro Único

Caisan – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CAR – Cadastro Ambiental Rural

Cemaden – Centro Nacional de Desastres Naturais

CNM – Confederação Nacional dos Municípios

Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

EAAB – Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil

Ebia – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

EqSAN – Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional

Estadic – Pesquisa de Informações Básicas Estaduais

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FormaSAN – Política de Formação Permanente do Sisan

G20 – Grupo dos Vinte

GPTE – Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHAC – Iniciativa Hospital Amigo da Criança

Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDHC – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MF – Ministério da Fazenda

MGI – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

MIDR – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

MIR – Ministério da Igualdade Racial

MINC – Ministério da Cultura

MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública

MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

MM – Ministério das Mulheres

MME – Ministério de Minas e Energia

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MPO – Ministério do Planejamento e Orçamento

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MPI – Ministério dos Povos Indígenas

MPS – Ministério da Previdência Social

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MS – Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Munic – Pesquisa de Informações Básicas Municipais

NBCAL – Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância

PGPMBio – Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador

PBF – Programa Bolsa Família

PCTs – Povos e Comunidades Tradicionais

Planab – Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato)

Planapo – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Plansab – Plano Nacional de Saneamento Básico

Plansan – Plano de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAAB – Política Nacional de Abastecimento Alimentar

PNADc – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNA-SUAS – Programa Nacional de Alimentação no Sistema Único de Assistência Social

PNATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

PPA – Plano Plurianual

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronara – Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos

PSE – Programa Saúde na Escola

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

Sisan – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Sisvan – Sistema Nacional de Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional

SG-PR – Secretaria Geral da Presidência da República

SM – Salário Mínimo

Suas – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TIs – Terras Indígenas

TRIA – Triagem para Risco à Insegurança Alimentar

TSEE – Tarifa Social de Energia Elétrica

ZARC – Programa Nacional de Zoneamento Agrícola e de Risco Climático

SUMÁRIO

NOTAS METODOLÓGICAS	14
---------------------------	----

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL	17
--	----

Anúncios Estratégicos do III Plansan	30
--	----

ANÚNCIOS, DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E INICIATIVAS DO III PLANSAN	32
--	----

ANÚNCIO 1.....	32
----------------	----

Desafios	32
----------------	----

Estratégia Intersetorial 1: Sisan vivo nos territórios.....	33
---	----

ANÚNCIO 2.....	39
----------------	----

Desafios	39
----------------	----

Estratégia Intersetorial 1: Plano Brasil Sem Fome.....	40
--	----

Estratégia Intersetorial 2: SAN na Amazônia.....	52
--	----

Estratégia Intersetorial 3: SAN no Nordeste.....	60
--	----

ANÚNCIO 3.....	62
----------------	----

Desafios	62
----------------	----

Estratégia Intersetorial 1: Garantia de acesso à terra, regularização fundiária para as populações rurais e urbanas	63
---	----

Estratégia Intersetorial 2: Água para quem mais precisa	64
---	----

ANÚNCIO 4	66
-----------------	----

Desafios	66
----------------	----

Estratégia Intersetorial 1: Plano Clima Adaptação.....	67
--	----

Estratégia Intersetorial 2: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.....	70
---	----

Estratégia Intersetorial 3: Plano Safra da Agricultura Familiar	79
---	----

Estratégia Intersetorial 4: Estratégia Intersetorial para Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos.....	82
--	----

ANÚNCIO 5	84
-----------------	----

Desafios.....	84
---------------	----

Estratégia Intersetorial 1: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato)	85
---	----

Estratégia Intersetorial 2: Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades (Alimenta Cidades).....	97
--	----

ANÚNCIO 6	99
-----------------	----

Desafios.....	99
---------------	----

Estratégia Intersetorial 1: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para combater todas as formas de má nutrição.....	101
---	-----

Estratégia Intersetorial 2: Estratégia de Prevenção à Obesidade para Brasileiras e Brasileiros.....	111
---	-----

ANÚNCIO 7	117
-----------------	-----

Desafios.....	117
---------------	-----

Estratégia Intersetorial 1: Agenda de Combate à Fome com foco em raça e gênero.....	119
---	-----

Estratégia Intersetorial 2: Programa Aquilomba Brasil	124
---	-----

Estratégia Intersetorial 3: SAN para Povos e Comunidades Tradicionais.....	129
--	-----

Estratégia Intersetorial 4: SAN para povos indígenas	134
--	-----

ANÚNCIO 8	144
-----------------	-----

Desafios.....	144
---------------	-----

Estratégia Intersetorial 1: Agenda Internacional de SAN	145
---	-----

ORIENTAÇÕES PROGRAMÁTICAS PARA O PPA 2028-2031.....	150
---	-----

GOVERNANÇA E MONITORAMENTO DO PLANSAN.....	152
--	-----

ANEXO - Correspondência com PPA 2024-2027 e Ação Orçamentária	153
---	-----

Código Programa PPA.....	153
--------------------------	-----

Código Ação Orçamentária	154
--------------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

O III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (III Plansan) é um marco crucial na reconstrução das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil, aguardado desde 2019. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a desmobilização da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) impediram a realização da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, deixando o país sem espaço de diálogo e de trabalho integrado para a elaboração do Plano.

A ausência de um plano, aliada ao desmonte de vários programas e ao retrocesso nos sistemas de proteção social, resultaram em aumento da pobreza e da fome, atingindo 33 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave em 2022.

Em resposta, o Governo Lula lançou, em 2023, o Plano Brasil Sem Fome, que retirou mais de 24 milhões de pessoas da situação de fome em menos de dois anos. E merece destaque a redução de 85% da insegurança alimentar severa, segundo a FAO.

Embora os avanços no combate à fome sejam extraordinários, persistem grandes desafios para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada. É necessário incentivar ainda mais a produção e o acesso aos alimentos, alcançando públicos que permanecem em situação de insegurança alimentar grave; garantir acesso permanente a alimentos saudáveis; promover a resiliência dos sistemas alimentares e a segurança alimentar nutricional em um novo regime climático, além de consolidar a governança da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), por meio do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

O III Plansan responde a esses desafios com anúncios estratégicos e cenários futuros desejados, que visam integrar ações do governo federal em estratégias intersetoriais para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O plano mobiliza toda a rede do Sisan, incluindo Caisans e Conseas nos níveis federal, estadual e municipal. Mais que um instrumento de planejamento, o III Plansan é um esforço concreto para materializar prioridades definidas pela 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada no final de 2023, após amplo debate realizado por milhares de pessoas em todo território nacional, que elegeu mais de 2.000 lideranças, delegados e delegadas de todo o país.

O fortalecimento das políticas públicas e a mobilização da sociedade civil tem melhorado a vida das pessoas e nos aproxima da retirada, ainda dentro deste 3º mandato do Presidente Lula, do país do Mapa da Fome. Com isso, cumpriríamos antecipadamente com as metas estabelecidas na Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, instituída sob a presidência brasileira do G20 e que já conta com 166 membros.

Assim, que esse Plano contribua para um Brasil mais justo e sustentável, garantindo a todos o acesso à alimentação adequada como direito.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS

Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome

GUIA PARA LEITURA

Este documento estrutura-se a partir de 5 seções: a primeira, é composta pelas notas metodológicas, na qual explicamos o processo de construção do plano; a segunda, pelo diagnóstico da situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no país, que toca nas questões de produção, abastecimento, acesso e disponibilidade de alimentos, assim como em outros determinantes da SAN no país; a terceira, traz o núcleo central do Plano com a apresentação dos anúncios, desafios, estratégias intersetoriais e as respectivas iniciativas, entregas, indicadores, metas físicas e vinculações com programas do Plano Plurianual (PPA 2024-2027) e Ações Orçamentárias. Para guiar o leitor, optamos por, nesta parte, escrever uma ementa explicativa para contextualizar os desafios, bem como delimitar o escopo das estratégias intersetoriais; na quarta seção, destacamos as orientações programáticas para o próximo PPA (2028-2031), ou seja, um esforço de indicar um conjunto de iniciativas que dialogam com as prioridades da 6ª CNSAN, não incorporadas ao plano e, em alguns casos, não previstas no atual PPA 2024-2027; a quinta seção, traz as orientações gerais sobre a governança e monitoramento do plano. Por fim, em anexo, apresentamos uma lista com a descrição dos códigos dos programas de governo do PPA 2024-2027 e das Ações Orçamentárias mencionadas na terceira parte do documento.

1. NOTAS METODOLÓGICAS

O Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) é o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Sua elaboração deve se dar em consonância com diretrizes contidas no Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, quais sejam:

I - promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

II - promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

IV - promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

V - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

VI - promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

VII - apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; e

VIII - monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Ao analisar a forma como os Planos de SAN anteriores foram construídos, verifica-se que o I Plansan (2012-2015) estruturou-se a partir das 8 diretrizes da PNSAN contidas no Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, incorporando elementos aportados pela 4ª CNSAN. O II Plansan (2016-2019), por sua vez, partiu de 9 grandes desafios, ou seja, eixos estratégicos sínteses das principais questões a serem enfrentadas à época, bem como do material extraído da 5ª CNSAN.

Em ambos os planos, identificaram-se desafios comuns, tais como: a concentração de terras e de renda; as desigualdades de raça e gênero no acesso à alimentação e da fome em alguns territórios e públicos; a repercussão de formas não sustentáveis de estruturação dos sistemas alimentares no direito humano à alimentação; e a urgência de fortalecer o Sisan para avançar na intersectorialidade como ferramenta para enfrentar a complexidade crescente destes desafios, o que requer a superação da cultura de “setorialismo” na administração pública e da fragilidade da cultura de direitos relacionada ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A ampliação da adesão de municípios ao Sistema também foi apontada como requisito indispensável para avançar na agenda de SAN.

O III Plano incorpora a experiência de planejamento obtida com os Planos I e II, sendo também tributário de consensos firmados nas diferentes Conferências de SAN realizadas no período, em especial a 6ª CNSAN, que é seu principal insumo. Além disso, o III Plansan incorpora, para além das diretrizes, preocupações com questões da atualidade, como mudanças climáticas e a garantia da segurança alimentar e nutricional na Amazônia, para povos indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais, além da agenda urbana no âmbito da San. O exame e a elaboração de estratégias intersectoriais específicas para tratar desses temas são fundamentais para a concretização do DHAA.

Do ponto de vista político, o III Plansan expressa o esforço de diferentes ministérios integrantes da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) em torno da pauta da SAN e sua

construção e abrangência demonstra a centralidade conferida ao tema em âmbito nacional e internacional pelo Governo Federal do Brasil. Do ponto de vista programático, o III Plansan se coaduna com os aprendizados e desafios supracitados, coincidindo com o esforço de reestruturação de políticas de SAN vivido no país, cujo resultado aponta para a retirada de 24 milhões de pessoas da situação de insegurança alimentar grave (fome) ao mesmo tempo que impõe o grande desafio de alcançar 8,7 milhões de pessoas que ainda se encontram nessa condição. Para enfrentar essa tarefa, a Caisan nacional instituiu um Grupo de Trabalho para a elaboração do Plano (GT Plansan), composto por 12 ministérios, a saber: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério da Agricultura e Pecuária; Ministério do Planejamento e Orçamento; Ministério da Igualdade Racial; Ministério dos Povos Indígenas; Ministério de Pesca e Aquicultura; Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Secretaria-Geral da Presidência da República, além do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) como convidado permanente. No âmbito deste GT foram realizadas quatro reuniões, a partir das quais definiu-se a estrutura e a metodologia de construção do Plano, conforme pode se ver abaixo:



Fonte: elaboração própria.

O III Plansan se estrutura a partir de duas dimensões inter-relacionadas: a dimensão estratégica, composta pelos *anúncios estratégicos*, *desafios* e *estratégias intersetoriais* e a **dimensão tática**, constituída por *iniciativas*, *entregas*, *indicadores*, *metas* e órgãos responsáveis. Vejamos a definição de cada um desses itens:

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Anúncios Estratégicos: cenário futuro que se espera alcançar ao final da execução do Plano, como resultado das estratégias intersetoriais, que expressam mudanças em relação aos problemas identificados no contexto atual.

Desafios: situações, problemas e questões críticas identificados na realidade atual que representam obstáculos à produção do cenário futuro desejado (Anúncio Estratégico)

Estratégias Intersetoriais: conjunto de ações (iniciativas) coordenadas que envolvem múltiplos setores e órgãos do governo. Tem como objetivo abordar os desafios de maneira integrada, promovendo a colaboração intersetorial para alcançar os anúncios estratégicos.

DIMENSÃO TÁTICA

Iniciativa: correspondem a programas, políticas ou ações que compõem a estratégia intersetorial. Uma mesma iniciativa pode ter mais de uma entrega.

Entrega: comunica bens ou serviços relevantes a serem entregues diretamente à sociedade para o alcance da iniciativa ao qual está vinculada.

Indicador: representa a forma como será avaliado o cumprimento da entrega.

Meta física: quando aplicável, expressa em número ou percentual o alcance do indicador informado.

Órgãos Responsáveis/Envolvidos: órgão/departamento específico encarregado de executar e coordenar a iniciativa e demais órgãos envolvidos no instrumento. Geralmente é responsável pela implementação e monitoramento das ações para garantir que as metas sejam alcançadas.

O Plano contém 8 (oito) anúncios estratégicos, ou seja, cenários futuros desejados, a serem alcançados após executadas as metas previstas em cada uma das estratégias intersetoriais contidas no Plano. Tais anúncios relacionam-se com as diretrizes da PNSAN, com as prioridades extraídas da 6ª CNSAN e com os principais elementos extraídos do diagnóstico apresentado na próxima seção.

No que se refere às estratégias intersetoriais, compreendidas enquanto conjunto de ações/iniciativas coordenadas que buscam fazer frente aos desafios elencados, sua presença no III Plansan se dá através de duas formas: a) por meio da criação de novas estratégias intersetoriais (Ex: SAN para povos indígenas; SAN para Povos e Comunidades Tradicionais), responsáveis por aglutinar ações/iniciativas que não estão presentes em outros planos já existentes; b) através do acionamento de estratégias intersetoriais preexistentes das quais extraímos ações/iniciativas que levam a alcançar o proposto nos anúncios (ex: Plano Brasil Sem Fome, Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Plano Safra da Agricultura Familiar, Plano ABC+, Aquilomba Brasil etc.). Nosso interesse ao trazer planos e estratégias já em execução por parte de diferentes órgãos para compor o III Plansan é o de otimizar e potencializar os esforços de diferentes ministérios no campo da segurança alimentar e nutricional, aprimorar a intersectorialidade das políticas de SAN e com isso entregar ações efetivas que levem à garantia do DHAA.

Toda metodologia, estrutura do Plano e cronograma de elaboração foram pactuados no âmbito do GT Plansan, assim como a minuta de Plano apresentada ao Consea, ao Pleno Executivo e ao Pleno Ministerial da Caisan. Foram decisões deste GT: a) elaboração de um diagnóstico da situação de Segurança Alimentar e Nutricional no País, tendo como principais subsídios os diferentes instrumentos de planejamento existentes no âmbito do governo federal e seus respectivos diagnósticos; b) realizar uma oficina para recolher subsídios para a construção da dimensão estratégica do Plano e a indicação de iniciativas/ações contidas na sua dimensão tática; c) promover reuniões multissetoriais com diferentes ministérios e órgãos de governo para compor as estratégias intersetoriais para cada um dos 8 anúncios a partir das ações aportadas por cada pasta.

O diagnóstico permitiu a organização da oficina em 8 grupos de trabalho, com os temas: Sisan; fome e acesso à renda; terra, território e água; sistemas alimentares e mudanças climáticas; abastecimento; alimentação adequada e saudável e má nutrição; SAN para população negra, comunidades quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais e povos indígenas; e DHAA em âmbito internacional – temas aderentes às diretrizes contidas no Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Nessa oficina, em um momento anterior aos trabalhos em grupo, foram apresentadas as linhas gerais do diagnóstico, sendo os participantes instados a colaborar no processo de reflexão. Divididos em grupos de trabalho, os 68 representantes dos 24 ministérios que compõem a Caisan e de outros órgãos de governo levantaram os *desafios*, construíram os *anúncios estratégicos* e indicaram iniciativas que poderiam compor as *estratégias intersetoriais* para o enfrentamento dos desafios listados.

O material derivado da oficina foi sistematizado e comparado com as prioridades da 6ª CNSAN e com o Plano Brasil Sem Fome. Ao longo de todo o processo, contamos também com a incidência e contribuições das Comissões Permanentes (outubro e novembro de 2024) e da mesa diretiva do Consea (janeiro de 2025). Todos esses insumos serviram de base para as reuniões multissetoriais, nas quais

novas iniciativas e estratégias intersetoriais foram identificadas e/ou qualificadas e prazos para a extração de metas foram pactuadas. Ao longo do processo, foram realizadas 28 reuniões de pactuação com diferentes órgãos de governo e com o Consea, reforçando a natureza intersetorial e participativa desse plano.

Por fim, os dados sobre a dimensão tática do III Plansan foram coletados junto aos órgãos responsáveis por programas e ações no campo da SAN, possibilitando a construção de uma minuta de plano apresentada ao Consea, ao Pleno Executivo e ao Pleno Ministerial da Caisan, sendo aprovado por esse último, em caráter de unanimidade, em 19 de fevereiro de 2025.

2. DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

A partir de 2003, o combate à fome ganhou prioridade na agenda do Estado brasileiro com o lançamento do programa Fome Zero. Datam daquele contexto programas que, nas décadas seguintes, se tornaram referências de políticas de enfrentamento à insegurança alimentar, como o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os dez anos que se seguiram, com efeitos acumulados de estratégias governamentais de combate à fome e redução das desigualdades, culminaram com o registro recorde de redução da insegurança alimentar grave no país (3,2% dos domicílios), em 2013, e com a saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO, em 2014.

No período subsequente, porém, marcado por uma descontinuidade institucional que afetou o funcionamento daquelas políticas, a incidência da fome voltou a aumentar no país: em 2018, 4,6% dos

domicílios, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares, do IBGE, estavam em insegurança alimentar grave; no primeiro trimestre de 2022, esse índice subiu para 15,5%, de acordo com o II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN), realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan), ainda sob a crise sanitária deflagrada pela pandemia da Covid-19.

Em 2023, o Brasil voltou a escrever uma página de esperança na história do combate à fome no país. Dos 33 milhões de pessoas em situação de fome captadas pelo II VIGISAN no início de 2022, o país chegou, segundo números da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNADc-IBGE) para o quarto trimestre de 2023¹, a um contingente de 8,7 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave. Trata-se de uma redução histórica, resultado de um trabalho intensivo de articulação institucional, reconstrução e fortalecimento de políticas públicas estagnadas ou interrompidas nos governos anteriores, e de novas medidas que conformam o Plano Brasil Sem Fome (BSF).

Os dados da PNADc 4º tri-2023 delineiam o panorama oficial da fome no país. A pesquisa mostrou que 72,4% dos domicílios do país estavam em situação de segurança alimentar e nutricional, mas que 4,1% deles – 3,2 milhões – viviam em insegurança alimentar grave. Proporcionalmente, a fome é mais acentuada no rural (com 5,5% dos domicílios em insegurança alimentar grave) que no urbano (com 3,9%). Mas, em números absolutos, a maior parte dos domicílios em situação de fome está nas cidades: dos 3,2 milhões de domicílios em insegurança alimentar grave, 84% estão nos espaços urbanos (37% em regiões metropolitanas e 47% em áreas urbanas não-metropolitanas). Entre as regiões, Norte e Nordeste apresentam os índices mais elevados de insegurança alimentar grave, com 7,7% e 6,2% de seus domicílios

¹ O II VIGISAN usou a versão da Ebia de 8 perguntas (1º bloco), ao passo que o IBGE aplicou a versão completa de 14 perguntas (1º e 2º blocos).

nessa condição, respectivamente. A territorialização da fome impõe um duplo desafio. Por um lado, do total de 3,2 milhões de domicílios em situação de fome, mais de 70% estão concentrados nas regiões Nordeste e Sudeste, um resultado que combina fatores relacionados à alta densidade demográfica das grandes cidades com a prevalência de insegurança alimentar. Por outro lado, a região Norte concentra os piores índices de insegurança grave no país: 11,8% no rural e 6,8% no urbano. Tais percentuais são mais altos que os registrados em todas as demais regiões, quer nas áreas rurais, quer nas urbanas, e assinalam a necessidade de formular estratégias específicas para o enfrentamento da fome no contexto amazônico.

Além da incidência territorial dos indicadores de segurança alimentar e nutricional, a PNADc 2023 permite conhecer o perfil socioeconômico dos domicílios vulneráveis à fome. Os dados apontam que a insegurança alimentar grave e o acesso desigual à alimentação estão fortemente relacionados à desigualdade de renda, já que a compra é a principal forma de acesso aos alimentos. Entre as famílias com renda domiciliar per capita inferior a ¼ de salário mínimo, a soma da insegurança alimentar *moderada e grave*² atinge 27,2% dos domicílios. Entre outras causas, tal resultado está associado à posição no mercado de trabalho dos(as) responsáveis pelo domicílio: em domicílios chefiados por trabalhadora(or) doméstica(o) e em domicílios chefiados por empregado(a) do setor privado sem carteira assinada, os índices de insegurança alimentar *grave* (6,1% e 5%, respectivamente) superam o índice médio de insegurança *grave* para os domicílios do país (4,1%).

O recorte de sexo e cor/raça também se mostra relevante na definição do perfil socioeconômico dos domicílios em situação de fome. Domicílios chefiados por mulheres pretas e pardas registram taxas de insegurança alimentar grave (6,2% e 6%, respectivamente) quase

2 Dados os limites da amostra da PNADc, é preciso agregar os graus moderado e grave de insegurança alimentar para o cruzamento com a variável “renda domiciliar per capita” a fim de manter a representatividade estatística do resultado

três vezes superiores à dos chefiados por homens brancos (2,6%). A desigualdade de renda e a maior participação relativa de mulheres e pessoas negras em ocupações mais instáveis e menos remuneradas – 3/5 das trabalhadoras(es) domésticas(os) são mulheres negras, a taxa de informalidade de trabalhadores negros (43%) é 10 p.p. maior que a dos brancos (33%) e as taxas de desocupação de mulheres (9,2%) e pessoas negras (8,6%) superam as dos homens (6%) e de pessoas brancas (5,9%)³ – acrescentam, à desigualdade de acesso à alimentação, o efeito das discriminações de gênero e raça.

Os dados da PNADc 2023 revelam por fim que crianças e adolescentes estão mais expostos à fome: 4,5% das crianças de 0 a 4 anos e 4,9% das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos moram em domicílios em insegurança alimentar grave. São os maiores percentuais entre as demais faixas etárias.

Em 2023 também foi publicada a terceira edição do caderno de estudos Diversidade no Cadastro Único, que apresenta dados sobre a identificação e o perfil socioeconômico de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE). Todas as edições da publicação apontaram que os Povos e Comunidades Tradicionais com marcação no CadÚnico estão em situação de maior vulnerabilidade social em comparação com outras famílias do Cadastro sem pertencimento étnico-racial.

Em vista da forte associação entre insuficiência de renda e insegurança alimentar, o país construiu nas últimas décadas um abrangente arcabouço de políticas de proteção à renda, seja por meio da previdência, seja por meio das transferências socioassistenciais. Atualmente, aposentadorias e pensões por morte, majoritariamente no valor de 1 salário-mínimo (SM), somam 31 milhões de benefícios emitidos (21 milhões para trabalhadores(as) urbanos(as) e 10 milhões para rurais). Entre benefícios socioassistenciais, a cobertura do

3 PNADc 4º trimestre de 2023.

Benefício da Prestação Continuada (BPC), também no valor de 1 SM, chegava, em setembro de 2024, a 6,1 milhão de pessoas (3,4 milhões de pessoas com deficiência e 2,7 milhões de idosos acima de 65 anos, em ambos os casos com renda domiciliar per capita abaixo de ¼ de SM). Um estudo do Ipea⁴ apontou que, somando Previdência e Assistência Social, a proteção à renda dos idosos acima de 65 anos cobriria 90% dessa população. O dado ajuda a explicar por que o índice de insegurança alimentar grave entre esse grupo na PNADc 2023 foi de 2,8%, o menor entre todas as demais faixas etárias⁵.

É importante acrescentar a esse panorama a retomada da política de valorização do salário mínimo⁶. O novo valor do salário mínimo para 2024 – R\$1.412 – representou uma alta de 6,9% em relação a 2023. Além de beneficiar os(as) trabalhadores(as), a política de valorização do salário mínimo também aumenta os rendimentos de aposentados(as), pensionistas e beneficiários(as) do BPC, funcionando, portanto, como uma instância de proteção à renda e à segurança alimentar e nutricional de amplos segmentos sociais.

Ainda no campo da garantia de renda, cumpre destacar o papel do Programa Bolsa Família (PBF) na promoção da SAN. Atualmente, 21 milhões de famílias por mês estão no PBF. Entre as modalidades de benefícios, vale destacar o Benefício da Primeira Infância (BPI), no valor de R\$150 por criança de 0 a 6 anos, que começou a ser pago em março de 2023: hoje, 9,3 milhões de crianças recebem o benefício. Além disso, 15,3 milhões de crianças e adolescentes (de 7 a 17 anos) recebem benefícios complementares de R\$50. Considerando todas as modalidades de benefícios, o valor médio recebido por família

gira em torno de R\$680. De acordo com o IBGE, o rendimento médio mensal domiciliar per capita aumentou 11,5% entre 2022 e 2023⁷. O crescimento foi mais forte entre os mais pobres: entre os 5% mais pobres, o aumento foi de 38,5%, em grande medida graças aos reajustes e benefícios adicionais do PBF.

Outras políticas têm promovido a ampliação da renda disponível das famílias para compra de alimentos. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que garante a oferta de refeições diárias a 40 milhões de estudantes das redes públicas de ensino, contribui decisivamente para aliviar as despesas familiares com alimentação, ampliando a margem de recursos para outras necessidades e provendo segurança alimentar e nutricional a crianças e adolescentes. O Auxílio-Gás, que atende a mais de 5 milhões de famílias com um benefício bimestral em torno de R\$102⁸, oferece uma ajuda financeira à aquisição de um insumo indispensável ao preparo de alimentos. A Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), por sua vez, concede descontos de até 65% na conta de luz a 17 milhões de famílias de baixa renda⁹. Tanto os beneficiários do Auxílio-Gás quanto da TSEE estão no CadÚnico. Ainda seria possível citar, entre programas que contribuem para a segurança alimentar e nutricional, o Programa Cisternas, que acumula 1,3 milhões tecnologias sociais de acesso à água instaladas desde seu início, aliando segurança hídrica e segurança alimentar, e o Programa Minha Casa, Minha Vida, que, desde sua criação, entregou 6 milhões de unidades habitacionais, aliviando em parte as despesas familiares com moradia.

Apesar dos impactos positivos desses programas, a pressão de outros gastos sobre o orçamento das famílias pobres, restringendo a renda disponível para a compra de alimentos, constitui uma das causas da persistência da insegurança alimentar. Ainda existem 1,3 milhões de

4 ANSILIERO, Graziela; CIFUENTES, Ricardo. Proteção social entre os idosos brasileiros: tendências e perspectivas pós-promulgação da Constituição Federal de 1988. TD 2760. Rio de Janeiro, abril de 2022.

5 Em 2023, tanto o BPC (+628 mil) quanto a Previdência rural (+1,14 milhões) tiveram expansão histórica do número de beneficiários.

6 Com a Lei no. 14.663, de 28 de agosto de 2023, o valor reajustado decorrerá da soma do índice de inflação do ano anterior com o índice de crescimento real do PIB dos dois anos anteriores.

7 IBGE. PNADc Anual 2023. Rendimento de todas as fontes.

8 Valor médio do benefício em junho de 2024.

9 Dado de setembro de 2024.

famílias¹⁰ que, mesmo com os benefícios do PBF, não ultrapassam a linha de pobreza de R\$218 *per capita* e estão, portanto, vulneráveis à insegurança alimentar. Os primeiros dados gerados a partir da Triagem para o Risco de Insegurança Alimentar (TRIA)¹¹, aplicada no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) desde novembro de 2023 em todo o país, reforçam tal constatação: entre as 4,5 milhões de famílias que já responderam a TRIA, 394 mil foram identificadas com risco de insegurança alimentar, das quais 250 mil recebiam benefícios do PBF¹².

Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2018, do IBGE, indicavam que, entre as famílias com renda até 2 SM, os gastos com habitação (39%), alimentação (22%) e transporte (9%) representam quase 70% das despesas totais. Nas áreas urbanas e regiões metropolitanas, que concentram maior número de domicílios em insegurança alimentar grave, o alto valor dos aluguéis, os deslocamentos longos e diários entre residência e local de trabalho e a pressão dos custos logísticos de distribuição sobre o preço dos alimentos agravam as dificuldades de acesso à alimentação.

Outras questões, como a preponderância da oferta de ultraprocessados em relação a alimentos *in natura* nos municípios de maior porte¹³ – a ocorrência dos chamados “desertos alimentares”, contextos geográficos em que o acesso a alimentos saudáveis é limitado – e a baixa densidade de estabelecimentos que vendem alimentos saudáveis em áreas onde o rendimento domiciliar é menor – como nas periferias –, acrescentam, ao problema do acesso à alimentação, o problema da qualidade do consumo alimentar.

¹⁰ Dados de setembro de 2024.

¹¹ A TRIA foi instituída por meio da Portaria nº 202, de 22 de fevereiro de 2023, sendo composta por duas perguntas derivadas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia). Os dados da TRIA são coletados nos sistemas da estratégia e-SUS APS (Prontuário Eletrônico do Cidadão – PEC, Coleta de Dados Simplificada – CDS e Aplicativos Android) ou sistemas próprios integrados.

¹² De acordo com os dados disponíveis para setembro de 2024.

¹³ Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Mapeamento dos desertos Alimentares do Brasil. Brasília, 2018.

O mapeamento de desertos e pântanos alimentares, realizado entre 2023 e 2024, mostrou que em torno de 25 milhões de pessoas residem em áreas de desertos alimentares: dessas, 6,7 milhões têm baixa renda ou estão em situação de pobreza (38% da população total do CadÚnico para essa faixa). O mesmo levantamento apontou, além disso, que cerca de 15 milhões de pessoas – 1,8 milhões em situação de pobreza ou baixa renda – residem nos chamados “pântanos alimentares”, localidades nos municípios em que há abundância de alimentos não saudáveis.

A POF 2018 mostrou ainda como o consumo de alimentos ultraprocessados – em regra, mais baratos – vinha crescendo entre famílias de menor renda: segundo os dados da POF, o aumento no consumo desses alimentos entre as famílias situadas no menor quintil de renda foi 3,54 p.p., ao passo que, entre as famílias no maior quintil, o consumo de ultraprocessados caiu 1,65 p.p.

A Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), realizada pelo Ministério da Saúde em todas as capitais, apontou que a proporção de adultos com obesidade aumentou de 11,8% (2006) para 24,3% (2023) – o que significa, nesse ano, que ¼ dos adultos das capitais do país estava com obesidade. Esses dados expõem outra preocupante dimensão da insegurança alimentar: a obesidade é fator de risco para diversas doenças crônicas não transmissíveis, muitas vezes associadas a padrões alimentares inadequados. Tanto o excesso de peso como a obesidade têm crescido mais rapidamente entre os jovens: a faixa de 35 a 44 anos apresenta a maior taxa de variação anual para excesso de peso e obesidade no período.

Por fim, os dados do Vigitel 2023 indicaram que apenas 32% da população das capitais consumiam frutas e hortaliças cinco ou mais dias por semana. Tal cenário corrobora um estudo recente¹⁴ que

¹⁴ BELIK, Walter (org.) Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições.

destaca como, no varejo, feiras e quitandas perderam espaço para grandes redes de supermercado, e como apenas dez alimentos (arroz, feijão, pão francês, carne bovina, frango, banana, leite, refrigerantes, cervejas e açúcar) respondem por 45% da dieta alimentar do país.

Diante desse cenário, o III Plansan deve priorizar ações voltadas à formação de hábitos alimentares adequados e saudáveis e à prevenção de todas as formas de má nutrição (desnutrição, sobrepeso, obesidade e carências de micronutrientes), com ênfase no incentivo ao consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados. Dentro desse objetivo, dois instrumentos recentes estabelecem diretrizes balizadoras para as políticas públicas no campo da qualidade nutricional: o Decreto nº 11.936, de 05 de março de 2024, que dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN) e a Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB) – Decreto 11.820, de 12 de dezembro de 2023 – que pautam a composição da cesta em alimentos *in natura* e minimamente processados, além de vedar a inclusão de ultraprocessados, e a nova Estratégia de Prevenção da Obesidade (2024-2034), que considera a obesidade um problema social e multideterminado e prevê uma abordagem intersetorial e interseccional para enfrentá-lo – ambos os instrumentos baseados nas orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira.

Como anteriormente pontuado, as desigualdades de renda estão relacionadas às desigualdades de acesso à alimentação. Estas, na ausência de ambientes alimentares saudáveis, acabam por condicionar e restringir as escolhas alimentares e produzir comportamentos alimentares suscetíveis à ocorrência de formas de má nutrição, sobretudo entre a população de menor renda. É importante ter em conta que alguns espaços sociais são estratégicos para a disseminação de hábitos alimentares saudáveis: as escolas,

por exemplo, na medida em que se constituem também como ambientes alimentares, desempenham papel essencial na promoção da saúde de crianças e adolescentes, razão pela qual, ainda em 2023, foram lançados, por meio do Decreto nº 11.821, de 12 de dezembro, os princípios, objetivos e diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.

De uma perspectiva mais ampla, porém, a oferta de alimentos depende da configuração dos sistemas alimentares que vai da produção e passa pelo abastecimento (distribuição), comercialização, consumo e aproveitamento biológico dos alimentos. Os desafios que se colocam hoje à construção de sistemas alimentares sustentáveis são diversos e urgentes. Entre eles, as mudanças climáticas, cujos efeitos têm se mostrado mais severos nos últimos anos, se impõem como preocupação de primeira ordem.

De acordo com o Centro Nacional de Desastres Naturais (Cemaden-MCTI), em 2023 o país registrou recorde de ocorrência de desastres hidrológicos (enchentes e transbordamento de rios). O Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, foi uma das regiões mais afetadas: em setembro daquele ano, o número de pessoas atingidas ultrapassou 400 mil. Em contrapartida, ainda segundo o Cemaden, também em 2023 foram registrados os índices de precipitação mais baixos dos últimos quarenta anos. Entre julho e setembro daquele ano, 1/3 dos municípios brasileiros (com 42 milhões de habitantes) apresentaram ao menos um mês de seca severa. Em outubro, 59 dos 62 municípios do Amazonas entraram em situação de emergência. O impacto se reflete em várias dimensões. A seca compromete a navegação de rios, inviabiliza atividades produtivas e de subsistência de pescadores e ribeirinhos, dificulta o abastecimento e socorro a povos indígenas e prejudica a qualidade da água.

Em 2024, o quadro de contrastes se repetiu. No Rio Grande do Sul, novamente castigado por fortes chuvas entre abril e maio, 418 municípios foram declarados em estado de calamidade ou

emergência. Segundo o Ipea¹⁵, 876,2 mil pessoas foram diretamente atingidas – 310,4 mil em situação de vulnerabilidade socioeconômica já antes das enchentes. Em agosto, por outro lado, o Cemaden advertia que 3.978 municípios enfrentavam a seca: destes, 201 em seca extrema. A maior e mais intensa seca dos últimos 70 anos teve uma característica específica e dramática: em vez de uma incidência regional, espalhou-se por quase todas as regiões do país. Ainda em setembro a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) declarou situação crítica de escassez hídrica no Rio Xingu.

A crise climática está profundamente associada à forma como produzimos, distribuimos e consumimos os alimentos e tem repercutido decisivamente sobre os sistemas alimentares, aprofundando a pobreza e as desigualdades, no campo e na cidade, ao concentrar seus efeitos sobre grupos mais vulnerabilizados, configurando racismo ambiental.

No campo, ela afeta a disponibilidade de áreas agricultáveis, tornando mais frequentes as quebras de safra. Segundo dados do Cemaden¹⁶, em agosto de 2024, 963 municípios tiveram mais de 80% da sua área produtiva comprometida pela estiagem. Minas Gerais (333 municípios) e São Paulo (275 municípios) concentraram os maiores números absolutos, mas as Regiões Norte e Centro-Oeste tiveram, respectivamente, 22% (99) e 33% (158) de todos os seus municípios com mais de 80% da área agrícola prejudicada pela seca em agosto de 2024. Também em decorrência da falta de chuvas, em agosto de 2024, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou 68,6 mil focos de queimadas em um contexto de seca prolongada em mais de mil municípios do país. O ciclo, entretanto, não é recente: Estudo do Ministério da Agricultura e Pecuária¹⁷, que recapitula as perdas

na agricultura brasileira entre 2000 e 2021, aponta que os eventos climáticos imprevistos são a principal causa das perdas de colheita e que a frequência desses eventos têm aumentado nos últimos anos. Um estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM)¹⁸ estimou que o país perdeu R\$287 bilhões de sua produção agrícola e pecuária entre 2013 e 2022 em virtude das secas e excesso de chuvas. Eventos climáticos extremos mais frequentes afetam a produção de alimentos e pressionam os sistemas alimentares a se adaptarem ou desenvolver estratégias de mitigação dos efeitos das mudanças do clima para garantir a segurança alimentar e nutricional.

Agricultores (as) familiares que tiram da terra sua subsistência direta e o excedente comercializável sofrem mais duramente os efeitos das mudanças do clima. Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), cujos modos de vida estão intrinsecamente associados aos ciclos climáticos, são dramaticamente atingidos. O país vem se empenhando nos últimos anos em construir planos nacionais e políticas públicas que respondam em diferentes níveis aos desafios interpostos pelas mudanças climáticas. Parte dessas iniciativas integram as ações emergenciais do BSF, mas devem ser incorporadas de forma estruturante ao III Plansan.

De um ponto de vista mais abrangente, o Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Plano ABC+) sobressai como agenda estratégica do setor agropecuário que dá continuidade à política de enfrentamento das mudanças do clima. Com o objetivo de promover a adaptação à mudança do clima e o controle das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) na agropecuária brasileira e o aumento da eficiência e da resiliência dos sistemas produtivos, o Plano ABC+ 2020-2030 estipula metas de mitigação da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) por meio de estratégias como a recuperação de pastagens degradadas, o tratamento de resíduos da produção animal e a

¹⁵ PEREIRA, Rafael H. et al. Uma estimativa da população atingida pelas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024. Nota Técnica no. 2 da Coordenação-geral de Ciências de Dados e de Tecnologia da Informação. Brasília, 2024.

¹⁶ NOTA TÉCNICA Nº 529/2024/SEI-CEMADEN.

¹⁷ MAPA. Histórico de perdas na agricultura brasileira 2000-2021. Brasília, 2022.

¹⁸ CNM. Prejuízos da agropecuária nos últimos 10 anos. Estudo técnico. Brasília, maio de 2023.

substituição de insumos sintético por bioinsumos, produtos de origem biológica (fungos, microrganismos, enzimas) usados em larga escala para controle de pragas e melhoria do solo. O Programa Nacional de Bioinsumos, criado em 2020, integra esse objetivo. Por fim, estimulando a adoção de sistemas, práticas e processos de produção sustentável e visando garantir a oferta de alimentos, o ABC + tem proporcionado uma transformação territorial positiva na agricultura do país e contribuído para que o Brasil afirme sua liderança na agenda da sustentabilidade. A perspectiva é que, a médio prazo, a totalidade da área de produção agropecuária brasileira seja composta por sistemas de produção sustentáveis.

Um conjunto de programas integra esse objetivo. O Programa Nacional de Conversão e Recuperação de Pastagens Degradadas e Florestas Sustentáveis busca promover práticas produtivas que reduzam o desmatamento, tendo por meta recuperar, em uma década, 40 milhões de hectares, por meio do mapeamento de áreas prioritárias para o desenvolvimento de cadeias produtivas atreladas à sociobioeconomias regionais. A essa iniciativa se soma o Plano Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), cujo escopo prevê a substituição de agrotóxicos altamente nocivos por bioinsumos e a exclusão, do mercado brasileiro, de agrotóxicos banidos em outros países. O Pronara, por sua vez, é parte do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) lançado em outubro de 2024. O Planapo congrega, entre outras ações, a oferta de linhas de crédito subsidiadas para projetos agroecológicos e de produção orgânica, a abertura de mercado (incluindo as compras públicas) aos produtos orgânicos e agroecológicos e a criação de incentivos financeiros que promovam a transição de sistemas convencionais para o sistema agroecológico.

Paralelamente, é importante destacar o aperfeiçoamento dos instrumentos de controle sanitário que perpassam a cadeia produtiva de alimentos, é essencial fiscalizar a produção agropecuária, monitorando o uso de insumos e assegurando a conformidade aos padrões nacionais e internacionais de segurança sanitária,

bem como atentando-se para a adequação desses instrumentos às especificidades de formas de produção e modos de vidas culturalmente diferenciados. Por fim, vale mencionar que o Plano Clima, cuja elaboração está a cargo de um comitê interministerial (criado pelo Decreto nº 11.550, de 05 de junho de 2023), será divulgado em 2025 contendo estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e metas de redução das emissões de dióxido de carbono.

Em favor da agricultura familiar foram adotadas iniciativas que conciliam aumento da renda, incentivo à produção e preservação ambiental. Recriado em 2023, o Bolsa Verde transfere trimestralmente R\$600 a famílias de Povos e Comunidades Tradicionais (ribeirinhos, extrativistas, indígenas e quilombolas, entre outros) residentes em Unidades de Conservação (Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais) ou assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária, com objetivo de apoiar a gestão sustentável dos territórios: até setembro de 2024, 40,6 mil famílias foram integradas ao programa. O Garantia-Safra, por sua vez, teve seu valor aumentado para R\$1.200 e atendeu a 683 mil agricultores familiares nos municípios que sofreram perda de safra pela seca em 2023. Já a Política de Garantia de Preços Mínimos para produtos da sociobiodiversidade (PGPMBio), que visa dar condições aos produtores extrativistas de seguir na sua atividade quando os preços de mercado ficam abaixo dos custos de produção, atendeu, em 2023, 14,8 mil extrativistas e adquiriu 16,9 mil toneladas em produtos como açaí, babaçu, buriti, piaçava e outros, contribuindo para evitar que a perda da renda pressionasse as famílias a recorrer ao desmatamento como solução econômica de curto prazo.

Tais políticas podem ser definidas como ações de SAN voltadas aos PCTs, aos povos indígenas, às comunidades quilombolas e aos agricultores familiares. Em alguma medida elas têm caráter estruturante na medida em que contribuem para estimular a produção das famílias, mas não podem prescindir de estratégias que assegurem o abastecimento alimentar desses grupos em situações críticas, nem de medidas estruturais que garantam a eles as condições fundamentais para a subsistência: acesso à terra e água.

No que concerne à provisão de SAN, sob a ótica do DHAA em situações de emergência, o instrumento empregado tem sido a Ação de Distribuição de Alimentos (ADA), que realiza a entrega de cestas de alimentos a populações em risco e a grupos populacionais específicos. Em 2024, mais de 1 milhão de cestas foram distribuídas, sendo 750 mil para Povos e Comunidades Tradicionais¹⁹.

As demandas por terra, historicamente obstruídas na sociedade brasileira, são atendidas por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que beneficia trabalhadores rurais sem-terra e minifundiários. Além disso, as políticas de demarcação das terras indígenas e territórios quilombolas garantem os direitos territoriais reconhecidos a esses grupos pela Constituição Federal. Avanços importantes foram obtidos no período recente: de janeiro de 2023 e junho de 2024, 60 mil famílias ingressaram no PNRA e 24,5 mil assentados(as) acessaram créditos de instalação, cujos valores, reajustados, viabilizam projetos produtivos voltados à segurança alimentar e nutricional. No mesmo período, o PNCF concedeu crédito para 2,2 mil famílias adquirirem terras. Além disso, entre 2023 e setembro de 2024, foram entregues 21 títulos de domínio a 19 comunidades quilombolas, abrangendo uma área de 120 mil hectares, e oito novas Terras Indígenas (TIs) foram homologadas. As TIs são as áreas mais preservadas do país: um estudo²⁰ aponta que, entre 1985 e 2023, elas perderam apenas 1% de sua vegetação nativa. As TIs, no entanto, seguem expostas aos efeitos das mudanças climáticas e à ocorrência de conflitos por terra. Em 2023, de acordo com relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), foram registrados 276 casos de invasões e exploração ilegal de recursos

19 Vale destacar duas grandes ações de distribuição de alimentos realizadas em contextos emergenciais críticos. A primeira voltada à Terra Indígena Yanomami, com a entrega de 112101,1 mil cestas de alimentos, e a segunda dirigida à população atingida pelas enchentes no Rio Grande do Sul, com a distribuição, até agosto de 2024, de 155 mil cestas de alimentos. 105,7 mil cestas (com 2,3 mil ton. de alimentos).

20 MAPBIOMAS. Coleção 9. Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil de 1985 a 2023. (2024).

naturais em 202 territórios indígenas em 22 estados²¹. E a seca de julho de 2024 atingiu 358 TIs na Amazônia (92% das TIs na região).

As políticas de acesso à terra, ao território e à água, estruturais para a segurança alimentar e nutricional de Povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e grupos mais vulnerabilizados da agricultura familiar, devem envolver não apenas a articulação com políticas e programas que garantam a permanência dos grupos e famílias na terra, mas, ainda, medidas de superação de conflitos fundiários e estratégias de gerenciamento hídrico que levem em conta as mudanças climáticas. Sob efeito dessas mudanças, as tecnologias sociais de acesso à água para consumo e produção, antes idealizadas para as condições do Semiárido, devem cada vez mais ser adaptadas a outros territórios.

A insegurança hídrica, por sua vez, está intrinsecamente relacionada à insegurança alimentar. A água é um recurso para a produção agrícola e para a criação animal, um bem de uso doméstico para o preparo de alimentos e é, ela própria, um alimento essencial. Mesmo com os bons resultados alcançados pelo Programa Cisternas em mais de 20 anos de atuação, o acesso à água, tanto para produção quanto para consumo, ainda é um desafio.

Em relação ao consumo, o Censo Demográfico 2022 aponta que, dos 72,5 milhões de domicílios do país, 87% estão ligados à rede de distribuição de água. Desses, 2,5 milhões estão ligados à rede de distribuição, mas, por problemas de abastecimento, tem outro meio principal de acesso à água: eles se somam a outros 10 milhões de domicílios não ligados à rede, compondo um contingente de 12,5 milhões de domicílios cujo abastecimento é feito de outra forma. No CadÚnico, das 40 milhões de famílias inscritas, ¾ estão ligadas à rede de distribuição. O Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) considera formas adequadas de acesso à água aquelas que se dão

21

CIMI. Violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados de 2023. Brasília, 2024.

por rede de distribuição, poço, nascente ou cisterna (caso de 1 milhão de famílias do CadÚnico), com canalização interna, sem interrupção no fornecimento: segundo o Censo 2022, do total de 72,5 milhões de domicílios, 68,6 milhões atendem a tais critérios²², um resultado que indica a existência de cerca de 4 milhões de domicílios que estariam em risco de insegurança hídrica e, por conseguinte, em risco de insegurança alimentar.

Quanto à água para produção, o *Atlas da Irrigação*, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)²³, indica que o Brasil tem 8,2 milhões de hectares de área irrigada²⁴ e estima que o potencial efetivo de médio prazo, considerando a disponibilidade hídrica, seria de 13,7 milhões de hectares irrigados (a metade dessa extensão estaria localizada no Centro-Oeste)²⁵. Apesar de essa dimensão representar uma pequena parcela da área agrícola total, outro relatório da ANA²⁶ informa que, do total de água retirada no Brasil em 2022, estimado em 64,2 trilhões de litros/ano, 50,5% foi usado para irrigação agrícola. O uso da irrigação na produção de alimentos está associado a ganhos de produtividade e, portanto, ao aumento da oferta: a produtividade do arroz é 3,7 vezes maior na área irrigada que na não irrigada, a do feijão é 2 vezes maior na área irrigada que na não irrigada²⁷. Entre as culturas, o arroz representa 16% da área irrigada e o café 5,5%, mas cerca de 45% dos 8,2 milhões de hectares irrigados do país são ocupados pela cana-de-açúcar. No Semiárido, onde a segurança produtiva é afetada pela escassez de água, a irrigação chega a apenas 10% dos estabelecimentos.

22 Sem considerar o critério da não interrupção do fornecimento, não captado pelo Censo.

23 ANA. Atlas da irrigação. Uso da água na agricultura irrigada. Brasília, 2021

24 Áreas de pastagens e lavouras no Brasil somam 223 milhões de hectares, segundo o Censo Agropecuário 2017.

25 A área adicional irrigável, considerando o potencial hídrico-físico total, seria de 55 milhões de hectares

26 ANA. Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil em 2023. Informe anual. Brasília, 2024.

27 ANA, 2021, p. 14.

As questões de produção evidenciam os desafios relacionados ao abastecimento alimentar, um dos eixos principais da SAN no país. Considerando dois alimentos bastante comuns na mesa dos brasileiros, arroz e feijão, percebe-se que, nos últimos vinte anos, a área plantada dessas culturas se reduziu quase à metade (de 3 milhões para 1,5 milhão de hectares para o arroz, de 4,4 para 2,6 milhões de hectares para o feijão). Os ganhos de produtividade no período atenuaram apenas parcialmente a queda da produção. A safra de arroz, que chegou em 2011 a mais de 13 milhões de toneladas, produziu, em 2023, 10,2 milhões de toneladas, uma queda de quase 22% no período. Já a quantidade produzida de feijão, em 2023, foi de 2,9 milhões de toneladas, 12% abaixo de 2003²⁸. O quadro, mesmo considerando as oscilações de safra, é de estagnação com viés de baixa, sobretudo ponderando que, no período, a população cresceu 16%. Para sustentar a oferta interna de alimentos, o país tem recorrido à importação.

Entre as razões para a redução da quantidade produzida desses dois alimentos, está a relativa perda de participação da agricultura familiar na oferta interna deles. A comparação entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 mostra que a participação da agricultura familiar na quantidade produzida caiu de 71% para 23%, no caso do feijão, e de 33% para 11%, no do arroz. Mesmo que a agricultura familiar tenha mantido seu patamar na produção animal e continue predominante nos produtos do extrativismo e das culturas regionais, é importante notar como, em anos anteriores, a falta de incentivos ao plantio desses produtos e a desestruturação de políticas públicas para o setor afetou a capacidade de oferta de alimentos básicos, com sérios impactos sobre seus preços. Simultaneamente, o período registrou expressiva expansão de culturas voltadas para exportação, como soja e cana-de-açúcar, produzidas por médios e grandes produtores. Esse crescimento, ao mesmo tempo que gera efeitos macroeconômicos importantes para o país, põe em evidência a necessidade de

28 Dados da série da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM-IBGE).

equilibrar a produção para o mercado externo com a garantia da segurança alimentar e nutricional interna e com o fortalecimento da produção de alimentos básicos. Esse equilíbrio é essencial para assegurar que o desenvolvimento econômico da agricultura brasileira contribua igualmente para a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento social.

A partir de 2023, porém, observam-se alguns avanços. Após anos de redução de área, houve uma recuperação do plantio de arroz e feijão na safra 2023/2024. De acordo com o relatório das *Perspectivas para a Agropecuária*²⁹, a expansão de área de arroz ficou em torno de 10,2%, com incremento de produtividade de 2,4%. A área semeada de feijão também teve expansão, motivada pela expectativa de melhor rentabilidade frente às culturas concorrentes, como soja e milho. Na safra 2024-2025, a tendência favorável foi confirmada pelas novas projeções: estima-se uma alta de 11,1% na área destinada ao arroz, com uma quantidade colhida de 12,1 milhões de toneladas. O feijão também deve apresentar aumento na área (1,2% em relação a 2023/2024).

Além disso, Pronaf e PAA têm retomado seu papel estruturante. No Plano-Safra 2023-24, o Pronaf realizou 1,7 milhão de operações de crédito (22% mais que em 2022-23). O Pronaf B, voltado a agricultores de baixa renda, que dificilmente acessariam crédito no mercado, realizou 948 mil operações (44% mais que em 2022-23), alcançando R\$6,5 bilhões em créditos (110% mais). Tal desempenho decorreu de mudanças nas regras da linha, como a ampliação do enquadramento da renda familiar anual para R\$40 mil e o aumento do limite de crédito para R\$10 mil. O Plano-Safra 2024-25 deu sequência aos avanços. Os juros do Pronaf caíram a 3% a.a. na linha de custeio para produção de alimentos (feijão, arroz, mandioca, leite, frutas e verduras) e a 2% a.a. na linha de custeio para produtos da sociobiodiversidade e produção

orgânica e agroecológica. O Pronaf B ampliou para R\$12 mil o limite de crédito e para R\$50 mil o enquadramento da renda familiar anual para o acesso do pequeno produtor ao crédito.

O PAA também se recompôs. A Lei 14.628/2023 aumentou para R\$15 mil o valor individual comercializado e o integrou com o Programa Cozinha Solidária, criado pela mesma Lei. Em 2024, foram pagos cerca de R\$800 milhões pelo PAA, valores destinados às famílias agricultoras fornecedoras de alimentos, e que foram aplicados na economia local de 3.171 municípios. Destaca-se a priorização de beneficiários do PAA, pois, entre os fornecedores do Programa, 77,9% estão no Cadastro Único; 62% são mulheres; 10% jovens; 9% assentados e assentadas; e 13% pertencentes a povos indígenas e povos comunidades tradicionais.

Outro ponto importante relativo ao abastecimento concerne à dinâmica demográfica, a concentração produtiva e ao distanciamento entre regiões produtoras e centros consumidores. Estudo do Ipea³⁰ aponta que municípios de até 20 mil habitantes, de 1980 até 2022, respondem por quase metade da área plantada e da quantidade produzida de arroz e feijão, mas, ao longo desse período, a dinâmica demográfica caminhou para a concentração: de 1980 a 2022, a proporção de população vivendo em cidades de mais de 100 mil habitantes foi de 43% para 57%, embora municípios com mais de 100 mil habitantes representem apenas 6% do total. Diante disso, o desafio com que o país se depara é pensar como as cidades grandes podem ser produtoras de alimentos e como dinamizar circuitos curtos de abastecimento que reduzam os custos econômicos e ambientais de logística, armazenamento e transporte.

O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, instituído pelo Decreto nº11.700, de 12 de setembro de 2023, e a Estratégia Alimenta Cidades, instituída pelo Decreto nº11.822, de 12 de dezembro de 2023, com o objetivo de ampliar a produção e acesso a alimentos

29 Disponível em: <https://www.conab.gov.br/institucional/publicacoes/perspectivas-para-a-agropecuaria>

30 IPEA. Política social: acompanhamento e análise, n. 30, cap. 6. Brasília, 2023.

saudáveis em favor de territórios periféricos urbanos e populações em situação de vulnerabilidade, apontam caminhos promissores nessa direção. A alta concentração de domicílios em insegurança alimentar grave em áreas urbanas e regiões metropolitanas reforça a necessidade de equacionar as dificuldades de abastecimento nas grandes cidades. Mais que isso: põe em evidência o papel estratégico de equipamentos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e outros) na provisão de alimentação a trabalhadores(s) urbanos(as) de baixa renda, à população de rua e outros públicos de maior ou menor vulnerabilidade.

Em sentido mais amplo, as novas (e antigas) questões que se apresentam ao abastecimento alimentar no país foram contempladas no Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato), aprovado pela Caisan e lançado em 16 de outubro de 2024. O Alimento no Prato propõe a criação de um sistema de abastecimento alimentar que garanta acesso da população a alimentos saudáveis (incluindo fluxos estratégicos para atender a populações vulnerabilizadas e responder a emergências climáticas), o incentivo à produção sustentável de alimentos (expandindo crédito e assistência técnica) e a adoção de instrumentos (estoques públicos e políticas de garantia de preços mínimos) capazes de estabilizar os preços de alimentos essenciais e da cesta básica em momentos de crise, dentre outras medidas.

Convém destacar que o preço dos alimentos é um componente determinante para o acesso a alimentação: se, de um lado, as políticas de garantia de renda e a sustentação de níveis altos de ocupação no mercado de trabalho são essenciais para ampliar a renda disponível das famílias para a compra de alimentos, de outro lado é necessário manter sob controle a inflação de alimentos, sob pena de comprometer, com a alta de preços, a capacidade aquisitiva das famílias. Essa capacidade aquisitiva é a resultante entre a renda disponível das famílias e o preço dos alimentos.

A reforma tributária aprovada em dezembro de 2024 pelo Congresso Nacional (PLP nº 68/2024) e cuja primeira regulamentação (LC nº 214) foi sancionada em janeiro de 2025 traz efeitos importantes para a proteção ao poder de compra das famílias em relação à alimentação. Além da isenção tributária para os alimentos incluídos na Cesta Básica, a nova lei estabelece um mecanismo de *cashback* que devolverá às famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita o equivalente a 20% do valor tributado nas despesas com internet, telefonia, gás, água, esgoto e energia elétrica, ampliando, portanto, a margem aquisitiva da população beneficiada. Por fim, a reforma prevê a incidência de um imposto seletivo sobre produtos considerados nocivos à saúde e ao meio-ambiente, a exemplo das bebidas açucaradas (como refrigerantes), o que deve gerar um desincentivo ao consumo desses produtos.

O país tem construído um conjunto de programas voltados às principais dimensões da segurança alimentar e nutricional (a garantia de renda, o acesso de populações vulnerabilizadas a alimentos, o estímulo à produção de alimentos saudáveis) e elaborado planos setoriais e intersetoriais que dialogam direta ou indiretamente com o tema – como o Plano Brasil Sem Fome e outros anteriormente citados. Contudo, esse repertório de políticas e de estratégias tem sido sucessivamente tensionado, seja sob o contexto de agravamento das mudanças climáticas, seja em virtude das disputas e dos limites normativos e orçamentários das próprias políticas, seja, ainda, em razão dos problemas de articulação desses esforços institucionais no nível concreto dos territórios. Muitos desafios permanecem: as desigualdades socioeconômicas ainda se refletem nas desigualdades de acesso à alimentação, um “núcleo duro” de famílias em insegurança alimentar grave segue sendo difícil de ser atingido pelas políticas e, nas grandes cidades, uma população de rua hoje estimada em 281,5 mil pessoas³¹ continua a representar uma

31 Número para 2022. NATALINO, M. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012–2022). NT 103. Brasília: IPEA, fevereiro de 2023.

dramática demanda por segurança alimentar e nutricional associada a outras vulnerabilidades sociais³².

O enfrentamento da insegurança alimentar hoje, em suas várias dimensões, assume uma complexidade que ultrapassa as iniciativas setoriais e impõe uma coordenação construtiva e sistêmica de ações. Os programas de garantia de renda e de acesso à alimentação seguem tendo papel fundamental sobretudo na redução emergencial da insegurança alimentar grave, mas a continuidade desse processo exige que as políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional convirjam para a construção de estratégias intersetoriais, para o que a consolidação do Sisan é condição fundamental.

No que diz respeito à intersectorialidade das ações, vale destacar, como passo inicial nessa direção, a Portaria Interministerial MDS/S nº 25/2023, que estabelece as orientações para priorização e organização da atenção às famílias em insegurança alimentar e nutricional no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sisan.

Em relação à retomada e estruturação do Sisan, os dois últimos anos trouxeram avanços significativos. Entre 2023 e 2024, 780 municípios aderiram ao sistema, chegando ao total de 1.403 adesões. Com a adesão, o município se compromete a instituir um conselho de segurança alimentar e nutricional e uma câmara intersetorial de segurança alimentar e nutricional e a elaborar um plano de segurança alimentar e nutricional. Tais contrapartidas são essenciais para tornar o Sisan um instrumento ativo de promoção do DHAA nos territórios.

Além disso, o Sisan continua avançando na produção de indicadores de insegurança alimentar no país. A retomada da aplicação da Escala

Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) nas pesquisas oficiais, agora anualmente – iniciando com a PNADc 2023 – foi o primeiro e decisivo passo na construção de um sistema de vigilância que permita mapear a incidência da fome nos territórios e grupos sociais vulnerabilizados e orientar a intervenção das políticas públicas. A inclusão de um suplemento de Segurança Alimentar e Nutricional na Pesquisa de Informações Básicas Municipais e Estaduais (Munic e Estadoc), do IBGE, em 2024, oferecerá um panorama mais abrangente das instâncias ativas, dos normativos vigentes, das ações e equipamentos públicos de SAN em funcionamento nos municípios brasileiros. No se refere à disseminação de informações, cabe destacar o painel Brasil Sem Fome e o painel Ebia: primeiro, voltado à divulgação dos dados dos principais programas e ações do Plano Brasil Sem Fome em âmbito nacional, por eixo e por Estados e Municípios; o segundo, criado para divulgar os dados de insegurança alimentar, captados na PNADc 2023 por estado, com indicadores por sexo e cor/raça das pessoas responsáveis pelos domicílios e por idade dos moradores.

Para um Sisan vivo nos territórios, a articulação entre suas diferentes instâncias e a vinculação de importantes instrumentos da Política de SAN ao Sistema (PAA, Política de Abastecimento Alimentar, Estratégia Alimenta Cidades, entre outros) estão sendo de fundamental importância. A articulação federativa foi retomada com a realização de 16 Ciclos de Diálogos com Caisans e Conseas estaduais e municipais, onde importantes temas para avanço do Sisan foram discutidos. A reestruturação da Caisan e o diálogo permanente com o Consea resultaram na produção de produtos do Sisan, fundamentais para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada: Plano Brasil Sem Fome, Plano Nacional de Abastecimento Alimentar; Estratégia Alimenta Cidades, Estratégia Nacional de Prevenção da Obesidade para Brasileiros e Brasileiras e a Estratégia de Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos. A formação de mais de 4000 pessoas nos cursos da Trilha de Formação dos Atores do Sisan (FormaSan) têm sido essenciais para o fortalecimento da atuação das instâncias estaduais e municipais do Sisan nos territórios.

32 Os números do CadÚnico mostram que dez capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis e Recife) concentram pouco mais da metade da população de rua inscrita. A cidade de São Paulo responde por ¼ de toda a população em situação de rua no CadÚnico

Algumas medidas, porém, se propõem como indispensáveis para a consolidação do Sisan: a criação de mecanismos de cofinanciamento das instâncias estaduais e municipais de gestão do sistema e dos programas a ele integrados, a regulamentação do sistema considerando seu caráter intersetorial e diversidade das múltiplas realidades nas diferentes regiões do país e a criação de mecanismo para pactuação de ações relativas à PNSAN e gestão do Sisan entre Governos Federal, Distrital, Estaduais e Municipais.

A retomada intensiva dos esforços de combate à fome a partir de 2023 tem feito o Brasil recuperar a posição de destaque nessa agenda em âmbito internacional. O protagonismo do país na construção dos compromissos da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, estabelecida como proposta da presidência brasileira do G20 (2023-2024), expressa a força dessa posição e, mais que isso, o reconhecimento de que as políticas públicas implementadas no Brasil que, no passado histórico recente, foram responsáveis por retirar milhões de pessoas da pobreza e da fome, podem servir de referência para disseminação de práticas bem-sucedidas noutros países. O elemento político central da Aliança, contudo, é a possibilidade de que outros países do mundo garantam que a agenda de combate à fome e à pobreza ganhe centralidade política.

Herdando experiências e aprendizados do percurso histórico do país no enfrentamento à fome e na promoção da segurança alimentar e nutricional, este III Plansan inaugura uma nova etapa nessa trajetória. O caminho até aqui mostrou que a superação da fome e a garantia da alimentação como direito precisam ser encaradas como tarefas contínuas, que se dedique a combater não apenas os efeitos, mas também os determinantes das diferentes formas de insegurança alimentar e nutricional, que não apenas se concentre nas irrupções críticas da fome, mas que considere a insegurança alimentar e nutricional como resultado complexo de diferentes processos socioeconômicos e ambientais que podem ser compreendidos e transformados. É nessa direção que aponta este III Plansan.



Anúncios Estratégicos do III Plansan	
Anúncio 1	SISAN FORTALECIDO COM FINANCIAMENTO, GOVERNANÇA PARTICIPATIVA E INTERSETORIAL EM TODAS AS ESFERAS DE GOVERNO
Estratégia Intersectorial	Sisan vivo nos territórios
Anúncio 2	BRASIL AVANÇA NA SUPERAÇÃO DA FOME COM AÇÕES EFETIVAS E CONTÍNUAS DE AMPLIAÇÃO DA RENDA E DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS GARANTINDO O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NOS TERRITÓRIOS
Estratégias Intersectoriais	Plano Brasil Sem Fome
	SAN na Amazônia
	SAN no Nordeste
Anúncio 3	ACESSO À TERRA, POSSE SEGURA E ACESSO REGULAR À ÁGUA EM QUALIDADE ADEQUADA E QUANTIDADE SUFICIENTE GARANTIDOS NO CAMPO E NA CIDADE
Estratégias Intersectoriais	Garantia de acesso à terra, regularização fundiária para as populações rurais e urbanas
	Água para quem mais precisa
Anúncio 4	SISTEMAS ALIMENTARES AMPLIAM SUA RESILIÊNCIA E REDUZEM A VULNERABILIDADE AOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, GARANTINDO ALIMENTOS SAUDÁVEIS PARA TODA POPULAÇÃO
Estratégias Intersectoriais	Plano Clima Adaptação
	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)
	Plano Safra da Agricultura Familiar
	Estratégia Intersectorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos
Anúncio 5	POPULAÇÃO BRASILEIRA PASSA A CONSUMIR MAIS ALIMENTOS SAUDÁVEIS E AGROECOLÓGICOS, PRODUZIDOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR, URBANA, PERIURBANA E PELOS POVOS INDÍGENAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS QUE AMPLIARAM SUA PARTICIPAÇÃO NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR DO PAÍS
Estratégias Intersectoriais	Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no prato)
	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades (Alimenta Cidades)

Anúncios Estratégicos do III Plansan	
Anúncio 6	BRASIL REDUZ TODAS AS FORMAS DE MÁ NUTRIÇÃO COM ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL PARA TODA POPULAÇÃO
Estratégias Intersectoriais	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para combater todas as formas de má nutrição
	Estratégia de prevenção à Obesidade para Brasileiras e Brasileiros
Anúncio 7	DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA GARANTIDO À POPULAÇÃO NEGRA, QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS COM ENFRENTAMENTO AO RACISMO, EQUIDADE DE GÊNERO, RESPEITO E VALORIZAÇÃO DE SEUS MODOS DE VIDA, TERRITÓRIOS E CULTURAS ALIMENTARES
Estratégias Intersectoriais	Agenda de Combate à Fome com foco em raça e gênero
	Programa Aquilomba Brasil
	SAN para Povos e Comunidades Tradicionais
	SAN para povos indígenas
Anúncio 8	BRASIL ADOTA O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA) COMO PRINCÍPIO ORIENTADOR DA ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE SAN
Estratégia Intersectorial	Agenda internacional de SAN

1. ANÚNCIOS, DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E INICIATIVAS DO III PLANSAN

ANÚNCIO 1	SISAN FORTALECIDO COM FINANCIAMENTO, GOVERNANÇA PARTICIPATIVA E INTERSETORIAL EM TODAS AS ESFERAS DE GOVERNO
Desafios	I. Aperfeiçoar o marco regulatório do Sisan com o objetivo de ampliar a capacidade de pactuação federativa e de adesões municipais ao sistema em todo o território nacional
	Desde 2023, o governo federal retomou a construção do Sisan, com a reabertura do Consea, a reestruturação da Caisan, o fortalecimento das políticas de SAN e dos processos de articulação federativa. Esse esforço coordenado resultou na ampliação expressiva do número de municípios aderidos ao Sisan e culminou na realização da 6ª CNSAN. No entanto, o sistema ainda enfrenta alguns obstáculos para que as ações e políticas de SAN ganhem maior enraizamento e efetividade no território do país. Seu marco regulatório precisa ser aprimorado no sentido de criar incentivos à adesão de municípios, dar solidez aos instrumentos de articulação intersetorial, de pactuação federativa e participação e controle social.
	II. Aperfeiçoar instrumentos de repasse de recursos federais tendo em vista a construção de uma regra de cofinanciamento federativo do Sisan, fortalecendo a gestão e o controle social
	O Sisan voltou a ser fortalecido, a partir de 2023, com a retomada de seus principais programas e instâncias de gestão e controle social. Restam, porém, alguns desafios para garantir o cofinanciamento federativo do sistema de forma eficiente e efetiva. Do ponto de vista da gestão, entraves e obstáculos burocráticos dos instrumentos de repasse acabam por comprometer a execução de programas setoriais que operam por convênios ou instrumentos similares, assim como para o cofinanciamento das instâncias do Sistema (Conseas, Caisans e Conferências nos três níveis). Tornar tais instrumentos adequados e funcionais às características institucionais do Sisan é condição indispensável à expansão e consolidação do sistema.
	III. Criar um marco legal que estabeleça e organize os instrumentos de monitoramento de indicadores de segurança alimentar e nutricional no âmbito do Sisan
	O governo federal retomou a aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) nas pesquisas domiciliares do IBGE com o objetivo de reconstruir uma série atualizada de indicadores de segurança alimentar e nutricional. Também em articulação com o IBGE, o governo, por meio do MDS, financiou a aplicação de um Suplemento de Segurança Alimentar na Pesquisa de Informações Básicas dos Municípios e dos Estados (Munic e Estadoc), com o objetivo de levantar as ações, instâncias e equipamentos públicos de SAN presentes nos municípios e estados brasileiros. No âmbito do MDS, outros instrumentos e indicadores têm sido desenvolvidos para oferecer um panorama da incidência da insegurança alimentar grave nos municípios do país. Essas iniciativas se somam ao esforço amplo do governo de recompor as bases de dados administrativos que formam o patrimônio estatístico das políticas públicas do país relacionadas ao combate à fome. No entanto, para articular essas variadas iniciativas em um sistema de vigilância capaz de gerar dados atualizados em diferentes níveis territoriais e para diferentes grupos sociais, com recorte para grupos mais vulnerabilizados ou específicos, é necessário instituir, no âmbito do Sisan, um marco legal de referência em monitoramento de segurança alimentar e nutricional.

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 1: Sisan vivo nos territórios

Esta estratégia visa unir iniciativas para fortalecer e consolidar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), ampliando sua capacidade e potência dentro dos territórios para enfrentamento dos diferentes desafios da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) na promoção e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como, para lidar com os riscos e contextos políticos diversos.

Estratégia Intersetorial 1: Sisan vivo nos territórios									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Responsável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
1.1	Adesão de municípios ao Sisan	Adesão de municípios ao Sisan ampliada	Número de municípios aderidos	2.000	2.500	3.000	MDS	5133	215I
1.2	Marco regulatório para fortalecimento do Sisan	Diretrizes para intersectorialidade, participação, controle social, monitoramento e normatização de serviços/ programas do Sisan elaboradas	Documento elaborado e publicado	1	-	-	MDS	5133	215I
		Critérios para participação e adesão das entidades privadas com e sem fins lucrativos no Sisan estabelecidos	Resolução publicada	1	-	-	MDS SG-PR		
		Proposta de instrumentos de operacionalização e de participação social do Sisan nos territórios elaborada	Proposta de instrumentos elaborada	1	-	-	MDS		

Estratégia Intersectorial 1: Sisan vivo nos territórios

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Responsável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
1.2	Marco regulatório para fortalecimento do Sisan	Mecanismo de prevenção, mitigação e gerenciamento de Conflito de Interesses de entidades privadas com ou sem fins lucrativos no Sisan elaborado	Mecanismo elaborado e publicado	1	-	-	MDS SG-PR	5133	215I
1.3	Mecanismos de participação e controle social do Sisan	Cursos de EAD sobre a Participação e Controle Social promovidos	Número de indivíduos formados	1.000	1.000	1.000	MDS	5133	2E24
		6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CNSAN+2 realizada	Encontro nacional realizado	-	1	-	Consea SG-PR	1149	216X
		7ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) realizada	Conferência realizada	-	-	1			
1.4	Pactuação e articulação federativa do Sisan	Mecanismos e estratégias de pactuação elaborados com representação da sociedade civil	Mecanismos e estratégias de pactuação elaborados	1	1	-	MDS	5133	215I
		Instâncias estaduais e municipais do Sisan capacitadas para promover a articulação de Planos de SAN com demais planos (ex. abastecimento alimentar, agroecologia, clima, dentre outros) nos territórios	Números de formações ofertadas	1	1	1	MDS MDA		

Estratégia Intersectorial 1: Sisan vivo nos territórios									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Responsável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
1.4	Pactuação e articulação federativa do Sisan	Encontros com Caisans estaduais realizados	Número de encontros realizados	6	6	6	MDS	5133	215I
1.5	Pesquisas sobre SAN e Sisan	Rede de Observatórios de SAN criada	Rede criada	-	-	1	MDS	5133	215I
			Evento da Rede realizado	-	-	1			
		Editais de apoio à pesquisa em SAN publicados	Número de editais publicados	2	2	2	MCTI	2304	20UP (000C)
		Eventos científicos sobre SAN e Sisan apoiados	Número de eventos apoiados	4	3	3			
		Pesquisa, extensão e desenvolvimento científico e tecnológico na área de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) fomentados, com o intuito de criar soluções inovadoras e inclusivas para a erradicação da fome e a mitigação das desigualdades, conforme previsto no Plano Juventude Negra Viva	Número de programas apoiados	1	-	-			
1.6	Política de Financiamento do Sisan	Mecanismo de repasse de recursos para estados e municípios pelo Sisan elaborado, incluindo desenho de mecanismos de financiamento da gestão, da participação social e programas de SAN	Projeto de Lei elaborado	1	-	-	MDS	5133	Ação não orçamentária

Estratégia Intersectorial 1: Sisan vivo nos territórios

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Responsável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
1.7	Política de Formação Permanente do Sisan (FormaSAN)	Política Nacional de Educação Permanente e Continuada do Sisan elaborada em consulta ao Consea Nacional e as instâncias estaduais do Sisan	Resolução publicada	-	1	-	MDS	5133	Ação não orçamentária
		Oficinas do Sisan realizadas em todas as regiões do país	Número de oficinas realizadas	5	-	-			2151
		Cursos de EAD da Trilha FormaSAN ofertados aos agentes do Sisan	Número de agentes formados	2.000	2.000	2.000			
		Ciclos de diálogos federativos do Sisan realizados	Número de ciclos realizados	6	6	6			
1.8	Protocolos Intersectoriais do Sisan	Protocolo de Resposta Integrada do Sisan em Situações de Desastres, Calamidade e Emergências implementado	Resolução do Protocolo publicada	1	-	-	MDS	5133	2151
			Manual Instrutivo do Protocolo publicado	1	-	-			
			Número de gestores municipais e membros de Conseas capacitados para a implementação do Protocolo	1.000	1.000	1.000			
		Protocolo de Compras Públicas da Agricultura Familiar implementado	Resolução do Protocolo publicada	1	-	-	MDS MDA MEC MGI		

Estratégia Intersectorial 1: Sisan vivo nos territórios

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Responsável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
1.8	Protocolos Intersectoriais do Sisan	Protocolo de Compras Públicas da Agricultura Familiar implementado	Plataforma unificada de informações das compras públicas da Agricultura Familiar	1	-	-	MDS MDA MEC MGI	5133	215I
			Número de ações de capacitação para a implementação do Protocolo	1	1	1			
1.9	Sistema Nacional de Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional	Diretrizes, fluxos e padrões para a coleta, sistematização e disseminação de dados e informações sobre a segurança alimentar e nutricional da população brasileira regulamentados	Decreto publicado	1	-	-	MDS	5133	215I
		Censo Sisan: Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional mapeados através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC-IBGE)	MUNIC-IBGE aplicada com relatório publicado	1	1	1			
		Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) aplicada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Ebia aplicada na PNADc com relatório publicado	1	1	1			

Estratégia Intersetorial 1: Sisan vivo nos territórios

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Responsável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
1.9	Sistema Nacional de Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional	CadInsan: Indicador municipalizado de risco à insegurança alimentar e nutricional grave gerado a partir de dados do Cadastro Único	Relatório CadInsan publicado	2	2	2	MDS	5133	2151
		Plataforma online composta de diversos painéis sobre a gestão do Sisan disponibilizada	Plataforma disponibilizada	-	1	-			
		Painel de informações da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar nos estados atualizado	Painel atualizado anualmente	1	1	1			
		Painel de informações dos municípios aderidos ao Sisan atualizado	Painel atualizado anualmente	1	1	1			
		Painel de governança do Sisan atualizado	Painel atualizado anualmente	1	1	1			

ANÚNCIO 2	BRASIL AVANÇA NA SUPERAÇÃO DA FOME COM AÇÕES EFETIVAS E CONTÍNUAS DE AMPLIAÇÃO DA RENDA E DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS GARANTINDO O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NOS TERRITÓRIOS
Desafios	I. Alcançar territórios e públicos mais afetados pela fome
	Os dados mais recentes sobre a segurança alimentar no Brasil apontam que, no 4º. trimestre de 2023, 4,1% dos domicílios brasileiros estavam em insegurança alimentar grave, o que correspondia a 3,2 milhões de lares, onde viviam 8,7 milhões de pessoas. A redução em relação ao último dado disponível, captado pelo II VIGISAN, da Rede Penssan nos primeiros quatro meses de 2022 – 33 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave –, ficou próxima a 24 milhões, um resultado histórico. No entanto, a trajetória do combate à fome no país tem mostrado que, quanto mais esta se reduz, mais difícil vai se tornando chegar aos domicílios onde a fome persiste, seja porque eles ficam em áreas remotas ou dispersas, seja porque estão em bolsões densamente povoados e de precária infraestrutura nas grandes cidades. Além disso, grupos sociais mais afetados pela fome, como indígenas, quilombolas, PCTs e pessoas em situação de rua, não são representados nas amostras das pesquisas domiciliares oficiais. Os limites técnicos e metodológicos do mapeamento de famílias em situação de insegurança alimentar grave e de atualização dos dados, além dos óbices operacionais que as políticas públicas encontram para atingir áreas de difícil acesso, acrescentam maior complexidade a esse desafio.
	II. Garantir à população em insegurança alimentar e nutricional acesso aos serviços e sistemas públicos de proteção e promoção social
	Os grupos populacionais mais vulnerabilizados pela insegurança alimentar e nutricional são aqueles que, em situação de pobreza, sem possibilidade de trabalhar, dependentes de cuidados ou submetidos a outros estados de carência ou necessidade, apresentam dificuldades ou não conseguem acessar os serviços públicos ou os programas de proteção social. Tais grupos correspondem ao “núcleo” mais persistente da fome, na medida em que o acesso aos alimentos, para os segmentos populacionais vulnerabilizados, passa pelo acesso aos sistemas públicos de garantia de direitos, aos direitos territoriais e às políticas sociais.
	III. Articular localmente sistemas públicos de proteção e promoção social e implantar protocolos de atendimento capazes de fazer frente ao aumento da demanda
	A garantia do direito humano à alimentação adequada depende da articulação de diferentes dimensões setoriais das políticas e sistemas de proteção e promoção social. No entanto, a criação de protocolos de encaminhamento entre os sistemas, baseados em compartilhamento de dados e na definição de fluxos territoriais, ainda segue sendo um desafio. Desastres climáticos, crises econômicas e outros eventos que possam acarretar repentino aumento da demanda por alimentos demandam a construção prévia de redes e estratégias articuladas de atendimento que possam servir de anteparo a uma escalada da fome.
	IV. Reduzir as desigualdades econômicas e proteger a renda disponível das famílias para a aquisição de alimentos

ANÚNCIO 2	BRASIL AVANÇA NA SUPERAÇÃO DA FOME COM AÇÕES EFETIVAS E CONTÍNUAS DE AMPLIAÇÃO DA RENDA E DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS GARANTINDO O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NOS TERRITÓRIOS
Desafios	De acordo com a PNADc anual de 2023, o grupo dos 1% mais ricos do Brasil tem rendimento médio mensal 39,2 vezes maior que os 40% com os menores rendimentos. Mesmo com a redução da pobreza – tendo por referência as linhas do Banco Mundial, em 2023, 8,6 milhões de pessoas deixaram a pobreza e 3,1 milhões de pessoas deixaram a extrema pobreza –, o Índice de Gini de todos os rendimentos ficou em 0,518 em 2023, o mesmo valor de 2022. No contexto recente, o Bolsa Família contribui para conter a desigualdade de renda: em 2023, 19% de todos os domicílios receberam PBF, e as regiões com maior presença absoluta e relativa do programa – Nordeste e Norte, respectivamente – apresentaram quedas mais expressivas da desigualdade: no Nordeste, em 2022, o grupo dos 10% mais ricos tinha um rendimento médio mensal domiciliar per capita 14,4 vezes maior que o dos 40% mais pobres, mas, em 2023, essa diferença caiu para 13,7; no Norte a razão entre o rendimento médio mensal domiciliar per capita dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres era de 13,5 em 2022, e caiu para 12,8 em 2023. Embora os benefícios do PBF sejam cruciais para aumentar a renda disponível das famílias para a compra de alimentos, eles têm efeito limitado sobre os processos socioeconômicos que reproduzem as desigualdades, e estes, por sua vez, corroem o poder aquisitivo dos mais pobres.

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 1: PLANO BRASIL SEM FOME

Essa estratégia agrupa algumas iniciativas contidas no Plano Brasil Sem Fome, voltadas para o mapeamento de famílias em territórios mais afetados pela fome e a sua inclusão em políticas públicas e mecanismos garantidores de renda, bem como para a mobilização para o combate à fome no âmbito do Sisan.

Estratégia Intersectorial 1: Plano Brasil Sem Fome									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.1	Protocolo Brasil Sem Fome	Protocolo de identificação, atendimento e acompanhamento às pessoas em risco de insegurança alimentar e nutricional, integrado às redes do SUS, Suas e Sisan implantado em municípios mais afetados pela fome	Número de municípios com apoio para implantação do Protocolo Brasil Sem Fome	250	250	-	MDS MS	5133	215I 20QH

Estratégia Intersectorial 1: Plano Brasil Sem Fome

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.2	Indicador municipalizado de risco à insegurança alimentar e nutricional grave (CadInsan)	Municípios brasileiros classificadas quanto a concentração de famílias em risco de insegurança alimentar e nutricional grave a partir de dados do Cadastro Único	Metodologia de cálculo publicada	1	-	-	MDS	5133	215I
2.3	Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA)	Risco de Insegurança Alimentar avaliado na Atenção Primária à Saúde do SUS em todos os municípios brasileiros	Número de domicílios com Risco de Insegurança Alimentar Avaliado - meta cumulativa	12 milhões	14 milhões	15 milhões	MS	5133	20QH
2.4	Busca Ativa e qualificação do Cadastro Único (CadÚnico)	Pessoas identificadas com risco de insegurança alimentar pela TRIA incluídas no CadÚnico	Percentual de pessoas com risco de INSAN incluídas no CadÚnico	70%	75%	80%	MDS	5129	6414
		Famílias de baixa renda do CadÚnico com cadastro atualizado	Taxa de atualização cadastral das famílias de baixa renda	84%	85%	85%			
		Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GTPE) do CadÚnico com cadastro atualizado	Taxa de atualização cadastral das famílias de baixa renda pertencentes a GTPE	90%	90%	90%			
2.5	Programa Bolsa Família (PBF)	Atendimento do PBF de acordo com a estimativa de pobreza/vulnerabilidade à pobreza (público PBF)	Percentual de cobertura do Programa (folha de pagamentos x estimativa de pobreza)	100%	100%	100%	MDS	5128	8442

Estratégia Intersectorial 1: Plano Brasil Sem Fome

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.5	Programa Bolsa Família (PBF)	Famílias com perfil de elegibilidade e dados cadastrais qualificados (pré-habilitados), identificadas em risco de insegurança alimentar identificada no Cadastro Único, incluídas no PBF	Percentual de famílias identificadas no Cadastro Único em risco de Insan, elegíveis ao PBF, com dados cadastrais qualificados (pré-habilitação) atendidas pelo Programa	100%	100%	100%	MDS	5128	8442
		Crianças e adolescentes de 4 a 17 anos acompanhados nas condicionalidades da educação	Taxa de acompanhamento das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos nas condicionalidades da educação	72,50%	75%	80%			
		Crianças de 0 a 7 anos incompletos e mulheres beneficiárias acompanhadas nas condicionalidades da saúde	Taxa de acompanhamento das crianças e mulheres nas condicionalidades de saúde	80%	81%	82%			
2.6	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Pessoas idosas com acesso ao BPC	Número de benefícios emitidos	2.900.807	3.016.839	3.137.513	MDS INSS	5131	00H5
		Pessoas com deficiência com acesso ao BPC	Número de benefícios emitidos	3.718.413	3.904.334	4.099.551			00IN

Estratégia Intersectorial 1: Plano Brasil Sem Fome

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.6	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Tempo médio de análise dos requerimentos do BPC e fila de espera do benefício reduzidos	Número de requerimentos de pessoas com deficiências analisados em até 90 dias	12.500	12.500	12.500	INSS	5131	2589
		Tempo médio de análise dos requerimentos do BPC e fila de espera do benefício reduzidos	Número de requerimentos de pessoas idosas analisados em até 45 dias	20.000	20.000	20.000			
2.7	Previdência Rural	Aposentadoria rural concedida a(o) trabalhador(a) que exerce atividade exclusivamente no campo, seja em atividade individual ou regime de economia familiar	Número de novos benefícios concedidos	365.000	365.000	365.000	INSS	2314	00SJ
2.8	Programa Luz para Todos	Novas unidades consumidoras com acesso à energia elétrica atendidas pelo Programa Luz Para Todos	Número de novas unidades consumidoras implantadas	137.173	189.570	253.422	MME	3101	CDE
2.9	Programa Tarifa Social de Energia	Famílias beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica	Número de unidades consumidoras elegíveis para receber o benefício da tarifa social de energia elétrica	17.406.706	18.335.204	19.263.702	MME	3101	CDE

Estratégia Intersetorial 1: Plano Brasil Sem Fome

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.10	Programa Minha Casa Minha Vida	Famílias com moradia financiadas e subsidiadas pelo programa	Unidades Habitacionais Contratadas	2 milhões até 31 de dezembro de 2026	2 milhões até 31 de dezembro de 2026	-	MCID	0504	00AF 00CW 00CX 00CY 00TI 0E64
2.11	Cashback para famílias de baixa renda	Pessoas físicas integrantes de famílias de baixa renda, cadastradas no CadÚnico, com devolução do tributo federal (CBS) de 100% para gás de cozinha, energia elétrica, água, esgoto, telefone e internet, e de pelo menos 20% para os demais produtos (exceto aqueles prejudiciais à saúde, como cigarro e bebida alcoólica)	Estimativa de famílias e pessoas destinatárias do Cashback	-	-	27,9 milhões de famílias (70,5 milhões de pessoas)	MF	2315	20Z6
2.12	Ação de Distribuição de Alimentos (ADA)	Cestas básicas que respeitem o DHAA distribuídas, em conformidade com o Decreto Presidencial 11.936/2024, para públicos e territórios mais afetados pela fome e em situações de emergência e calamidades	Quantidade de cestas de alimentos distribuídas	500.000	500.000	500.000	MDS	5133	2792

Estratégia Intersectorial 1: Plano Brasil Sem Fome

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.13	Proteção Social Básica pelo Sistema Único de Assistência Social	Equipes volantes vinculadas aos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) fortalecidas com cofinanciamento federal nos municípios	Número de Equipes Volantes cofinanciadas nos municípios	1.212	1.212	1.212	MDS	5131	219E
2.14	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)	Centros Pop com cofinanciamento federal mantido em 203 municípios	Número de Centros Pop cofinanciados em 203 municípios	228	228	228	MDS	5131	219E
2.15	Programa Nacional de Alimentação no Sistema Único de Assistência Social (PNA-SUAS)	Oferta de refeições para população em situação de rua regulamentada nos Equipamentos e Serviços do Suas	Ato normativo pactuado nas instância do Suas e publicado	Elaboração e Aprova- ção	Implemen- tação gra- dativa do programa e acompa- nhamento	Implemen- tação gra- dativa do programa e acompa- nhamento	MDS	5133	Ação Não Orçamentária
2.16	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Estudantes da educação básica diariamente beneficiados com oferta de refeições nas escolas	Percentual de estudantes matriculados beneficiados diariamente	100%	100%	100%	FNDE	5111	00PI

Estratégia Intersectorial 1: Plano Brasil Sem Fome

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.17	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Alimentos de origem da agricultura familiar adquiridos e distribuídos às unidades receptoras	Toneladas de alimentos distribuídos para entidades receptoras	140.000	150.000	160.000	MDS	5133	2798
		Unidades receptoras beneficiadas com distribuição de alimentos da agricultura familiar	Número de unidades receptoras apoiadas pelo PAA	8.400	8.500	8.600			
		Agricultores(as) familiares do CadÚnico com participação ampliada no fornecimento de alimentos para o PAA	Número de beneficiários fornecedores do PAA inscritos no CadÚnico	42.500	49.500	57.000			
2.18	Programa Cozinha Solidária	Refeições gratuitas e de qualidade fornecidas pelas cozinhas solidárias apoiadas pelo Programa	Número de refeições cofinanciadas	14 milhões	14 milhões	14 milhões	MDS	5133	8929
		Cozinhas solidárias apoiadas para fornecer refeições gratuitas e de qualidade	Número de cozinhas solidárias apoiadas	410	410	410			
		Cozinhas solidárias apoiadas com processo formativo para qualificação	Número de cozinhas qualificadas	200	400	600			
		Cozinhas solidárias habilitadas para receber alimentos do PAA	Número de cozinhas solidárias recebendo alimentos do PAA	920	950	1.000			2798

Estratégia Intersectorial 1: Plano Brasil Sem Fome

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.18	Programa Cozinha Solidária	Roteiro de inspeção específico para cozinhas solidárias baseado no risco, como forma de qualificá-las no quesito de segurança dos alimentos.	Percentual de execução das atividades para elaboração e implementação do roteiro de inspeção	30%	80%	100%	Anvisa MDS	5133	Ação Não orçamentária
2.19	Cozinhas-escolas	Cozinhas-escolas apoiadas para oferecer qualificação profissional, abrangendo formação técnica, profissionalizante e acadêmica	Número de cozinhas-escolas apoiadas	-	10	10	MDS	5133	8929
2.20	Brasil Sorridente	Unidades Odontológicas Móveis (UOM) implantadas com cofinanciamento pelo Ministério da Saúde	Número de (UOM) cofinanciadas	304	387	470	MS	5119	219A
		Serviços de Especialidades em Saúde Bucal (Sesb) implantadas com cofinanciamento pelo Ministério da Saúde	Número de Sesb cofinanciados	592	1.062	1.562			
		Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) implantados com cofinanciamento pelo Ministério da Saúde	Número de CEO cofinanciados	1.398	1.513	1.627			
		Equipes de Saúde Bucal (eSB) implantadas com cofinanciamento pelo Ministério da Saúde	Número de eSB cofinanciados	39.815	43.315	46.815			

Estratégia Intersectorial 1: Plano Brasil Sem Fome

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.20	Brasil Sorridente	Municípios com Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias implantados com cofinanciamento pelo Ministério da Saúde	Número de LRPD cofinanciados	4.515	4.969	5.422	MS	5119	219A
2.21	Consultório na Rua	Equipes de Consultório na Rua (eCR) implantadas com cofinanciamento do Ministério da Saúde	Número de eCR cofinanciadas	495	560	660	MS	5119	219A
2.22	Estratégia Saúde da Família (ESF)	Cobertura populacional estimada da Atenção Primária em Saúde ampliada	Percentual da cobertura populacional estimada da Atenção Primária à Saúde.	77%	84%	91%	MS	5119	219A
		Vagas nos programas de provimento médico da Atenção Primária à Saúde ocupadas	Número de vagas ocupadas	27.000	27.500	28.000			21BG
		Número de equipes de Saúde da Família (eSF) implantadas com cofinanciamento pelo Ministério da Saúde ampliado	Número de eSF cofinanciadas	62.214	67.580	72.946			219A
		Número de equipes de Atenção Primária (eAP) implantadas com cofinanciamento pelo Ministério da Saúde ampliado	Número de eAP cofinanciadas	7.239	7.339	7.389			

Estratégia Intersectorial 1: Plano Brasil Sem Fome

Iniciativa	Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
			2025	2026	2027			
2.22	Estratégia Saúde da Família (ESF)	Número de equipes de Saúde da Família Ribeirinha (eSFR) com cofinanciamento pelo Ministério da Saúde ampliado	341	391	441	MS	5119	219A
		Unidades Básicas de Saúde Fluvial (UBSF) implantadas com cofinanciamento pelo Ministério da Saúde	78	88	96			
		Número de equipes Multiprofissionais (eMulti) ampliado com cofinanciamento pelo Ministério da Saúde	6.636	7.963	9.555			
		Número de equipes de Atenção Primária Prisionais (eAPP) ampliado com cofinanciamento pelo Ministério da Saúde	520	580	647			
2.23	Plano Nacional de Cuidados	Diagnóstico da Organização Social dos Cuidados no Brasil publicado	-	1	-	MDS parceiro: Fiocruz	5501	21FQ

Estratégia Intersectorial 1: Plano Brasil Sem Fome

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.23	Plano Nacional de Cuidados	Observatório dos Cuidados criado com painel de indicadores disponibilizado, Núcleo de Inovação lançado, pesquisas premiadas e redes de pesquisadoras e de observatórios de cuidados instituídas	Número de Observatórios criados	-	1	-	MDS parceiros: MGI, MM e ENAP	5501	21FQ
		Mapa dos Cuidados criado e disponibilizado	Portal do mapa dos cuidados disponibilizado	-	1	-	MDS parceiros: MGI e ENAP		
2.24	Programa Acredita no Primeiro Passo	Pessoas inscritas no CadÚnico encaminhadas para cursos de qualificação profissional	Número de pessoas encaminhadas para cursos de qualificação	10.000	10.000	10.000	MDS	5127	20GG
		Pessoas inscritas no CadÚnico encaminhadas para vagas de emprego formal	Número de pessoas encaminhadas para vagas de emprego formal	40.000	40.000	40.000			
		Pessoas inscritas no CadÚnico com acesso a crédito para empreendedorismo e qualificação profissional	Número de pessoas realizando operações de microcrédito	50.000	200.000	420.000			
		Pessoas inscritas no CadÚnico com oferta de vagas para formação empreendedora	Número de vagas oferecidas em cursos de formação empreendedora	18.000	18.000	18.000			

Estratégia Intersectorial 1: Plano Brasil Sem Fome

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.25	Plataforma Brasil Sem Fome	Dados sobre execução dos programas do Brasil Sem Fome publicados anualmente em plataforma virtual	Número de atualizações realizadas	2	2	2	MDS	5133	215I
2.26	Plataforma de Iniciativas de Combate à Fome	Iniciativas de combate à fome da sociedade civil cadastradas a partir da Plataforma Brasil Participativo	Módulo da Plataforma em funcionamento	1	1	1	SG	1149	2E24

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 2: SAN NA AMAZÔNIA

Como exposto no diagnóstico do III Plansan, baseado nos dados da PNADc 2023, a região Norte concentra a maior proporção de domicílios em insegurança alimentar grave no país, com 11,8% no meio rural e 6,8% no meio urbano, percentuais superiores aos das demais regiões. Amazonas e Pará, em particular, respondem pelos maiores percentuais, com 8,5% e 9,1% dos domicílios afetados, respectivamente. Esses dados ressaltaram a necessidade de uma estratégia específica para o enfrentamento da fome no contexto amazônico. Diante disso, o III Plansan traz a estratégia SAN na Amazônia, que abarca programas e políticas públicas centrados na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), por meio de uma perspectiva transversal, adaptada às demandas específicas da Amazônia.

Estratégia Intersectorial 2: SAN na Amazônia									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.27	Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde)	Pagamentos trimestrais de R\$600,00 concedidos às famílias que vivem em áreas ambientalmente protegidas e territórios ocupados por Povos e Comunidades Tradicionais, como ribeirinhos e extrativistas, a fim de garantir o uso sustentável dos recursos naturais	Número de bolsas concedidas na Amazônia Legal - meta cumulativa	60.000	80.000	90.000	MMA	1189	20VP
2.28	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER Socioambiental)	Assistência técnica prestada com foco em atividades de base agroecológica e na elaboração e fortalecimento de instrumentos de gestão ambiental rural	Famílias que recebem ATER socioambiental na Amazônia (serão as mesmas 12 mil famílias por 3 anos)	12.000	12.000	12.000	MMA	1189	20VP

Estratégia Intersectorial 2: SAN na Amazônia

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.29	Amazônia na Escola	Escolas amazônicas com alimentos produzidos por povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais na alimentação escolar	Número de municípios com aquisição de alimentos produzidos por povos indígenas, quilombolas e PCT para a alimentação escolar	20	20	16	MDA MMA MDS FNDE parceiro: BNDES	5111 5636	Recursos do BNDES – Fundo Amazônia
2.30	Programa Cisternas na Amazônia	Tecnologias sociais de acesso à água instalados na Amazônia	Número de Tecnologias de acesso a água instalados	2.000	4.000	2.000	MDS MMA	5133	8948
2.31	Regularização Fundiária	Famílias beneficiadas com regularização fundiária na Amazônia	Número de títulos emitidos na Amazônia	4.200	4.200	4.200	Incra	5136	21GD
2.32	Programa Florestas Produtivas	Famílias amazônicas com acesso a assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada à recuperação de áreas degradadas para produção de alimentos saudáveis e de produtos da sociobiodiversidade	Famílias da Amazônia com acesso à crédito e ATER	880	800	5.000	MDA	1191	210X
		Bancos de Sementes implantados na Amazônia	Unidades implantadas na Amazônia	11	10	A definir			
		Unidades demonstrativas de Sistemas Agroflorestais implantados na Amazônia	Unidades implantadas na Amazônia	11	10	A definir			
		Viveiros comunitários implantados na Amazônia	Unidades implantadas na Amazônia	11	10	A definir			

Estratégia Intersectorial 2: SAN na Amazônia

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.33	Programa Povos da Pesca Artesanal	Pescadores e pescadoras artesanais com acesso à formação através de cursos e treinamentos	Número de pescadores e pescadoras artesanais formados em cursos e treinamento	20.000	20.000	20.000	MPA	5801	20Y1
2.34	Programa Florestas e Comunidades: Amazônia Viva	Projeto de sistema de informações e gestão de dados da Sociobiodiversidade implantado	Percentual de desenvolvimento do projeto	25%	50%	75%	Conab	5636	20Y7
2.35	Fomento à bioeconomia da Amazônia	Vagas de qualificação profissional com foco em bioeconomia dos biomas ofertadas à agricultores(as) familiares e Povos e Comunidades Tradicionais	Número de vagas em cursos de qualificação ofertadas na Amazônia	12.000	-	-	MEC parceiro: MDA	5112	21B4
2.36	Programa Quintais Produtivos das Mulheres Rurais	Quintais produtivos implantados na Amazônia	Número de quintais estruturados na Amazônia	400	400	400	MDA	1191	210W
2.37	Inclusão socioproductiva, transição agroecológica e promoção da sociobiodiversidade	Cadeias da sociobiodiversidade da Amazônia atendidas com ações de manejo florestal comunitário	Número de famílias de atendidas	2.000	2.000	2.000	MMA parceiros: ICMBio, SFB MDA	1189	Fundo Vale FNDT

Estratégia Intersectorial 2: SAN na Amazônia

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.37	Inclusão socioprodutiva, transição agroecológica e promoção da sociobiodiversidade	Organizações de povos indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais, agricultores familiares e extrativistas da Amazônia apoiadas com projetos	Número de organizações apoiadas	220	aumentar 10%	aumentar 10%	MDA	1191	21GB
		Produtores(as) da sociobiodiversidade dos estados do Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão apoiados para inserção em arranjos comerciais justos e acesso a mercados privados	Número de produtores(as) atendidos(as)	4.000	4.000	4.000	MDA MPA		GIZ
2.38	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	Crédito ampliado para produtos da sociobiodiversidade nos estados do Acre, Amazonas e Pará	Número de contratos firmados voltados a produtos da sociobiodiversidade nos estados do Acre, Amazonas e Pará	100	200	300	MDA parceiro: MPA	1191	0281
2.39	Rotas da Integração Nacional (cadeias da sociobiodiversidade)	Cadeias produtivas reestruturadas	Número de pólos criados ou reestruturado	5	5	5	MIDR	2317	214S

Estratégia Intersectorial 2: SAN na Amazônia

Iniciativa	Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
			2025	2026	2027			
2.40	Plano Amazônia mais Sustentável (AM+S)	Áreas (em hectares) de produção da Amazônia rastreadas, livre de desmatamento ilegal e com práticas produtivas sustentáveis implementadas	3.000	3.000	2.000	MAPA	1144	215A
		Tecnologias agrícolas inovadoras e sustentáveis introduzidas e disseminadas no território do Xingu, no Pará	200	200	200			
		Sistemas integrados de produção e manejo sustentável implementados no território Madeira Mamoré, em Rondônia	40.000	60.000	50.000			
		Agricultores e produtores rurais capacitados para a adoção de práticas produtivas inovadoras e sustentáveis na Amazônia	300	300	300			
2.41	Política Nacional Cultura Viva e Política Nacional Aldir Blanc	Pontos de cultura voltados à valorização de saberes tradicionais e a cultura alimentar fomentados na Amazônia	200	400	600	MINC	5125	20ZF

Estratégia Intersectorial 2: SAN na Amazônia

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.42	Projeto Marajó Sem Fome	Municípios do Arquipélago do Marajó com o Protocolo Brasil Sem Fome implementado	Número de municípios apoiados para a implantação do protocolo	17	17	-	MDS MS	5133	215I 20QH
2.43	Programa Cidadania Marajó	População marajoara com acesso à serviços de Ouvidoria Itinerante, realizada em conjunto com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará	Número mínimo de Ouvidorias Itinerantes realizadas por ano em municípios marajoaras - <i>metas não cumulativas</i>	2	2	2	MDHC	5837	21G5
		Projeto "Marajó 360°" implementado com a realização de mutirões para garantir acesso ao registro civil e documentação básica	Número de municípios marajoaras atendidos pelos mutirões para documentação civil básica - <i>metas não cumulativas</i>	10	4	4			
2.44	Compras públicas de alimentos	Oficinas de sensibilização para lideranças ampliarem a comercialização de produtos da sociobiodiversidade realizadas via compras públicas (PAA e PNAE) no Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão	Número de oficinas realizadas	4	4	-	MDA parceiros: Conab, FNDE e ICMBio	5636 1191 5136	210X 21B6 Projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor/MDA /GIZ

Estratégia Intersectorial 2: SAN na Amazônia

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.45	Desenvolve Amazônia	Oficinas do Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional (Bioregio) realizadas	Número de oficinas realizadas	3	4	4	MIDR	2317	214S 00SX
2.46	Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana	Sisteminhas de agricultura urbana e periurbana implantados na Amazônia	Número de sisteminhas implantados na Amazônia	20	20	20	MDS	5133	8458
2.47	Rede Urbana de Alimentação Saudável	Cidades Amazônicas com rotas de implementação de agenda alimentar urbana apoiadas	Número cidades amazônicas apoiadas pelo Alimenta Cidades	4	6	9	MDS	5133	2784
2.48	Programa Cozinha Solidária	Cozinhas solidárias apoiadas na Amazônia	Número de cozinhas apoiadas na Amazônia	5	5	5	MDS	5133	8929
2.49	Aquicultura Familiar Sustentável	Projetos de aquicultura familiar implantados na Amazônia	Número de projetos implantados	10	10	10	MPA	5801	20Y0
2.50	Projeto Florestas + Amazônia - Modalidade Comunidades	40 projetos de Gestão Territorial e Ambiental de territórios tradicionais	Número de povos, comunidades ou territórios tradicionais atendidos pelos Projetos	-	60	-	MMA	1189	20VP (02)

Estratégia Intersectorial 2: SAN na Amazônia

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.51	Restauração produtiva e ecológica de territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais em unidades de conservação na Amazônia	Sistemas Agroflorestais implantados em unidades de conservação da Amazônia	Número de famílias de atendidas	100	100	50	MMA parceiros: ICMBio e MDA	1189	GEF

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 3: SAN NO NORDESTE

Como exposto no diagnóstico do III Plansan, baseado nos dados da PNADc 2023, a região Nordeste concentra o maior número absoluto de domicílios em insegurança alimentar grave no país, com 1,29 milhão de domicílios, o que representa 40,3% dos domicílios nessa condição no Brasil. Por outro lado, a região possui a maior proporção de estabelecimentos de agricultura familiar do país (47%), segmento estratégico para a produção e o abastecimento alimentar. Diante disso, o III Plansan traz a presente estratégia, em parceria com o Consórcio Nordeste, para promover segurança alimentar e nutricional na região a partir do fortalecimento das instâncias de governança territorial. As ações previstas buscam garantir a articulação e a efetividade das políticas públicas nos territórios, de modo a reduzir a insegurança alimentar grave e ampliar a produção e o consumo de alimentos saudáveis pela população nordestina.

Estratégia Intersectorial 2: San no Nordeste									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.52	Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis (PAS NORDESTE)	Rede Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) instituída	Rede constituída e ativa	31	50	41	MDA Consórcio Nordeste	1191	21B6
			Número de técnicos atuando nas redes territoriais	620	1.000	820			
		Plano Territorial de abastecimento alimentar	Plano elaborado	31	50	41		5636	21B9
		Plano Safra Territorial	Plano Elaborado	31	50	41		1191	0281
		Plano Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional	Plano elaborado	31	50	41		5133	2151

Estratégia Intersectorial 2: San no Nordeste

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
2.52	Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis (PAS NORDESTE)	Programa de Participação Social com Educação Popular nos Territórios	Territórios atendidos	67	81	122	SG-PR Consórcio Nordeste	1149	2E24
		Projetos Produtivos Indutores (Quintais Produtivos)	Número de Projetos implantados	3.100	5.000	4.100	MDA Consórcio Nordeste	1191 5136	210W 210X
		Feiras Permanentes da Agricultura Familiar	Número de Feiras instaladas	500	650	850	CONAB Consórcio Nordeste	5636	21B9
		Pactuação de metas regionais dos programas do III Plansan e de apoio aos projetos indutores	Pactuação anual	1	1	1	Caisan	5133	215I
		Capacitação de gestores, agentes de ATER, agentes de organizações sociais sobre planejamento e execução do PAA	Número de entes federativos e organizações sociais com membros capacitados	1.000	1.300	1.400	MDS Consórcio Nordeste		2798
		Estratégia Alimentar Cidades	Municípios apoiados	-	13	13	MDS		2784
		Programa Cisternas - tecnologias sociais de água para produção (Semiárido)	Tecnologias implementadas	2.000	5.000	5.000	MDS Estados Soc. Civil		8948

ANÚNCIO 3	ACESSO À TERRA, POSSE SEGURA E ACESSO REGULAR À ÁGUA EM QUALIDADE ADEQUADA E QUANTIDADE SUFICIENTE GARANTIDOS NO CAMPO E NA CIDADE
Desafios	I. Fortalecer as políticas de acesso à terra e de regularização fundiária
	As políticas de acesso à terra e as de regularização fundiária são fundamentais para a garantia da segurança alimentar e nutricional não só daqueles que vivem da agricultura familiar, como também dos que consomem alimentos produzidos por ela. As ações governamentais relacionadas ao acesso à terra estão agrupadas no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que conta com o recém-criado Programa Terra da Gente, e no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Atualmente, são 9845 assentamentos da reforma agrária no país, onde vivem pouco mais de 1 milhão de famílias (INCRA, 2025). O CadÚnico registrava, em dezembro de 2024, 60.200 famílias acampadas, à espera de políticas de acesso à terra. Quanto à regularização fundiária em área rurais, os resultados de monitoramento do último PPA (2020-2023) dão conta de que, no seu período de vigência, 189.704 processos de regularização fundiária foram finalizados, atendendo parcialmente uma demanda de 1.025.875 processos – o que reforça a necessidade ampliar ações de governança fundiária. Nas áreas urbanas, a questão da regularização também aparece como um grande desafio; por essa razão, no âmbito do Periferia Viva – Urbanização de favelas, uma ação do Novo PAC destina R\$313 milhões aos municípios para a ampliação da regularidade de moradias periféricas no Brasil.
	II. Garantir acesso regular à água
	As políticas de acesso à água são estruturais para a segurança alimentar e nutricional. Garantir o acesso à água, para a produção e para o consumo, segue sendo um desafio. De uma parte, o fato das populações com menor acesso se situarem, em sua maioria, em áreas rurais, com um padrão de ocupação territorial mais disperso, torna mais difícil levar até elas serviços de distribuição de água. De fato, segundo o Censo Demográfico 2022, 12,5 milhões de domicílios no país não têm acesso a água por rede de distribuição; destes, cerca de 4 milhões de domicílios estariam em risco de insegurança hídrica, por não serem abastecidos por nenhuma das formas de acesso à água consideradas adequadas.¹ De outra parte, embora famílias indígenas, quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais possam não ter acesso à água por rede de distribuição, é importante sublinhar que mesmo os meios tradicionais através dos quais elas garantem seu abastecimento estão sob ameaça em virtude de eventos climáticos extremos. A seca severa que assolou a região amazônica nos últimos dois anos, reduzindo a profundidade dos rios, escasseando o pescado e afetando a qualidade da água, tornou ainda mais vulneráveis às condições de segurança hídrica.

¹ O Plano Nacional de Saneamento Básico considera formas adequadas de acesso à água aquelas que se dão por rede de distribuição, poço, nascente ou cisterna (caso de 1 milhão de famílias do CadÚnico), com canalização interna, sem interrupção no fornecimento.

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 1: GARANTIA DE ACESSO À TERRA, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA AS POPULAÇÕES RURAIS E URBANAS

Esta estratégia abrange um conjunto de programas e ações voltados à garantia do acesso à terra, por meio de ações pautadas na reforma agrária, no crédito fundiário e na regularização fundiária.

Estratégia Intersetorial 1: Garantia de acesso à terra, regularização fundiária para as populações rurais e urbanas									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
3.1	Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	Novas famílias assentadas de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero e a sucessão rural	Número de novas famílias assentadas	103.000	120.500	117.300	Incra	5136	0427
		Famílias em Projetos de Assentamento atendidas com implantação e recuperação de infraestrutura básica (estradas, água, energia, conectividade e armazenamento da produção)	Número de famílias atendidas	50.000	60.000	50.000			211A
		Crédito disponibilizado às famílias beneficiárias da reforma agrária para instalação em assentamento e o desenvolvimento inicial de atividades produtivas	Número de famílias assentadas com acesso a crédito instalação	1.200	1.200	1.200			21GD
		Famílias regularizadas em assentamentos	Número de famílias regularizadas	1.800	2.000	2.000	MDA	5136	211A (000A)

Estratégia Intersectorial 1: Garantia de acesso à terra, regularização fundiária para as populações rurais e urbanas

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
3.2	Cadastro Ambiental Rural (CAR)	Lotes da reforma agrária com Cadastro Ambiental Rural (CAR) validados	Número de assentamentos e/ou lotes de reforma agrária com CAR	50.000	60.000	70.000	Incra	5136	211A
3.3	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Famílias com acesso à terra por meio do Programa	Número de contratos de financiamento do PNCF assinados/efetivados pelos beneficiários	50.000	50.000	42.500	Incra	5136	21GD

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 2: ÁGUA PARA QUEM MAIS PRECISA

Esta estratégia aglutina ações para universalização do acesso ao saneamento básico e água potável para as populações rurais e urbanas.

Estratégia Intersectorial 2: Água para quem mais precisa

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
3.4	Programa Cisternas	Tecnologias sociais de captação, armazenamento, tratamento, uso e reuso da água, biodigestores e fossa séptica implementadas e difundidas	Número de tecnologias implementadas / difundidas	68.000	85.000	45.000	MDS	5133	8948

Estratégia Intersectorial 2: Água para quem mais precisa

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
3.5	Abastecimento de água	Obras realizadas para melhoria dos sistemas de abastecimento de água	Número de obras para melhoria/ ampliação de sistemas de abastecimento de água	1	4	5	MIDR	2321	00TB
		População do meio rural com acesso ampliado à sistemas e soluções alternativas de abastecimento de água	Percentual de domicílios rurais abastecidos com água por rede de distribuição ou por poço ou nascente	76%	77,4%	78,7%			
		População do meio urbano com acesso ampliado aos serviços adequados de abastecimento de água	Percentual de domicílios urbanos abastecidos com água por rede de distribuição ou por poço ou nascente	97,7%	98%	98,3%			
3.6	Programa Água Doce	Sistemas de dessalinização implantados em municípios do semiárido	Sistemas implantados	30	30	30	MIDR	2321	00TA

ANÚNCIO 4	SISTEMAS ALIMENTARES AMPLIAM SUA RESILIÊNCIA E REDUZEM A VULNERABILIDADE AOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, GARANTINDO ALIMENTOS SAUDÁVEIS PARA TODA POPULAÇÃO
Desafios	I. Criar mecanismos que garantam a estabilidade da produção, da disponibilidade e do acesso aos alimentos diante dos crescentes efeitos das mudanças climáticas
	Além de tornarem mais frequentes as quebras de safra, as mudanças climáticas têm afetado de modo crescente a disponibilidade das áreas agricultáveis do país, com potenciais impactos sobre a produção de alimentos e, conseqüentemente, sobre seus preços e sobre sua oferta interna. Ao mesmo tempo, a persistência de práticas deletérias ao meio ambiente, como as queimadas e o desmatamento empregados na abertura de pastagens ou na limpeza do solo, agravam os efeitos das estiagens. Esses processos podem reduzir as margens de adaptação dos sistemas alimentares e, no curto prazo, comprometer a resiliência deles e sua capacidade de garantir a segurança alimentar e nutricional da população.
	II. Fortalecer a capacidade de resposta dos governos para garantir a segurança alimentar e nutricional dos territórios e populações afetadas por eventos climáticos extremos
	Os anos recentes registraram um aumento da recorrência de eventos climáticos extremos: um número maior de pessoas atingidas e maiores áreas de incidência. Em 2023 e em 2024, o país conviveu, simultaneamente, com enchentes na Região Sul e com estiagem severa e prolongada na Amazônia e em outras regiões. A sucessão de eventos climáticos de maior intensidade com ciclos mais curtos entre eles exige dos governos maior capacidade de garantir a segurança alimentar e nutricional das populações atingidas. Essa capacidade passa não apenas pela assistência às famílias que sofreram perdas materiais e viram reduzidas suas oportunidades produtivas, mas, ainda, pela necessidade de reconstruir logísticas de abastecimento em ambientes de difícil acesso.
	III. Mitigar e promover a adaptação dos sistemas alimentares às mudanças climáticas e estimular a adoção de práticas de produção sustentáveis e agroecológicas que reduzam o impacto no ambiente e na saúde das pessoas A adaptação dos sistemas alimentares às mudanças climáticas no Brasil implica no enfrentamento ao desmatamento e às práticas de produção não sustentáveis, que levam à degradação dos solos, à vulnerabilidade hídrica e ao aprofundamento dos desequilíbrios climáticos. Ampliar a adoção de práticas agroecológicas é essencial e exige políticas públicas eficazes, incentivos econômicos e assistência técnica para agricultores. É fundamental promover a diversificação de culturas, a restauração de ecossistemas e a redução do uso de insumos químicos, como os agrotóxicos.

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 1: PLANO CLIMA ADAPTAÇÃO

O principal objetivo do Plano Clima Adaptação é reduzir a vulnerabilidade do país aos impactos da mudança do clima. Para tanto, foram produzidos 16 planos setoriais. Essa estratégia intersetorial recorta algumas iniciativas presentes em dois planos setoriais: o de Segurança Alimentar e Nutricional e o de Agricultura e Pecuária.

Estratégia Intersectorial 1: Plano Clima Adaptação									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.1	Aquicultura Sustentável	Formação e assistência técnica disponibilizada aos aquicultores familiares de localidades mais sensíveis aos efeitos das mudanças climáticas, com foco na aquicultura sustentável e uso eficiente da água	Número de iniciativas (formação e assistência técnica) disponibilizadas	25	25	25	MPA parceiro: MDS	5801	20Y0
		Tecnologias e práticas sustentáveis na aquicultura ampliado, com aumento da resiliência e eficiência produtiva frente às mudanças climáticas	Tecnologias e práticas desenvolvidas	10	10	10	MPA		
4.2	Marco de Referência em Sistemas Alimentares e Clima para Políticas Públicas	Marco de Referência em Sistemas Alimentares e Clima para Políticas Públicas elaborado com foco na justiça climática, considerando gênero, raça, etnia, classe, cultura, faixa etária e interseccionalidades	Documento publicado	1	-	-	MDS	5133	2784

Estratégia Intersectorial 1: Plano Clima Adaptação

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.3	ABC+ Plano de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agricultura	Sistemas conservacionistas ampliados através do fomento à adoção de SPSABC, Práticas de Recuperação de Pastagens Degradadas (PRPD)	Número de Sistemas	300.000	500.000	1.000.000	MAPA	1144	22101 8593
		Sistemas conservacionistas ampliados através do fomento à adoção de SPSABC de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), suas variações (ILF, ILP e, IPF) e SAF		100.000	300.000	700.000			
		Sistemas conservacionistas ampliados através do fomento à adoção de SPSABC de Sistema de Plantio Direto (SPD)		100.000	300.000	700.000			
		Sistemas conservacionistas ampliados através do fomento à adoção de SPSABC de Bioinsumos (BI)		100.000	300.000	700.000			
		Sistemas conservacionistas ampliados através do fomento à adoção de SPSABC de Terminação Intensiva (TI)		300.000	450.000	530.000			

Estratégia Intersectorial 1: Plano Clima Adaptação

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.3	ABC+ Plano de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agricultura	Sistemas conservacionistas ampliados através do fomento à adoção de SPSABC de Sistemas Irrigados (SI)	Número de Sistemas	60.000	100.000	150.000	MAPA	1144	22101 8593
4.4	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Portarias específicas publicadas para os municípios mais vulneráveis às mudanças climáticas	Portarias publicadas	2	2	2	MDS	5133	2798
4.4	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Metas estabelecidas para que os executores do PAA ofereçam alimentos para as populações e territórios mais vulneráveis às mudanças climáticas	Metas definidas e publicadas	1	1	1	MDS	5133	2798
4.5	Programa Fomento Rural	Atendimento do Programa Fomento Rural ampliado e em consonância com os planos estaduais de adaptação	Famílias beneficiadas	4.000	4.000	4.000	MDS	5133	20GD
4.6	Programa Nacional de Zoneamento Agrícola e de Risco Climático (ZARC)	Zoneamento Agrícola do Risco Climático elaborado para todos os biomas do Brasil (Amazônia, Caatinga, Pampa e Pantanal)	Número de estudos de Zarc realizados e revisados	9	10	11	MAPA EMBRAPA	1144	20ZU

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 2: PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) é o principal instrumento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Essa estratégia agrupa algumas iniciativas contidas no Planapo, que guardam relação direta com o anúncio 4 e possibilitam o seu alcance.

Estratégia Intersetorial 2: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.7	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos	Produtores(as) habilitados(as) ao acesso às políticas públicas para a produção orgânica	Número de produtores no Cadastro Nacional	26.300	27.300	28.500	MAPA parceiros: Incra e MDA	1144	8606
4.8	Estímulo à produção e uso de bioinsumos apropriados para a produção orgânica e de base agroecológica	Especificações de referência para orientação da produção e registro simplificado de produtos fitossanitários para uso na produção orgânica regulamentadas e atualizadas	Especificações regulamentadas	9	11	12	MAPA parceiros: Anvisa; Ibama	2302	Ação não orçamentária
4.9	Estímulo ao consumo de alimentos produzidos por sistemas sustentáveis	Campanhas permanentes realizadas para promoção de produtos orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade	Número de campanhas realizadas	2	2	2	MAPA MDS MDA SG	2302	8606 20QH
4.10	Inclusão socio- produtiva, transi- ção agroecoló- gica e promoção da sociobiodiver- sidade	Projetos de inclusão socioprodutiva e transição agroecológica para a Agricultura Familiar e suas organizações apoiados	Número de beneficiários dos projetos	40.000	40.000	-	MDA	1191	210X 21B6

Estratégia Intersetorial 2: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.10	Inclusão socio- produtiva, tran- sição agroecoló- gica e promoção da sociobiodiver- sidade	Projetos de apoio à produção agroecológica e organização socioprodutiva de mulheres implementados	Número de projetos apoiados	150	200	250	Inkra parceiros MDA, ICMBio	1191	LOA 427
		Famílias atendidas com elaboração de instrumentos de gestão ambiental rural com foco na inclusão socioprodutiva de base agroecológica e da sociobiodiversidade	Famílias atendidas	500	500	500	MMA parceiro: MPA		21F2
		Instrução Normativa nº 17/2009 revisada para incluir pescado artesanal oriundo de áreas ou pescarias manejadas de forma comunitária	Instrução Normativa revisada	1	-	-	MPA parceiros: MMA, MAPA		LOA 427

Estratégia Intersectorial 2: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.11	Processamento e beneficia- mento da pro- dução orgânica e agroecológi- ca, com vistas à regularização dos empreen- dimentos e de seus produtos	Empreendimentos familiares e coletivos qualificados e estruturados em gestão, produção, agroindustrialização e acesso a políticas e mercados, com atenção a grupos de mulheres e sistemas de produção orgânica e agroecológica	Número de empreendimentos familiares e coletivos atendidos	50	75	100	MDA parceiros: MDS, Conab, BNDES, MMA, MAPA, MPA, Embrapa, MCTI	5636	21B6 8622 210X
		Serviços de Inspeção Municipal estruturados, individualmente ou via consórcios públicos, para integração ao SISBI-POA e para qualificação na certificação de produtos de base agroecológica	Número de Municípios com Serviços de inspeção integrados ao SISBI	80	120	40	MAPA	2302	8606
4.12	Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde)	Ações de conservação ambiental nos territórios de Povos e Comunidades Tradicionais apoiadas por meio do Programa Bolsa Verde	Bolsas concedidas -meta cumulativa	70.000	100.000	120.000	MMA	1189	20VP

Estratégia Intersectorial 2: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.12	Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde)	Famílias beneficiárias do Bolsa Verde atendidas com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas	Número de famílias atendidas	15.000	10.000	10.000	MMA parceiros: MDA e Anater	1191	21B6 20VP
4.13	Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente)	Programa reestruturado	Programa reestruturado	1	-	-	MMA	1189	Ação não orçamentária
4.14	Programa de Formação em Transição Agroecológica e Enfrentamento das Mudanças Climáticas para agentes de assistência técnica e extensão rural	Programa elaborado	Programa elaborado	1	-	-	MMA Parceiro: MDA	1189	21F2

Estratégia Intersectorial 2: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.15	Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia	Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela agricultura familiar, povos indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais elaborado e implementado	Ato normativo publicado	1	-	-	MDA parceiro: SG-PR	1191	Ação não orçamentária
4.16	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) - ATER com diretriz agroecológica para agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas, com atenção especial a mulheres e jovens	ATER agroecológica fornecida para mulheres agricultoras familiares, pescadoras e aquicultoras em situação de vulnerabilidade	Número de mulheres atendidas	10.000	10.000	5.000	MDA parceiros: MPA, MMA, MAPA	1191	210W 210X

Estratégia Intersectorial 2: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.16	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) – ATER com diretriz agroecológica para agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas, com atenção especial a mulheres e jovens	Técnicos(as) familiares qualificados para a produção e uso de bioinsumos apropriados para a produção orgânica e de base agroecológica	Número de técnicos(as) qualificados(as)	75	100	75	MDA. parceiros: Incra, Embrapa, MAPA, MPA, MCTI	1191	210V 210X
		Agricultores(as) familiares qualificados para a produção e uso de bioinsumos apropriados para a produção orgânica e de base agroecológica	Número de agricultores(as) qualificados(as)	300	450	300			210V
		ATER agroecológica continuada contemplando dentro do público atendido no mínimo 20% de jovens e 50% de mulheres	Número de pessoas beneficiadas	30.000	45.000	60.000	MDA parceiros: Anater, MMA, ICMBio, MPA, MAPA, Incra, MMulheres		21B6 210X

Estratégia Intersectorial 2: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.16	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) - ATER com diretriz agroecológica para agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas, com atenção especial a mulheres e jovens	Chamada de ATER específica para os sistemas produtivos da sociobiodiversidade publicada	Número de famílias atendidas em chamada específica	3.000	3.000	1.000	MDA, Anater parceiros: MMA, SFB, ICMBio, Conab, Incra, MPA	1191	210X 21B6
		Programa de Formação de Agentes de ATER implementado, garantindo metodologias e conteúdos específicos para a diversidade de público, gênero, juventudes e relações étnico-raciais, com a participação de pelo menos 50% de mulheres entre as pessoas capacitadas	Número agentes de ATER qualificados/as	2.500	2.500	5.100	MDA parceiros: Anater, MMA, ICMBio, SFB, MPA, MAPA, Incra, MPI, MIR, MMulheres		
4.17	Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara)	Estratégia elaborada para substituição da utilização de agrotóxicos, priorizando aqueles altamente perigosos ao meio ambiente e produtos extremamente tóxicos à saúde	Estratégia elaborada	-	1	-	MAPA MMA MS MDA SG	2302	214W

Estratégia Intersectorial 2: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.18	Programa Nacional de Sementes e Mudas da Agricultura Familiar	Projetos para produção e multiplicação de sementes e mudas varietais, da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade, livres de transgênicos e de interesse da agroecologia apoiados junto às redes territoriais de uso e conservação da sociobiodiversidade	Número de famílias atendidas nos projetos apoiados	20.000	20.000	20.000	MDA parceiros: Conab, MAPA, MDS, MPA, Embrapa, ICMBio	1191	210V
4.19	Programa Quintais Produtivos das Mulheres Rurais	Quintais produtivos agroecológicos e em transição agroecológica implementados	Número de quintais implementados	29.350	34.000	2.000	MDA, MDS parceiros: Embrapa, MMulheres	1191	210W 210X
4.20	Programa Terra Sol	Recursos do Terra Sol destinados para projetos de agroindustrialização e beneficiamento de base agroecológica ou de produtos da sociobiodiversidade, para mulheres e jovens em assentamentos da reforma agrária	Taxa de recursos aplicados	30%	30%	30%	Incra parceiro: MDA	5136	211A

Estratégia Intersectorial 2: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.21	Proteção, reconhecimento e apoio às guardiãs e guardiões de raças, mudas e sementes crioulas, valorizando seu conhecimento e, principalmente, o trabalho das mulheres	Instrumento de proteção, reconhecimento e apoio elaborado em conjunto com a sociedade civil	Instrumento elaborado	1	-	-	MDA parceiros: MAPA, MMA, SG-PR, MCTI.	1191	Ação não orçamentária
4.22	Rotas da Integração Nacional	Iniciativas de inclusão produtiva, inovação e sustentabilidade apoiadas nos Polos das Rotas de Integração Nacional	Número de iniciativas apoiadas nos polos	5	5	5	MIDR	2317	214S

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 3: PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Plano Safra da Agricultura Familiar é um conjunto de ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Essa estratégia agrupa algumas iniciativas contidas no Plano Safra da Agricultura Familiar, que guardam relação direta com esse anúncio e possibilitam o seu alcance.

Estratégia Intersectorial 3: Plano Safra da Agricultura Familiar									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.23	Da Terra à Mesa	Editais para apoio financeiro a projetos de fomento à transição agroecológica da agricultura familiar	Número de famílias atendidas	20.000	10.000	10.000	MDA	1191	210V 21B6
4.24	Garantia-Safra	Benefício condicionado no valor de R\$1.200,00 autorizado a agricultores familiares de municípios sujeitos a perda de safra em razão de estiagem ou excesso hídrico, conforme regulamentação vigente	Percentual de famílias beneficiadas (número de famílias beneficiadas/número de famílias aderidas)	90%	90%	95%	MDA	1191	0359
4.25	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	Crédito concedido para apoiar atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas	Contratos de Pronaf A	20.000	22.500	22.500	MDA	1191	0281

Estratégia Intersectorial 3: Plano Safra da Agricultura Familiar

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.25	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	Crédito concedido para apoiar atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas	Contratos de Pronaf B - Microcrédito produtivo rural	1.100.000	1.150.000	1.150.000	MDA	1191	0281
		Crédito concedido para custeio de atividades agrícolas e pecuárias	Contratos de Pronaf V	865.000	910.000	910.000			
4.26	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Participação dos agricultores familiares como fornecedores do PAA ampliada	Agricultores e agricultoras fornecedores do PAA	85.000	90.000	95.000	MDS Conab	5133	2798
4.27	Programa Ecoforte	Redes de agroecologia e produção orgânica apoiadas através de recursos disponibilizados por editais do programa Ecoforte	Número de redes contratadas	40	-	-	MDA SG-PR par- ceiros: MAPA, MMA, MDS, MTE, Conab, Embra- pa, BN- DES, FBB, BB Incra e MPA	1191	Recursos do BNDES e FBB

Estratégia Intersectorial 3: Plano Safra da Agricultura Familiar

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.28	Programa Fomento Rural	Famílias rurais inscritas no Cadastro Único atendidas com acompanhamento social, produtivo e transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis	Famílias beneficiadas	20.000	39.900	41.190	MDS	5133	20GD
4.29	Programa Mais Alimentos	Crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas adequados para a agricultura familiar	Número de contratos firmados	865.000	910.000	910.000	MDA	1191 0902	0281 0A81

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 4: ESTRATÉGIA INTERSETORIAL PARA REDUÇÃO DE PERDAS E DESPERDÍCIOS DE ALIMENTOS

A Estratégia Intersectorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos tem como objetivo coordenar ações direcionadas a prevenir e reduzir perdas e desperdícios de alimentos no Brasil, por meio da gestão integrada e intersectorial de iniciativas do governo e da sociedade, de forma alinhada com a PNSAN. Para compor a estratégia desse Plano selecionamos algumas iniciativas contidas na Estratégia supracitada e que guardam relação direta com o anúncio 4, possibilitando o seu alcance.

Estratégia Intersectorial 4: Estratégia Interministerial para Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
4.30	Criar mecanismos e programas de capacitação e assessoria técnica para municípios, consórcios, órgãos ambientais e profissionais envolvidos no manejo de resíduos sólidos urbanos sobre prevenção ao desperdício de alimentos e reciclagem de resíduos orgânicos	Municípios, consórcios e órgãos ambientais apoiados	Número de municípios, consórcios e órgãos ambientais apoiados	20	20	20	MDS MMA	1190 5133	21A9

4.31	Diagnósticos locais para redução de perdas e desperdícios de alimentos em ambiente urbano	Municípios da Estratégia Alimenta Cidades apoiados para elaboração de diagnósticos locais	Número de municípios da Estratégia Alimenta Cidades apoiados	5	5	5	MDS municípios	5133	8929
4.32	Programa Cozinhas Solidárias	Cozinhas solidárias com biodigestores implantados (projeto piloto Cozinha Solidária Sustentável)	Número de Cozinhas Solidárias com biodigestores	7	a definir	a definir	MDS MME SG-PR Itaipu Binacional	5133	8929
		Cozinhas solidárias formadas em sistemas alimentares sustentáveis	Número de Cozinhas Solidárias capacitadas	-	50	50	MDS FAO		8458
4.33	Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana	Hortas urbanas implantadas e apoiadas, incluindo o financiamento de sistemas de compostagem	Hortas apoiadas	32	32	32	MDS MTE IFPA municípios	5133	8458
4.34	Redução do desperdício de alimentos em domicílios	Metodologia elaborada para quantificar as perdas e o desperdício de alimentos	Metodologia elaborada	-	-	1	Embrapa MDS e parceiros	5133	Ação não orçamentária
4.35	Sistemas nacionais de informação sobre resíduos sólidos urbanos	Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), articulado ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), com coleta de informações ampliada	Percentual de coleta de informações sobre resíduos sólidos	78,95%	81,05%	83,15%	MCid MMA MDS	2322	00TQ

ANÚNCIO 5	POPULAÇÃO BRASILEIRA PASSA A CONSUMIR MAIS ALIMENTOS SAUDÁVEIS E AGROECOLÓGICOS, PRODUZIDOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR, URBANA, PERIURBANA E PELOS POVOS INDÍGENAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS QUE AMPLIARAM SUA PARTICIPAÇÃO NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR DO PAÍS
Desafios	I. Garantir às famílias condições de adquirir alimentos saudáveis a preços acessíveis
	Com uma dinâmica demográfica caracterizada pela concentração da população nas regiões urbanas e metropolitanas, a uma distância maior das áreas produtoras de alimentos – predominantemente concentrada em determinadas regiões –, o custo logístico e ambiental de abastecimento e distribuição se torna mais dispendioso, sobretudo para alimentos in natura, com reflexos no preço final para o consumidor urbano. Além disso, o alto custo de vida nas grandes cidades, majorado principalmente pelas despesas de habitação e de transporte, reduz a renda disponível das famílias para a compra de alimentos. Acresce a isso a conformação de um setor varejista fortemente concentrado nas grandes redes de supermercado, que reduz o espaço das feiras, quitandas e mercados menores no comércio de alimentos.
	II. Criar incentivos à produção e comercialização de alimentos saudáveis e propor medidas de regulação pública dos mercados de alimentos
	A relação entre a renda das famílias e o preço dos alimentos tem papel decisivo sobre as escolhas alimentares. Se, por um lado, é importante incrementar e proteger o rendimento das famílias, seja por meio da redução do desemprego e do aumento da massa salarial, seja por meio das políticas de transferência e garantia de renda, por outro lado é fundamental controlar a inflação de alimentos, em especial dos produtos da cesta básica. A inflação de alimentos medida pelo IPCA, acumulada em 2023 foi de 1,03%, ao passo que o rendimento médio mensal domiciliar per capita subiu 11,5% entre 2022 e 2023. Em 2024, o IPCA de alimentos acumulou, até dezembro, alta de 7,69%, o que reforça a necessidade de acompanhar os preços dos alimentos e prever oscilações que possam comprometer a capacidade aquisitiva das famílias. Essa preocupação é tanto mais urgente na medida em que os preços comparativamente mais baratos dos alimentos ultraprocessados tendem a influir sobre as escolhas alimentares da população e incentivar a adoção de padrões alimentares menos saudáveis. Um passo importante no estímulo à produção de alimentos saudáveis foi dado, contudo, no lançamento do Plano Safra 2024-2025: o Pronaf reduziu para 3% a.a. os juros para os créditos investidos na produção de alimentos como arroz, feijão, mandioca, leite, frutas e verduras.
	III. Articular, por meio de uma governança pública intersetorial e participativa, os equipamentos, programas e dinâmicas de abastecimento e segurança alimentar e nutricional nos territórios, para atendimento aos públicos mais vulnerabilizados e em situação de emergência
	A construção de uma governança intersetorial capaz de articular, territorialmente e institucionalmente, equipamentos e programas de segurança alimentar e nutricional, não apenas visando o equilíbrio das dinâmicas de abastecimento, mas também a garantia de atendimento a públicos vulnerabilizados à fome ou em situação de emergência, continua sendo um desafio no âmbito do Sisan. É importante que nos diferentes territórios sejam identificados os equipamentos responsáveis pelo abastecimento alimentar dessa população (ex: feiras, mercados públicos, restaurantes populares, centrais de abastecimento, cozinhas solidárias, estabelecimentos privados etc.), promovendo a sua integração e complementaridade de modo a garantir o acesso a alimentos saudáveis em quantidade e qualidade adequados.

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 1: PLANO NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR (ALIMENTO NO PRATO)

O Plano Nacional de Abastecimento Alimentar – Alimento no Prato tem como objetivo estruturar um sistema eficiente e sustentável de abastecimento de alimentos no país, com foco nas populações vulnerabilizadas, no fortalecimento da agricultura familiar e na produção de alimentos saudáveis. Essa estratégia intersetorial reúne algumas iniciativas que já integram o Plano de Abastecimento Alimentar, voltadas aos instrumentos, programas e equipamentos de abastecimento, bem como ferramentas de gestão estratégica da informação sobre a produção, distribuição e preço dos alimentos no país.

Estratégia Intersectorial 1: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato)									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação orçamentária
				2025	2026	2027			
5.1	Programa Alimenta no Prato	Sacolões Populares fixos instituídos	Número de projetos apoiados	30	70	70	MDA	5636	21B9
		Sacolões Populares volantes instituídos		30	70	70			
		Cantinas/vendas comunitárias (equipamentos populares de abastecimento com foco nas especificidades regionais) instituídas		10	20	40	Conab		
		Cantinas/vendas comunitárias (equipamentos populares de abastecimento com foco nas especificidades regionais) instituídas		Percentual de produtos comercializados nas Cantinas/Vendas composto por produtos da sociobiodiversidade e minimamente processados	no mínimo 30%	no mínimo 30%			

Estratégia Intersectorial 1: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato)

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação orçamentária
				2025	2026	2027			
5.1	Programa Alimenta no Prato	Feiras Livres da Agricultura Familiar criadas e fortalecidas, priorizando os desertos e pântanos alimentares	Número de feiras criadas e/ou apoiadas	60	60	60	MDA	5636	21B9
		Feiras Agroecológicas criadas e fortalecidas	Número de feiras agroecológicas apoiadas	20	50	70			
		Feiras e eventos regionais e nacionais da Agricultura Familiar fortalecidos	Número de feiras e eventos regionais e nacionais da Agricultura Familiar apoiados	20	30	40			
		Centrais Populares de Abastecimento Alimentar implementadas para apoiar a distribuição e a comercialização de alimentos da agricultura familiar, Povos e Comunidades Tradicionais e economia solidária	Número de Centrais Populares de Abastecimento criadas e ou apoiadas	27	30	40			
		Planos Territoriais de Abastecimento Alimentar elaborados para os Territórios da Cidadania homologados	Número de Planos Territoriais de Abastecimento Alimentar elaborados	30	30	30	MDA MDS		

Estratégia Intersectorial 1: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato)

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação orçamentária
				2025	2026	2027			
5.1	Programa Alimenta no Prato	Equipamentos de Abastecimento Alimentar apoiados	Número de Equipamentos de Abastecimento Alimentar apoiados	5 por estado	7 por estado	9 por estado	MDA	5636	21B9
5.2	Programa Nacional para Ampliação da Produção de Arroz da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais (Arroz da gente)	Ações integradas de crédito, fomento e capacitação em apoio à expansão da área cultivada e aumento da produção de arroz e cultivos associados na área apoiada pelo programa	Número de famílias de agricultores/as beneficiadas (linha base: 10 mil famílias)	14.000	14.000	42.000	Conab MDA	5636	21B9
		Ações integradas de crédito, fomento e capacitação em apoio à expansão da área cultivada e aumento da produção de arroz e cultivos associados na área apoiada pelo programa	Toneladas de arroz produzidas na área apoiada pelo programa	63.000	126.000	189.000			

Estratégia Intersectorial 1: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato)

Iniciativa	Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação orçamentária
			2025	2026	2027			
5.2	Programa Nacional para Ampliação da Produção de Arroz da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais (Arroz da gente)	Ações integradas de crédito, fomento e capacitação em apoio à expansão da área cultivada e aumento da produção de arroz e cultivos associados na área apoiada pelo programa	7.000	13.000	18.000	Conab MDA	5636	21B9
		Ações integradas de crédito, fomento e capacitação em apoio à expansão da área cultivada e aumento da produção de arroz e cultivos associados na área apoiada pelo programa	14.000	26.000	36.000			
		Ações integradas de crédito, fomento e capacitação em apoio à expansão da área cultivada e aumento da produção de arroz e cultivos associados na área apoiada pelo programa	3.000	6.000	8.000			

Estratégia Intersectorial 1: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato)

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação orçamentária
				2025	2026	2027			
5.3	Formação de estoques públicos, priorizando as aquisições de produtos que compõem a cesta básica (Aquisição do Governo Federal ou Contrato de opção)	Arroz, trigo e milho adquiridos para formação de estoques públicos	Toneladas de alimentos adquiridas	500.000 t arroz 400.000 t trigo 300.000 t milho Total = 1.200.000	700.000t arroz 500.000t trigo 300.000t milho Total = 1.500.000	900.000t arroz 500.000t trigo 300.000t milho Total = 1.700.000	Conab MDA MAPA	5636	2130
		Recursos destinados à aquisição de alimentos da cesta básica ampliados	Volume de recursos (R\$) destinados à aquisição de alimentos da cesta básica	750 milhões - arroz 518 milhões - trigo 225 milhões - milho Total = 1.493 milhões	1,050 bilhão - arroz 647,5 milhões - trigo 225 milhões - milho Total = 1.697,72 milhões	1,350 bilhão - arroz 647,5 milhões - trigo 225 milhões - milho Total = 2.222,50 milhões			
		Participação da agricultura familiar na aquisição de alimentos da cesta básica ampliada	Percentual do volume total de recursos destinado para aquisição de alimentos da cesta básica produzidos pela agricultura familiar	5%	10%	15%	Conab MDA		

Estratégia Intersectorial 1: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato)

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação orçamentária
				2025	2026	2027			
5.4	Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA)	Instituições assistenciais beneficiárias ampliadas	Percentual de aumento do número das instituições assistenciais beneficiárias em relação ao ano anterior	10%	10%	10%	MDS	5133	8929
		Quantidade de alimentos coletados e distribuídos ampliada	Percentual de aumento da quantidade de alimentos coletados e distribuídos em relação ao ano anterior	10%	10%	10%			
		Parâmetros normativos da RBBA revisados	Parâmetros revisados	Parâmetros revisados	–	–			
		Ferramenta de apoio ao funcionamento da RBBA criada no âmbito da Plataforma Alimenta Cidades	Ferramenta implementada	–	–	1			
5.5	Requalificação e fortalecimento dos Mercados Municipais	Agricultura Familiar com participação ampliada nos mercados municipais	Número de organizações que representam o segmento da Agricultura Familiar, povos indígenas, comunidades quilombolas e PCTs comercializando alimentos nos mercados municipais	100	200	300	MDA	5636	21B9

Estratégia Intersectorial 1: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato)

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação orçamentária
				2025	2026	2027			
5.6	Modernização e requalificação dos mercados atacadistas de alimentos (Ceasas), com ampliação da participação da Agricultura Familiar nestes espaços	Agricultura Familiar, agricultura urbana e agroecológica com alimentos comercializados nas Ceasas	Número de organizações da agricultura familiar, urbana e agroecológica comercializando nas Ceasas	100	100	100	Ceasa Minas	5636	21B9
		Entrepasto Ceagesp da capital com área cedida para comercialização da agricultura familiar	Número de áreas cedidas por ano (totalizando 300 lugares até 2028)	29	96	73	Ceagesp		
5.7	Modernização dos Bancos de Alimentos	Editais anuais de chamamento público para implementação e/ou modernização de bancos de alimentos publicados	Número de bancos de alimentos apoiados	20	20	20	MDS	5133	8929
5.8	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Recursos aplicados na aquisição de alimentos provenientes da Agricultura Familiar	Percentual do valor gasto com aquisição da Agricultura Familiar em relação ao total de recursos repassados pelo FNDE	40%	42%	45%	FNDE	5111	00PI
		Alimentos orgânicos provenientes da Agricultura Familiar adquiridos	Percentual de aquisição de alimentos orgânicos provenientes da Agricultura Familiar	1%	2%	4%	FNDE		

Estratégia Intersectorial 1: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato)

Iniciativa	Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação orçamentária
			2025	2026	2027			
5.9	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Agricultores(as) familiares, mulheres e grupos específicos com participação ampliada nas compras governamentais de alimentos por meio da modalidade Compra Institucional (PAA CI)	Percentual de agricultores/as familiares e suas organizações como beneficiários fornecedores do PAA CI	levanta- mento da linha de base	aumento de 50% em relação ao ano anterior	MDA	5636	2798 21B9
		Agricultores(as) familiares, mulheres e grupos específicos com participação ampliada nas compras governamentais de alimentos por meio da modalidade Compra Institucional (PAA CI)	Diversidade de alimentos adquiridos no PAA CI	levanta- mento da linha de base	aumento de 30% em relação ao ano anterior			
		Agricultores(as) familiares, mulheres e grupos específicos com participação ampliada nas compras governamentais de alimentos por meio da modalidade Compra Institucional (PAA CI)	Número de contratos executados no âmbito do PAA CI	levanta- mento da linha de base	aumento de 20% em relação ao ano anterior			

Estratégia Intersectorial 1: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato)

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação orçamentária
				2025	2026	2027			
5.10	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	Produção de alimentos básicos com financiamento ampliado	Percentual de operações de financiamento para produtos da alimentação básica ampliada em relação ao total do Pronaf	12%	13%	14%	MDA MF	1191 1144 0902	0298 0301 0611 0A81
		Produção de alimentos básicos com financiamento ampliado	Percentual do valor financiado para produtos da alimentação básica ampliada em relação ao valor total do Pronaf	16%	17%	19%			
		Produção de alimentos básicos, produzidos em sistemas orgânicos e agroecológicos, com financiamento ampliado	Percentual de operações de financiamento da produção agroecológica e orgânica sob o total de produtos da alimentação básica financiado pelo Pronaf	1%	2%	3%			
		Produção de alimentos básicos, produzidos em sistemas orgânicos e agroecológicos, com financiamento ampliado	Percentual do valor financiado em produção agroecológica e orgânica sob o total de produtos da alimentação básica financiados pelo Pronaf	1%	2%	3%			

Estratégia Intersectorial 1: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato)

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação orçamentária
				2025	2026	2027			
5.11	Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio)	Metodologia dos parâmetros de definição dos preços mínimos dos produtos da sociobiodiversidade revisada	Revisão dos parâmetros de Preços Mínimos realizada	1	-	-	Conab MDA	1191	Ação não orçamentária
		Comercialização dos produtos da sociobiodiversidade apoiada por meio de programa específico	Programa criado para apoiar à comercialização por meio da PGPMBio	1	-	-			
		Pagamento diferenciado de preço estabelecido, de forma a contemplar um bônus (acima do preço mínimo) para a agricultura familiar, assentados (das) da reforma agrária, povos indígenas e PCTs	Desenvolvimento de metodologia de custo de produção específica para os sistemas de produção referente a esse público, incluindo os produtos da sociobiodiversidade	Metodo- logia Criada	Bônus imple- mentado	Bônus imple- menta- do	MDA MAPA MF MMA Conab		
5.12	Compras Públicas de alimentos	Estruturas de comércio eletrônico criadas, com foco em compras governamentais, para acesso de organizações da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e demais Povos e Comunidades Tradicionais	Número de organizações atendidas em estruturas de comércio eletrônico com foco em compras governamentais	60	60	60	MDA	5636	21B9

Estratégia Intersectorial 1: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato)

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação orçamentária
				2025	2026	2027			
5.12	Compras Públicas de alimentos	Produtos dos pescados e mariscos artesanais inseridos nas compras públicas (PAA e PNAE)	Número de produtos (espécies) inseridas	-	1	2	MPA parceiros: MDS, Conab	5801	20Y1
		Acordo de Cooperação Técnica MPA/MEC/FNDE firmado para promover e fortalecer o consumo de pescado na alimentação escolar	Acordo de cooperação técnica publicado	1	-	-	MPA MEC FNDE		Ação não orçamentária
5.13	Observatório de Preços de Alimentos da Cesta Básica	Observatório de Preços de Alimentos da Cesta Básica ativo, monitorando o consumo de alimentos da cesta básica pela população mais vulnerabilizada (oferta e preço)	Percentual de desenvolvimento do projeto do Observatório de Preços	22%	50%	75%	Conab	5636	20Y7
		Observatório de Preços de Alimentos da Cesta Básica ativo, monitorando o consumo de alimentos da cesta básica pela população mais vulnerabilizada (oferta e preço)	Monitoramento realizado	Monitora- mento realizado mensal- mente	Monitora- mento realizado mensal- mente	Monitora- mento realizado mensal- mente	Conab MDS		

Estratégia Intersectorial 1: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato)

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação orçamentária
				2025	2026	2027			
5.14	Painel de Informações das dinâmicas de abastecimento alimentar	Análises geoespaciais regionais/territoriais sobre dinâmicas de abastecimento alimentar disponibilizadas em bancos de dados, relatórios e estudos	Painel de informação das análises das dinâmicas de abastecimento alimentar publicizado pelo MDA	Painel criado	Painel publici- zado	Painel atuali- zado	MDA	5636	20Y7
5.15	Parcerias com setor varejista de alimentos para fortalecer a comercialização de produtos da Agricultura Familiar	Acordos de Cooperação voluntários firmados com o setor varejista para incentivo à aquisição de produtos de época e regionais e/ou estratégias de redução de perdas e desperdícios de alimentos	Número de acordos firmados com o setor varejista	1 de âmbito nacional e 10 de âmbito estadual	5 de âmbito regional e 10 de âmbito estadual	5 de âmbito regional e 10 de âmbito estadual	MDA	5636	Ação não orçamentária
5.16	Programa Mais Gestão	Associações e cooperativas da Agricultura Familiar atendidas com atividades voltadas ao fortalecimento da gestão e acesso a mercados	Número de empreendimentos da agricultura familiar atendidos pelo Programa	300	300	300	MDA	5636	8622 21B6

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 2: ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS CIDADES (ALIMENTA CIDADES)

O objetivo geral dessa estratégia é ampliar a produção, o acesso, a disponibilidade e o consumo de alimentos adequados e saudáveis, priorizando territórios periféricos urbanos e populações em situação de vulnerabilidade e risco social. Essa estratégia intersectorial reúne iniciativas de apoio à constituição de uma agenda de alimentação urbana nas grandes cidades brasileiras, voltada ao enfrentamento da insegurança alimentar em suas diversas formas nesses territórios.

Estratégia Intersectorial 2: Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades (Alimenta Cidades)									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
5.17	Mapeamento dos Desertos Alimentares	Desertos e Pântanos alimentares mapeados nas cidades com mais de 300 mil habitantes	Número de cidades com desertos e pântanos alimentares mapeadas - meta cumulativa	60	80	91	MDS	5133	2784
5.18	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Recursos destinados às cidades prioritárias	Recursos pactuados com os 60 municípios prioritários do estratégia Alimenta Cidades	R\$ 20.000.000	R\$ 22.000.000	R\$ 25.000.000	MDS	5133	2798
5.19	Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana	Unidades produtivas de agricultura urbana e periurbana apoiadas	Número de unidades apoiadas	16	16	16	MDS	5133	8458
		Tecnologias de apoio a agricultura urbana e periurbana para Povos e Comunidades Tradicionais e povos indígenas disponibilizadas	Número de tecnologias disponibilizadas	100	100	100			
		Iniciativas de agricultura urbana e periurbana premiadas	Número de iniciativas premiadas	50	50	50			

Estratégia Intersectorial 2: Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades (Alimenta Cidades)

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
5.19	Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana	Lideranças políticas formadas (gestores públicos e sociedade civil) em agricultura urbana e periurbana	Número de lideranças formadas	150	150	-	MDS	5133	8458
5.20	Programa Periferia Viva	Territórios periféricos com obras de infraestrutura realizadas e postos territoriais instalados para mobilização e integração de políticas públicas	Número de postos territoriais instalados em territórios beneficiados com obras de infraestrutura	58	58	58	MCID	5602	00VD
5.21	Rede Urbana de Alimentação Saudável	Diagnóstico alimentar urbano elaborado	Número de diagnósticos elaborados - meta não cumulativa	91	500	1000	MDS	5133	2784
		Rotas de implementação de agenda alimentar urbana apoiadas	Número de rotas apoiadas	60	600	1000			
		Gestores municipais inseridos em processos formativos no âmbito de produção e abastecimento das cidades	Número de gestores formados - meta não cumulativa	100	200	300			
5.22	Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (EqSAN)	Municípios da estratégia Alimenta Cidades apoiados para modernização dos equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (EqSAN)	Número de municípios apoiados	20	20	20	MDS	5133	8929

ANÚNCIO 6	BRASIL REDUZ TODAS AS FORMAS DE MÁ NUTRIÇÃO COM ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL PARA TODA POPULAÇÃO
Desafios	I. Aumentar o consumo de alimentos in natura e minimamente processados e reduzir o consumo de alimentos ultraprocessados
	Os últimos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF-IBGE), de 2018, apontavam que o consumo de alimentos ultraprocessados vinha crescendo rapidamente entre as famílias mais pobres. Entre as causas associadas a essa tendência, podem ser citadas as dificuldades de acesso a alimentos in natura ou minimamente processados, seja pelo preço mais alto destes em relação aos ultraprocessados², seja pelas limitações de oferta de alimentos saudáveis nas áreas que concentram famílias de baixa renda. O conceito de desertos alimentares, que identifica áreas onde o acesso a alimentos saudáveis se limita a até 5 estabelecimentos que comercializam in natura ou minimamente processados para cada mil habitantes, expressa essa restrição de disponibilidade: a última edição do Mapa dos Desertos Alimentares, lançada em novembro de 2024³, elaborado para 91 cidades acima de 300 mil habitantes, mostrou que cerca de 25 milhões de brasileiros, dos 77 milhões que residem nas cidades avaliadas, moram em desertos alimentares; deste total, 6,7 milhões são pessoas de baixa renda ou em situação de pobreza. Embora se refiram a uma amostra pequena, os dados de consumo alimentar, coletados no âmbito do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), apontam que, entre os adultos acompanhados em 2023 (2,38 milhões), a taxa daqueles que afirmam ter consumido alimentos ultraprocessados na véspera da entrevista foi de 70%. ⁴Entre adolescentes acompanhados (720,5 mil), essa taxa atingia 82%.
	II. Enfrentar a persistência e coexistência de múltiplas formas de má nutrição
	Os dados de acompanhamento nutricional registrados pelo SISVAN, considerando como referência o Índice de Massa Corporal (IMC), chamam a atenção para dois resultados, considerando um mesmo grupo vulnerável à insegurança alimentar: os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). De um lado, a proporção de crianças, adolescentes e adultos com sobrepeso ou obesidade tem sido crescente e sistematicamente superior à proporção de pessoas acompanhadas que têm baixo peso (adultos) ou magreza acentuada (crianças e adolescentes). De outro lado, a coexistência, no mesmo público – crianças, adolescentes e adultos beneficiários do PBF num mesmo município –, de indicadores altos de obesidade e de baixo peso, magreza e magreza acentuada. Em 2023, entre as 3,97 milhões de crianças do PBF de 0 a 5 anos, com estado nutricional acompanhado, 7,5% estavam com magreza acentuada ou magreza e 14,7% estavam com sobrepeso ou obesidade; para os 2,24 milhões de adolescentes acompanhados, os indicadores eram 4,1% para magreza acentuada e magreza e 28% para sobrepeso e obesidade (quase 2% para obesidade grave); para os 4,76 milhões adultos acompanhados, 2,7% estavam com baixo peso, e os casos de sobrepeso e obesidade somavam 64% (destes, 7,5% em obesidade de grau II e 4,2% em obesidade grau III) e para

2 Ver: ACT Promoção da Saúde: Dinâmica e Diferenças dos Preços dos Alimentos Saudáveis e Ultraprocessados no Brasil, out. 2021; LOUZADA, Maria Laura et al. Consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil: distribuição e evolução temporal 2008–2018. Revista de Saúde Pública, mar. 2023.

3 Disponível em Plataforma Alimenta Cidades – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;

4 Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>, na seção “Consumo alimentar”.

ANÚNCIO 6	BRASIL REDUZ TODAS AS FORMAS DE MÁ NUTRIÇÃO COM ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL PARA TODA POPULAÇÃO
	III. Promover ambientes alimentares que incentivem a alimentação adequada e saudável Ambientes alimentares são os contextos que conectam o sistema alimentar e os consumidores e que condicionam de modo mais próximo e imediato as escolhas de consumo alimentar. O conceito de ambiente alimentar abrange, entre outros fatores, a oferta, a acessibilidade, o custo e a qualidade dos alimentos: conforme favoreçam ou dificultem o acesso à alimentação adequada e saudável, os ambientes alimentares afetam de modo positivo ou negativo a saúde dos indivíduos. Escolas, locais de trabalho, espaços comunitários, mas também ambientes culturais e de informação (que promovam normas de comportamento ou deem destaque publicitário a determinados produtos) são exemplos de ambientes alimentares. Os últimos anos registraram avanços, sobretudo, na regulação do ambiente alimentar escolar, seja por meio de legislação específica que veta a publicidade de alimentos com alto teor de açúcar, gorduras saturadas ou sódio, nas escolas, seja por meio de iniciativas de estados e municípios que têm estabelecido diretrizes de promoção da alimentação saudável na rede pública de ensino. Em novembro de 2022, o FNDE publicou a Nota Técnica 2974175/2022 com orientações sobre o comércio de alimentos nas escolas da rede pública de educação básica, reforçando a necessidade de alinhar a oferta de alimentos no ambiente escolar com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira. Os indicadores que apontam o aumento da obesidade e o baixo consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, entretanto, mostram que é preciso aprofundar estratégias que incidem na modificação dos determinantes que condicionam as escolhas alimentares da população, nos ambientes físicos e virtuais.

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 1: PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL PARA COMBATER TODAS AS FORMAS DE MÁ NUTRIÇÃO

Esta estratégia contempla um conjunto de programas e ações que visam estimular a promoção de ambientes e a adoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a atenção às carências nutricionais, o apoio às ações de cuidado relacionados à alimentação e os processos de educação alimentar e nutricional. Compreende-se que a prevenção e a superação das múltiplas formas de má nutrição (deficiências de micronutrientes específicos, desnutrição, sobrepeso e obesidade) requerem um conjunto articulado de iniciativas que incidam sobre seus determinantes sinérgicos. Desta forma, todo o conjunto de estratégias do Plansan contribuem em diferentes graus e maneiras para isso.

Estratégia Intersetorial 1: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para combater todas as formas de má nutrição									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.1	Atenção Nutricional no Sistema Único de Saúde (SUS)	Incentivo financeiro federal transferido às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, considerando critérios de porte populacional, índice de vulnerabilidade social (IVS) e frequência de má nutrição, para promoção da equidade na organização dos cuidados em alimentação e nutrição na Atenção Primária à Saúde (APS)	Número de municípios contemplados com incentivo financeiro federal	5.569	5.569	5.569	MS	5133	20QH
		Ferramentas de apoio ao mapeamento e avaliação do ambiente alimentar dos territórios pelos profissionais da APS desenvolvidas	Ferramentas desenvolvidas e disponibilizadas para profissionais da APS	1	1	1			

Estratégia Intersectorial 1: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para combater todas as formas de má nutrição

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.1	Atenção Nutricional no Sistema Único de Saúde (SUS)	Curso de aperfeiçoamento EAD sobre Organização da Atenção Nutricional no SUS para gestores e referências técnicas de Secretarias de Saúde ofertado	Número de municípios com alunos com curso concluído	1.000	1.000	0	MS	5133	20QH
		Apoio técnico e institucional ofertado às Unidades da Federação com maior frequência de desnutrição na população acompanhada pela APS	Número de UF apoiadas	16	16	16			
		Apoio técnico e institucional ofertado às Unidades da Federação com maior frequência de obesidade na população acompanhada pela APS		15	15	15			
6.2	Agenda de Segurança Alimentar e Nutricional para o Sistema Único de Assistência Social (Suas)	Agenda de Segurança Alimentar e Nutricional no Suas	Material publicado	1	-	-	MDS	5133	2784

Estratégia Intersectorial 1: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para combater todas as formas de má nutrição

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.2	Agenda de Segurança Alimentar e Nutricional para o Sistema Único de Assistência Social (Suas)	Materiais de apoio às ações de Educação Alimentar e Nutricional nos serviços socioassistenciais publicados	Materiais publicados	-	4	-	MDS	5133	2784
		Oficinas de formação com profissionais e gestores realizadas nos estados e DF	Número de oficinas realizadas	16	11	0			
		Cursos na modalidade teleeducação para profissionais e gestores do Suas ofertados	Número de cursos ofertados	0	2	0			
		Caderno de Orientações Técnicas sobre SAN para o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) elaborado e publicado	Caderno publicado	1	-	-		5131	Ação não orçamentária
6.3	Cantinas escolares saudáveis	Curso autoinstrucional EAD para qualificação de atores estratégicos sobre cantinas escolares saudáveis ofertado	Número de pessoas com curso concluído	1.000	1.000	1.000	MS	5133	20QH
6.4	Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB)	Curso EAD de formação de tutores da EAAB para profissionais da Atenção Primária à Saúde ofertado	Número de tutores formados	750	750	0	MS	5133	20QH

Estratégia Intersetorial 1: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para combater todas as formas de má nutrição

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.4	Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB)	Curso EAD de qualificação sobre a implementação da EAAB para gestores municipais de saúde ofertado	Número de gestores municipais formados	750	750	0	MS	5133	20QH
		Cobertura da avaliação dos marcadores de consumo alimentar em crianças menores de dois anos acompanhadas pela Atenção Primária à Saúde (APS) ampliada	Percentual de crianças menores de dois anos acompanhadas com os marcadores de consumo alimentar avaliados na APS - meta cumulativa	27,90%	42,10%	63,40%			
		Mobilizações nacionais relacionadas à promoção da amamentação e doação de leite humano, como Dia Nacional de Doação de Leite Humano e Semana Mundial da Amamentação, realizadas	Número de mobilizações realizadas anualmente	2	2	2			

Estratégia Intersectorial 1: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para combater todas as formas de má nutrição

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.5	Estratégia de Apoio à Mulher Trabalhadora que Amamenta (EMTA)	Documento técnico orientativo sobre a implantação de salas de apoio à amamentação para a mulher trabalhadora que amamenta em Unidades Básicas de Saúde publicado	Documento Técnico publicado	1	-	-	MS	5133	Ação não orçamentária
		Curso de formação de tutores da EMTA nos estados brasileiros ofertado	Número de tutores formados	100	100	100		5119	21CE
		Salas de apoio à amamentação certificadas pelo Ministério da Saúde em empresas públicas e privadas ampliadas	Número de salas de apoio à amamentação certificadas pelo Ministério da Saúde em empresas públicas e privadas aumentadas em 30%	100	100	100			Ação não orçamentária
6.6	Estratégia Nacional de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para juventudes	Cidades apoiadas para implementação da estratégia com ações de educação alimentar e nutricional para juventude rural	Número de cidades apoiadas - meta cumulativa	1	30	61	MDS SG SNJ	5133	2784

Estratégia Intersectorial 1: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para combater todas as formas de má nutrição

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.7	Formação profissional para Educação Alimentar e Nutricional	Cursos autoinstrucionais sobre Educação Alimentar e Nutricional ofertados para diferentes públicos, na modalidade teleeducação	Cursos disponibilizados - meta cumulativa	1	2	-	MDS	5133	2784
6.8	Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC)	Ampliação em 5% de Hospitais Amigos da Criança habilitados	Número de Hospitais Amigos da Criança habilitados	16	16	16	MS	5119	8585
		Curso de formação de avaliadores da IHAC nos estados brasileiros ofertado	Número de profissionais de saúde qualificados no curso	140	140	140	MS	5119	21CE
6.9	Marco de Referência de Cultura Alimentar para Políticas Públicas	Marco de Referência de Cultura Alimentar elaborado e publicado	Marco elaborado e publicado	1	-	-	Caisan MINC	5133	Ação não orçamentária
6.10	Plataforma Digital de Educação Alimentar e Nutricional	Rede virtual Ideias na Mesa redesenhada e disponibilizada	Plataforma disponibilizada	1	-	-	MDS	5133	2784
6.11	Prevenção de deficiências de micronutrientes	Atos normativos dos Programas Nacionais de Suplementação de Micronutrientes atualizados	Atos Normativos Publicados	2	-	-	MS	5133	Ação não orçamentária

Estratégia Intersectorial 1: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para combater todas as formas de má nutrição

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.11	Prevenção de deficiências de micronutrientes	Programas de Suplementação Profilática de Micronutrientes para crianças e gestantes acompanhadas pela Atenção Primária à Saúde em Unidades da Federação prioritárias implementados	Número de UF prioritárias com Programas de Suplementação Profilática de Micronutrientes implementados	21	21	21	MS	5117	4368
		Curso autoinstrucional EAD sobre Suplementação de Micronutrientes na Atenção Primária à Saúde ofertado	Número de profissionais que concluíram curso autoinstrucional sobre os programas nacionais de suplementação de micronutrientes	55.000	45.000	-		5133	20QH
		Comissão Interinstitucional para Acompanhamento e Monitoramento das Ações de Fortificação de Alimentos Estratégicos para Prevenção e Controle de Deficiências de Micronutrientes instituída	Ato Normativo publicado	1	-	-			Ação não orçamentária
		Monitoramento da fortificação de alimentos estratégicos para prevenção e controle de deficiências de micronutrientes realizado	Relatórios dos Programas Nacionais de Monitoramento de Alimentos (Pronamas) publicados	-	1	1	ANVISA		Ação não orçamentária

Estratégia Intersectorial 1: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para combater todas as formas de má nutrição

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.12	Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	Recomendações nutricionais para o Programa de Alimentação do Trabalhador atualizadas	Ato Normativo publicado	1	-	-	MS MTE	5133	Ação não orçamentária
6.13	Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Sistema Prisional	Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Sistema Prisional publicado	Ato normativo publicado	1	1	-	MDS MJSP	5133	Ação não orçamentária
6.14	Programa Saúde na Escola (PSE)	Escolas aderidas ao Programa Saúde na Escola (PSE), com atividades coletivas sobre o tema alimentação saudável realizadas	Percentual de escolas aderidas ao PSE com atividades coletivas sobre o tema alimentação saudável realizadas meta cumulativa	39,5%	47,6%	55%	MS	5133	20QH
6.15	Proteção Legal da Alimentação – Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância (NBCAL)	Profissionais de saúde mobilizados e qualificados sobre a NBCAL, por meio de articulação com os conselhos profissionais	Número de profissionais de saúde qualificados	60	60	60	MS	5119	Ação não orçamentária

Estratégia Intersectorial 1: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para combater todas as formas de má nutrição

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.15	Proteção Legal da Amamentação – Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância (NBCAL)	Curso de formação na NBCAL nos estados brasileiros, no âmbito do SUS, ofertado	Número de profissionais de saúde qualificados	100	100	100	MS	5119	21CE
6.16	Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (BLH-BR)	Autossuficiência dos Bancos de Leite humano monitorada	Percentual de BLH autossuficientes	100%	100%	100%	MS	5119	21CE
		Ampliação do volume de leite humano coletado anualmente	Percentual de aumento da coleta de leite humano	5%	5%	5%			
6.17	Vigilância Alimentar e Nutricional	Cobertura do estado nutricional de indivíduos acompanhados pela Atenção Primária à Saúde ampliada	Percentual de indivíduos com estado nutricional avaliado na Atenção Primária à Saúde – meta cumulativa	39,80%	41,80%	43,50%	MS	5133	20QH
		Cobertura dos marcadores do consumo alimentar de indivíduos acompanhados pela Atenção Primária à Saúde ampliada	Percentual de indivíduos com os marcadores de consumo alimentar avaliados na Atenção Primária à Saúde – meta cumulativa	3,40%	3,60%	3,70%			

Estratégia Intersectorial 1: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para combater todas as formas de má nutrição

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.17	Vigilância Alimentar e Nutricional	Cobertura do estado nutricional de adolescentes acompanhados pela Atenção Primária à Saúde ampliada	Percentual de adolescentes com estado nutricional avaliado na APS - meta cumulativa	38,00%	51,00%	68,50%	MS	5133	20QH
		Cobertura dos marcadores de consumo alimentar de adolescentes acompanhados pela Atenção Primária à Saúde ampliada	Percentual de adolescentes com os marcadores de consumo alimentar avaliados na Atenção Primária à Saúde - meta cumulativa	5,50%	9,00%	14,50%		2302	
6.18	Aumentar o número de novos Serviços de Inspeção monitorados no Programa de Conformidade de Produtos de Origem Animal (PACPOA/SISBI)	Ampliar o número de serviços de inspeção estaduais, distrital, municipais e seus consórcios que integram o SISBI-POA na cobertura do Programa de Conformidade de Produtos de Origem Animal (PACPOA/SISBI), de forma a contribuir para o monitoramento do sistema	Percentual de novos Serviços de Inspeção estaduais, distrital, municipais e em consórcios públicos de municípios, integrantes do Sisbi-POA, incluídos no PACPOA/Sisbi	3	4	5	MAPA	2302	214W

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 2: ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO À OBESIDADE PARA BRASILEIRAS E BRASILEIROS

A Estratégia de Prevenção da Obesidade, produzida no âmbito da Caisan, trata a obesidade como um problema social, com abordagem intersetorial e interseccional. A Estratégia foi adicionada ao III Plansan, com o recorte de algumas de suas iniciativas, em especial as que guardam relação direta com o anúncio 6 e possibilitam o seu alcance.

Estratégia Intersetorial 2: Estratégia de Prevenção à Obesidade para Brasileiras e Brasileiros									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.19	Ações de desestímulo ao consumo de alimentos ultraprocessados	Diretrizes e recomendações elaboradas para a restrição da compra e oferta de alimentos ultraprocessados nos equipamentos de SAN	Documento publicado	1	-	-	MDS	5133	2784
		Normativas sobre a regulação e restrição da publicidade de alimentos ultraprocessados elaboradas	Projeto de Lei modelo elaborado	1	-	-	MDS MJSP		
		Campanhas nacionais de proteção contra o consumo de ultraprocessados na infância	Número de campanhas realizadas	1	1	1	MDS MS		
		Paineis de indicadores epidemiológicos atualizados para monitorar a comercialização e a propaganda de alimentos em ambientes alimentares escolares no Brasil	Paineis atualizados	1	-	-	MS		Ação não orçamentária

Estratégia Intersectorial 2: Estratégia de Prevenção à Obesidade para Brasileiras e Brasileiros

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.20	Ações de enfrentamento ao preconceito com pessoas com obesidade e estigma sobre corpo	Documento-síntese publicado sobre o consenso nacional a respeito do estigma sobre o corpo	Documento publicado	1	1	1	MDS	5133	2784
		Peça publicitária publicada a respeito do estigma sobre o corpo	Peça publicitária publicada	1	1	1			
		Curso de qualificação ofertado sobre a determinação sistêmica, interseccional e social da obesidade, com reflexão crítica sobre o modo de produção capitalista, o patriarcado, dominação científica e cultural eurocêntrica e a regulação moral de corpos e comportamento de consumo	Cursos ofertados	-	1	-			
		Fact Sheet disponibilizado para publicitários com recomendações não estigmatizantes sobre excesso de peso	Fact Sheet disponibilizado	-	1	-			

Estratégia Intersectorial 2: Estratégia de Prevenção à Obesidade para Brasileiras e Brasileiros

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.21	Nova Cesta Básica de Alimentos (Decreto nº 11.936/2024)	Ato normativo publicado com orientação para compras públicas no executivo federal com base na cesta básica	Ato normativo publicado	1	-	-	MDS MGI	5133	2784
		Diretrizes para promoção da alimentação adequada e saudável em ambientes móveis publicada	Diretrizes publicadas	-	1	-	MDS		
		Estudo de avaliação realizado sobre o custo de uma alimentação adequada e saudável e o peso da compra de alimentos da cesta básica na renda da população mais pobre	Estudo publicado	1	-	-			
		Instrutivo sobre a composição da cesta básica de alimentos para programas de Segurança Alimentar e Nutricional, com base no Decreto nº 11.936/24	Documento publicado	1	-	-			
6.22	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Aquisição de alimentos in natura e minimamente processados para alimentação escolar ampliada	Percentual do valor gasto com aquisição de alimentos in natura e minimamente processados	75%	77%	80%	MEC/ FNDE	5636	00PI

Estratégia Intersectorial 2: Estratégia de Prevenção à Obesidade para Brasileiras e Brasileiros

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.22	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Escolas com estratégias e atividades de educação alimentar e nutricional (EAN) realizadas, centralizadas nos atores sociais envolvidos no PNAE	Número de escolas com ações realizadas	1.200	1.300	-	MEC/ FNDE	5133	00PI
6.23	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no ambiente de trabalho	Diretriz para a promoção da alimentação adequada e saudável, incluindo restrições à oferta e comercialização de produtos ultraprocessados em órgãos e entidades da administração federal, publicada	Diretriz publicada	-	1	-	MDS MS	5133	2784
6.24	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no ambiente escolar, incluindo escolas rurais e das comunidades e territórios de Povos e Comunidades Tradicionais	Estados apoiados para implementação do Decreto 11.821/2023, que trata de ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar	Número de estados apoiados	10	10	7	MDS	5133	2784

Estratégia Intersectorial 2: Estratégia de Prevenção à Obesidade para Brasileiras e Brasileiros

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.24	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no ambiente escolar, incluindo escolas rurais e das comunidades e territórios de Povos e Comunidades Tradicionais	Municípios do Alimenta Cidades apoiados para implementação do Decreto 11.821/2023, que trata de ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar	Número de municípios apoiados	20	20	20	MDS	5133	2784
		Materiais educativos de apoio à implementação do Decreto 11.821/2023, que trata de ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, elaborados e disponibilizados para estados e municípios	Número de materiais publicados	1	1	1			
		Comunidade escolar formada sobre o cultivo de hortas pedagógicas, práticas de jardinagem e a integração das hortas no currículo escolar	Número de formações realizadas	1	1	1	MDS MEC FNDE		

Estratégia Intersectorial 2: Estratégia de Prevenção à Obesidade para Brasileiras e Brasileiros

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
6.25	Promoção da mobilidade urbana e sustentável nas cidades para incentivo à práticas saudáveis	Municípios apoiados financeiramente para implementação de infraestrutura ciclovitária	Percentual de municípios brasileiros com investimento e financiamento em empreendimentos de mobilidade urbana	2,02%	2,70%	3,05%	MCID	2319	00TI
		Capacitação técnica sobre mobilidade urbana sustentável ofertada para gestores municipais	Número de municípios apoiados	42	69	69			00T0 00T3

ANÚNCIO 7	DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA GARANTIDO À POPULAÇÃO NEGRA, QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS COM ENFRENTAMENTO AO RACISMO, EQUIDADE DE GÊNERO, RESPEITO E VALORIZAÇÃO DE SEUS MODOS DE VIDA, TERRITÓRIOS E CULTURAS ALIMENTARES
Desafios	I. Garantir a segurança alimentar e nutricional da população negra, quilombolas, indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais, com apoio à agricultura familiar, à aquisição e distribuição de alimentos culturalmente adequados em situações de vulnerabilidade, com transferência de renda e com acesso à água, ao saneamento ambiental e à energia elétrica
	A segurança alimentar e nutricional de indígenas, quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais deve levar em consideração as políticas de apoio à produção agrícola familiar e tradicional e a garantia de acesso à alimentação, em especial ante a recorrência de eventos climáticos extremos, de conflitos por terra e outras situações que agravam as condições de vida dessas populações. Do ponto de vista das políticas públicas, um esforço recente tem sido feito para não apenas ampliar a cobertura delas para população negra, indígenas, quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais, mas, ainda, para gerar informações que deem visibilidade à participação delas nas políticas. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2024, teve 13% dos fornecedores pertencentes a povos indígenas e povos comunidades tradicionais. O Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-BIO), ao longo de 2023, atendeu a 14,8 mil famílias extrativistas, adquirindo 16,9 mil toneladas de produtos. Essas iniciativas são exemplo de como as políticas públicas podem contribuir para a garantia da segurança alimentar de indígenas, quilombolas e PCTs por meio do apoio à produção. Do ponto de vista da distribuição de alimentos a tais populações em contextos de vulnerabilidade, a Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) registrou a entrega de mais de 1 milhão de cestas em 2024: deste total, 750 mil foram destinadas a Povos e Comunidades Tradicionais. Do ponto de vista da garantia de renda, avanços importantes foram realizados nos últimos dois anos em favor dos povos e comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. Um esforço direcionado de Busca Ativa, realizado a partir dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) com cofinanciamento do MDS, aumentou o número de famílias indígenas, quilombolas e de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE) incluídas no CadÚnico e com acesso a benefícios do PBF de janeiro de 2023 a outubro de 2024: entre as indígenas, o número de famílias inscritas subiu de 237,2 para 296,3 mil, e o número das que recebem o PBF cresceu de 188,1 para 233,7 mil; entre as quilombolas, o crescimento foi de 292,1 para 370,5 mil de inscritas e de 209,9 para 265,8 mil para as beneficiárias do PBF; entre as famílias classificadas como GPTE (que reúnem, entre outras categorias, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares e assentados), o aumento foi de 4,3 para 4,9 milhões entre inscritas e de 3,1 para 3,5 milhões para as que recebem PBF. Cerca de 35 milhões de famílias negras estavam inscritas no CadÚnico em outubro de 2024, com 19,3 milhões delas tendo acesso ao PBF. Outros indicadores, contudo, relativos ao acesso à água e à energia elétrica, mesmo resguardadas as especificidades de indígenas, quilombolas e PCTs, denotam ainda um quadro de insuficiência e precariedade em outubro de 2024: entre famílias indígenas inscritas no CadÚnico, 1/3 não tem energia elétrica e quase metade não tem água canalizada; entre as quilombolas, 15% não têm eletricidade e 4 em cada 10 não têm água canalizada; entre as famílias GPTE, 14% não têm acesso à energia elétrica e 2/5 não têm água canalizada. Esse cenário complexo, em que se entrecruzam várias dimensões socioeconômicas e que reclama uma atuação intersetorial das políticas públicas, mostra que a garantia da segurança alimentar e nutricional de pessoas negras, indígenas, quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais continua a ser um grande desafio, apesar dos avanços realizados.

ANÚNCIO 7	DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA GARANTIDO À POPULAÇÃO NEGRA, QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS COM ENFRENTAMENTO AO RACISMO, EQUIDADE DE GÊNERO, RESPEITO E VALORIZAÇÃO DE SEUS MODOS DE VIDA, TERRITÓRIOS E CULTURAS ALIMENTARES
	II. Qualificar a gestão pública e as políticas públicas para combater o racismo e o desrespeito aos modos tradicionais de vida da população negra, quilombolas, indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais. Uma das manifestações do racismo institucional diz respeito à invisibilidade da questão racial nas práticas institucionais, tanto na construção de políticas, programas e normativos, quanto na rotina da gestão pública. Ao não considerar os modos de vida de povos e comunidades negras, indígenas e tradicionais, as políticas públicas reproduzem o racismo, reforçam o isolamento desses povos e deixam de ter aderência à realidade que pretendem transformar. A escassez de dados específicos que identifiquem povos e comunidades negras, indígenas e tradicionais nas bases de programas e políticas públicas, bem como nas pesquisas oficiais, agrava esse processo de invisibilização e exclusão na esfera institucional. III. Promover políticas públicas de SAN que consideram as especificidades locais, os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais, bem como a importância dos ecossistemas onde vivem. Tanto do ponto de vista da produção quanto do acesso a alimentos, as políticas de segurança alimentar e nutricional voltadas à população negra, quilombolas, indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais devem respeitar os conhecimentos específicos, as formas de produzir e consumir alimentos e suas relações com o ambiente onde vivem. Políticas públicas que não levam em consideração esse princípio podem não apenas contribuir para dismantelar os modos tradicionais de vida, promovendo práticas desenraizadas da experiência e da identidade desses sujeitos, como ainda acabam por não beneficiá-los, empregando instrumentos e exigências normativas que não se aplicam à realidade deles. Dessa perspectiva, tem sido importante que políticas como o PAA e o Pronaf continuem a adotar medidas para ampliar a participação desses sujeitos entre seus beneficiários. Em relação ao Pronaf, vale destacar a abertura da linha Pronaf A. Em relação ao PAA, a criação do PAA Indígena e do PAA Quilombola, com o objetivo de desburocratizar o processo de compra da produção e de entrega de alimentos para esses povos e comunidades, acarretou, no final de 2024, um aumento para 15% da participação indígenas e quilombolas entre os fornecedores de alimentos para o programa. Esse resultado indica como a criação de modalidades adaptadas a esses públicos nas políticas públicas de SAN tende a ser mais efetiva que a imposição de critérios de participação que não dialogam com as especificidades dos PCTs.

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 1: AGENDA DE COMBATE À FOME COM FOCO EM RAÇA E GÊNERO

A agenda de Combate à Fome com foco em raça e gênero foi estabelecida em Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Igualdade Racial (MIR) cujo objetivo é alcançar a equidade de raça e gênero, por meio da inclusão socioeconômica, da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, da implementação de políticas de cuidados e de ações de fortalecimento do cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais Específicos e vulnerabilizados no CadÚnico, e de ações para a proteção social, articuladas ao Sistema Único de Assistência Social. Para efeitos da estratégia intersectorial presente no Plansan, foram selecionadas algumas iniciativas contidas neste ACT e que colaboram para o alcance do anúncio 5.

Estratégia Intersectorial 1: Agenda de Combate à Fome com foco em raça e gênero									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.1	Ações afirmativas para ingresso de pessoas negras no serviço público	Bolsas de preparação para ingresso nos cargos efetivos do serviço público federal concedidas	Número de bolsas concedidas	4	4	4	MIR	5804	21FB
		Ocupação de pessoas negras em cargos, em comissão e em funções de confiança no Executivo Federal ampliados	Percentual de pessoas negras em cargos em comissão e função de confiança	30%	30%	30%			
		Formação continuada para lideranças negras no serviço público federal e número de servidores(as) negros(as) com qualificação para cargos de liderança ampliados	Percentual ampliado de servidores(as) formados(as) em relação ao ano anterior	40%	50%	60%			

Estratégia Intersectorial 1: Agenda de Combate à Fome com foco em raça e gênero

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.2	Ações afirmativas para o ingresso de pessoas negras em postos de trabalho da iniciativa privada	Parcerias firmadas com setor privado para incentivar a presença de pessoas negras no mercado de trabalho	Número de parcerias firmadas	5	6	7	MIR	5804	21FB
		Parcerias firmadas com instituições privadas para a formação de pessoas negras, visando a ascensão na ocupação de cargos de gestão, coordenação, gerência e alta administração		5	6	7			
		Parcerias firmadas para a promoção de empreendimentos de pessoas negras		5	6	7			

Estratégia Intersectorial 1: Agenda de Combate à Fome com foco em raça e gênero

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.3	Estudos, pesquisas e diagnósticos para aprimorar o atendimento e o acesso das mulheres negras quilombolas, de Povos e Comunidades Tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos às políticas públicas de SAN	Boletim anual com identificação de famílias em INSAN publicado a partir do CadÚnico, com recorte de cor, raça e gênero	Boletim publicado	1	1	1	MDS	5133	215I
7.4	Letramento étnico-racial para gestores/as e trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)	Gestores do MDS e de políticas públicas articulados pela Caisan formados na temática étnico-racial com foco em atendimentos às mulheres negras	Número de ações de formação realizadas	3	3	3	MDS MIR	5804	21FE

Estratégia Intersectorial 1: Agenda de Combate à Fome com foco em raça e gênero

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.5	Mapeamento e premiação de ações de combate à fome lideradas por mulheres negras	Iniciativas de combate à fome lideradas por mulheres negras mapeadas, através da Plataforma Brasil Participativo, e premiadas	Número de iniciativas premiadas	5	5	5	MDS	5133	2151
7.6	Inclusão socioeconômica, geração de emprego e renda para mulheres negras	Qualificação e capacitação profissional com foco na geração de renda e no acesso ao mercado de trabalho para mulheres jovens negras em situação de vulnerabilidade, violência e insegurança alimentar em territórios periféricos urbanos e rurais	Número de mulheres jovens negras qualificadas	-	367	-	MM	5663	21GG
7.7	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Participação da população negra como beneficiários fornecedores do PAA ampliada	Percentual da população negra como beneficiários fornecedores	33,00%	36,00%	40,00%	MDS	5133	2798
7.8	Programa de Fortalecimento Emergencial do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social (PROCAD-SUAS)	Oficina sobre busca ativa realizada em parceria com os estados	Número de oficinas realizadas por ano	2	2	2	MDS	5131	6414

Estratégia Intersectorial 1: Agenda de Combate à Fome com foco em raça e gênero

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.9	Programa Fomento Rural	Famílias rurais pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais atendidas com acompanhamento social, produtivo e transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis	Número de famílias de Povos e Comunidades Tradicionais atendidas	5.000	5.000	5.000	MDS	5133	20GD
7.10	Programa Mulheres Mil	Trabalhadoras domésticas e de cuidados inseridas em cursos do Projeto “Mulheres Mil: Trabalho Doméstico e Cuidado” (Formação Inicial e Continuada - FIC e de educação profissional técnica de nível médio) com auxílio transporte e alimentação	Número de mulheres que concluíram os cursos do Mulheres Mil	900	-	-	MDS MEC	5501	21FQ
7.11	Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana	Territórios tradicionais com tecnologia social (sisteminhas) e hortas comunitárias implantadas	Número de sisteminhas implantados	100	100	100	MDS	5133	8458
7.12	Política Nacional Cultura Viva e Política Nacional Aldir Blanc	Pontos de Cultura com ações estruturantes voltadas à gênero, diversidade, combate ao racismo e grupos vulnerabilizados, fomentados	Número de Pontos de Cultura fomentados	1000	1500	2000	MINC	5125	20ZF

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 2: PROGRAMA AQUILOMBA BRASIL

O Programa Aquilomba Brasil reúne um conjunto de medidas intersetoriais voltadas à promoção dos direitos da população quilombola com ênfase em quatro eixos temáticos: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; e direitos e cidadania. Recortamos algumas iniciativas desse programa para compor uma estratégia intersetorial dentro do III Plansan.

Estratégia Intersectorial 2: Programa Aquilomba Brasil									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.13	Divulgação dos saberes, fazeres e patrimônio material e imaterial dos quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos	Catálogo de divulgação elaborado e publicado	Número de catálogos publicados	1	1	1	MIR PNUD	5802	21FE
7.14	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ)	Planos locais de gestão territorial e ambiental de Territórios Quilombolas elaborados	Número de Planos elaborados	2	2	2	MIR	5802	21FE
7.15	Política Nacional de Saúde Integral da População Quilombola	Política formulada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)	Normativa publicada	1	-	-	MS	5119	Ação não orçamentária

Estratégia Intersectorial 2: Programa Aquilomba Brasil

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.16	Prêmio das organizações guardiãs da biodiversidade – Programa Nacional de Repartição de Benefícios	Comunidades quilombolas selecionadas pelas melhores experiências de proteção do conhecimento tradicional associado, com base na trajetória das organizações e no seu tempo de permanência de atividade na proteção da sociobiodiversidade	Número de comunidades quilombolas selecionadas e premiadas em R\$ 45 mil	5	-	-	MMA	1189	FNRB
7.17	Programa Cisternas	Comunidades Quilombolas definidas como público prioritário do Programa – Tecnologias sociais implantadas em comunidades quilombolas	Número de cisternas implantadas e famílias quilombolas atendidas	2500	5000	2500	MDS	5133	8948
7.18	Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde)	Territórios quilombolas contemplados com o programa	Número de territórios recebendo benefício	3	a definir	a definir	MMA	1189	20VP
7.19	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Quilombola	Estados com limites financeiros estabelecidos para aquisição de alimentos exclusivamente dos beneficiários fornecedores pertencentes a comunidades quilombolas	Número de fornecedores cadastrados nas propostas	6.000	6.500	7.000	MDS	5133	2798

Estratégia Intersectorial 2: Programa Aquilomba Brasil

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.19	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Quilombola	Estados com limites financeiros estabelecidos para aquisição de alimentos exclusivamente dos beneficiários fornecedores pertencentes a comunidades quilombolas	Toneladas de alimentos comprados de fornecedores quilombolas	7,2 mil toneladas	8 mil toneladas	8,5 mil toneladas	MDS	5133	2798
7.20	Programa Fomento Rural	Famílias quilombolas atendidas com acompanhamento social, produtivo e transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis	Número de famílias quilombolas atendidas	2.500	2.500	2.500	MDS	5133	20GD
7.21	Projeto Gef Fitoterápicos	Comunidades quilombolas com planos de ação elaborados para uso sustentável, acessível e inovador da biodiversidade associado às cadeias de valor fitoterápicos	Número de comunidades apoiadas	12	-	-	MMA	1189	GEF

Estratégia Intersectorial 2: Programa Aquilomba Brasil

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.22	Promoção do desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiros, Quilombolas e Ciganos do Brasil	Editais de fomento publicados como forma de incentivar práticas agroecológicas, fornecimento energético, saneamento, soberania alimentar, valorização cultural e social, saberes e fazeres de quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos	Número de editais publicados	4	6	8	MIR Fiocruz	5802	2IFE
		Planos locais de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola elaborados	Número de planos elaborados	2	2	2			
7.23	Reconhecimento, titulação e regularização de Territórios Quilombolas	Imóveis incidentes em territórios quilombolas declarados de interesse social indenizados	Hectares desapropriados	5.554,17	-	-	Incra	5136	2IFE
		Agenda Nacional de Titulação de Territórios Quilombolas outorgada	Número de Termos de Autorização de uso Sustentável (TAUS) coletivos outorgados	5	10	15	MGI	2301 5802	Ação não orçamentária
			Número de Termos de Autorização de uso Sustentável (TAUS) individuais outorgados	10	15	20			

Estratégia Intersetorial 2: Programa Aquilomba Brasil

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.23	Reconhecimen- to, titulação e regularização de Territórios Quilombolas	Agenda Nacional de Titulação de Territórios Quilombolas outorgada	Agenda outorgada	1	1	1	MIR Fiocruz	5802	21FE
		Territórios quilombolas reconhecidos para regularização fundiária	Número de portarias de Reconhecimento de Territórios Quilombolas publicadas	50	50	50	Inkra	5136	210Z
		Territórios quilombolas identificados e delimitados	Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) publicados	40	70	111			
		Áreas tituladas para comunidades quilombolas, a fim de garantir o direito à terra e o respeito ao vínculo com a cultura e ancestralidade	Hectares de área titulada	16.000	30.000	35.700	Inkra parcei- ros: MDA e MIR		
		Decretos Declaratórios de Interesse Social para territórios quilombolas publicados	Número de decretos declaratórios publicados	50	50	50	MDA Inkra parceiro: MIR		
7.24	Certificação de Comunidades Quilombolas	Comunidades remanescentes de quilombos certificadas, permitindo acesso a políticas públicas, como regularização fundiária, infraestrutura e inclusão socioproductiva	Número de comunidades certificadas	100	200	300	FCP/ MINC	5125	20ZF

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 3: SAN PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Esta estratégia é composta por programas e políticas públicas que, de forma intersetorial, buscam promover a segurança alimentar e nutricional de Povos e Comunidades Tradicionais, garantindo a preservação da cultura, a diversidade dos seus modos de vida e a proteção dos seus territórios.

Estratégia Intersetorial 3: SAN para Povos e Comunidades Tradicionais									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.25	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)	CAF emitido para quilombolas, indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais	Número de registros do CAF para quilombolas, indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais	194.515	213.966	235.363	MDA	1191	210V
7.26	Fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade	Organizações socioprodutivas de Povos e Comunidades Tradicionais apoiadas na estruturação de cadeias de produtos da sociobiodiversidade	Número de organizações socioprodutivas comunitárias atendidas - metas cumulativas	400	800	1000	MMA	1189	21F2
7.27	Plano Nacional da Pesca Artesanal	Plano Nacional da Pesca Artesanal elaborado	Documento publicado	1	-	-	MPA	5801	20Y1
7.28	Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais elaborado através de consultas regionais aos representantes do CNPCT e organizações de Povos e Comunidades Tradicionais	Plano publicado	1	-	-	MMA	1189	21F2

Estratégia Intersectorial 3: SAN para Povos e Comunidades Tradicionais

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.29	Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos	Campanhas nacionais realizadas para promoção dos direitos, informação e valorização das histórias e das culturas dos Povos Ciganos no Brasil	Número de Campanhas realizadas	1	1	1	MIR	5802	2IFE
		Cursos de formação ofertados para gestores(as) e servidores(as) públicos acerca dos direitos dos povos ciganos	Número de cursos realizados	1	1	1			
7.30	Plano Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Terreiros	Materiais informativos elaborados e incorporados a ações de formação permanente do SUS, Suas e Sisan	Número de materiais produzidos	1	1	1	MIR e MDS	5802	2IFE
		Oficinas realizadas para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros acerca de políticas públicas assistenciais e direitos sociais e previdenciários para as pessoas idosas e pessoas com deficiência	Número de oficinas realizadas	5	a definir	a definir	MIR		
		Edital Sabores e Saberes: Comida de Terreiro publicado	Número de terreiros contemplados	120	-	-	MIR MINC/ FCP		

Estratégia Intersectorial 3: SAN para Povos e Comunidades Tradicionais

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.31	Planos de Gestão ambiental e territorial	Termos de compromissos firmados para elaboração de instrumentos de gestão socioambiental nos territórios	Número de termos de compromisso firmados	29	32	35	MMA ICMBio	1189	21F2
7.32	Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio)	Extrativistas com acesso ampliado à PGPMBio	Número de extrativistas amparados	14.000	15.800	17.000	Conab MDA	1191	00GW
7.33	Programa Cozinha Solidária	Cozinhas solidárias que atendem PCTs apoiadas	Número de Cozinhas Solidárias apoiadas	150	175	200	MDS	5133	8929
7.34	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Participação de Povos e Comunidades Tradicionais como beneficiários fornecedores do PAA ampliada	Percentual de Povos e Comunidades Tradicionais como beneficiários fornecedores	4%	6%	8%	MDS Conab	5133	2798
7.35	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Indicador para monitoramento da participação de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) como beneficiários fornecedores do PNAE criado	Indicador de aquisição de alimentos da agricultura familiar provenientes de PCT desenvolvido e monitorado	0	1	1	MEC FNDE	5636	Ação não orçamentária

Estratégia Intersectorial 3: SAN para Povos e Comunidades Tradicionais

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.36	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) – ATER com diretriz agroecológica para agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas, com atenção especial a mulheres e jovens	ATER diferenciada, qualificada e continuada para famílias quilombolas, indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais, considerando suas especificidades	Número de famílias atendidas	10.000	15.000	13.000	MDA parceiros: Anater, MDS, MIR, MPI, MMA, ICMBio, MPA, MCTI	1191	21B6
7.37	Programa Povos da Pesca Artesanal	Territórios pesqueiros reconhecidos	Número de territórios recebendo benefício	0	15	10	MPA	5801	20Y1
7.38	Regularização Fundiária	Cartografias sociais produzidas para direcionar a regularização fundiária dos territórios de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros em áreas públicas	Base de dados nacional atualizada	1	1	1	MIR	5802	21FE

Estratégia Intersectorial 3: SAN para Povos e Comunidades Tradicionais

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.39	Selos de Origem	Produção de quilombolas, de indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais registrada com selo de origem	Número de selos de origem emitidos	10	15	20	MDA	5136	21GB
7.40	Política Nacional Aldir Blanc e Política Nacional Cultura Viva	Pontos de cultura alimentar de base comunitária e agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares	Número de Pontos de Cultura Alimentar fomentados	400	800	1200	MINC	5125	20ZF
7.41	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial	Identificação, reconhecimento e apoio e fomento com vistas à promoção e sustentabilidade de bens culturais de natureza imaterial relacionados a práticas alimentares tradicionais	Número de ações realizadas	3	8	8	IPHAN/ MINC	5125	20ZF

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 4: SAN PARA POVOS INDÍGENAS

Esta estratégia reúne um conjunto de iniciativas voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada aos povos indígenas, tendo como princípio o respeito a sua autodeterminação. Incorpora questões estruturais, como a garantia do território e sua proteção, e ações e equipamentos que colaboram com o acesso à alimentação adequada.

Estratégia Intersetorial 4: SAN para povos indígenas									
Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.42	Comitê intersetorial para promoção de políticas públicas de proteção social para povos indígenas	Protocolo de atuação integrada do MDS, FUNAI, MPI, SESAI/MS no contexto indígena definido e implementado	Protocolo elaborado	1	-	-	MPI FUNAI MDS MS FNDE	5133	2151
7.43	Compras Públicas de alimentos	Participação ampliada dos povos indígenas como fornecedores dos programas de compra institucional de alimentos com base na Nota Técnica MPF 03/2020 (CatraPovos)	Quantidade de comunidades indígenas participantes	Construir linha de base	aumen- tar 10%/ ano	aumen- tar 20%/ ano	MDA e MDS	5133	2798
		Oficinas visando à qualificação de indígenas para acesso ao PAA, PNAE e PGPMBio realizadas	Número de oficinas realizadas - metas não cumulativas	6	8	10	FUNAI	1617	20UF
7.44	Demarcação de territórios indígenas	Territórios indígenas demarcados	Número de terras indígenas delimitadas	21	33	40	FUNAI	1617	20UF

Estratégia Intersectorial 4: SAN para povos indígenas

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.45	Desintrusão em Terras Indígenas	Ações de desintrusão em Terras Indígenas realizadas	Número de terras desintrusadas	sob de-manda	sob de-manda	sob de-manda	MPI	1617	21HW
7.46	Fomento à piscicultura e pesca artesanal na Terra Indígena Yanomami	Atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de piscicultura e pesca artesanal realizadas na Terra Indígena Yanomami (TIY) realizadas	Número de comunidades indígenas	5	5	-	MPA	5801	20UF
7.47	Formação na sociobioeconomia indígena	Eventos de formação em sociobioeconomia indígena realizados	Número de eventos realizados - metas não cumulativas	10	13	14	FUNAI	1617	20UF
7.48	Fortalecimento da Assistência ao pré-natal e acompanhamento do estado nutricional de gestantes indígenas	Consultas de pré-natal realizadas	Percentual de cobertura	50%	55%	60%	MS	5122	20YP
7.49	Fortalecimento da organização produtiva indígena	Fortalecimento e articulação de entidades indígenas gestoras de iniciativas econômicas comunitárias e redes de organizações produtivas indígenas apoiados	Número de organizações indígenas beneficiadas - metas não cumulativas	7	8	12	FUNAI	1617	20UF

Estratégia Intersectorial 4: SAN para povos indígenas

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.50	Grupo de Trabalho de Proteção Social dos Povos Indígenas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Instrumentos de proteção social adequados às especificidades dos povos indígenas com parâmetros específicos de cadastramento, acesso aos benefícios e serviços socioassistenciais e à alimentação	Parâmetros elaborados e disseminados	Elabora-ção de parâme-tros para acesso a serviços socioassis-tenciais.	Disse-mina-ção dos parâme-tros aos municí-pios com ações voltadas aos povos indígenas.	Reavalia-ção	MDS	5131	Ação não orçamentária
7.51	Infraestruturas de produção, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos e serviços da socio-biodiversidade indígena	Projetos de implantação e/ou adequação apoiados	Número de projetos apoiados - metas não cumulativas	200	300	400	FUNAI	1617	20UF
7.52	Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental de territórios tradicionais	03 Termos de Colaboração para Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental executados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Número de organizações de Povos e Comunidades Tradicionais atendidas quanto à gestão territorial e ambiental pelos Termos de Colaboração	-	6	-	MMA	1189	21F2

Estratégia Intersectorial 4: SAN para povos indígenas

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.53	Manejo e monitoramento participativo da biodiversidade em territórios indígenas	Inventários de fauna e flora, com foco nas espécies de uso agroalimentar, realizados, bem como ações de guarda, conservação, multiplicação e circulação de recursos genéticos, com a participação de indígenas	Número de iniciativas implantadas - metas não cumulativas	8	8	8	FUNAI	1617	20UF
7.54	Monitoramento da situação de segurança alimentar e nutricional de crianças indígenas	Estado nutricional das crianças indígenas de 0 a 6 anos acompanhado	Relatório divulgado	1	1	1	MDS MS	5122 5133	20UF
7.55	Plano de SAN no Território Indígena Yanomami	Alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) fornecidos aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas	Quilogramas de alimentos entregues	20.000	20.000	20.000	MDS	5133	2792
		Cestas de Alimentos compostas de alimentos adequados à cultura alimentar Yanomami distribuídas	Cestas de alimentos entregues	120.000	96.000	60.000			

Estratégia Intersectorial 4: SAN para povos indígenas

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.55	Plano de SAN no Território Indígena Yanomami	Equipes de proteção social voltadas ao Território Yanomami com educadores pares em atuação nos municípios de Alto Alegre, Mucajaí, Iracema, Caracaraí, Amajari, Boa Vista, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira	Número de Equipes Volantes vinculadas aos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) com educador par atuando em território Yanomami	9	9	Reavaliação	MDS	5131	219E
		Ações de desintrusão em TIY realizadas	Novos garimpos contidos	Proteção da TIY	concluído	concluído	CASA CIVIL	1617	20UF
		Ações de desintrusão em TIY realizadas	Desintrusão mantida	não iniciado	Monitoramento e Vigilância TIY	Monitoramento e Vigilância TIY			
		Indígenas com toda a documentação necessária para acesso aos programas e políticas sociais	Ações/mutirões realizados, documentos/registros emitidos - metas não cumulativas	1	1	1	MDHC e FUNAI	5837	21G5

Estratégia Intersectorial 4: SAN para povos indígenas

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.55	Plano de SAN no Território Indígena Yanomami	kits de ferramentas, material de pesca e utensílios básicos distribuídos para implantação de roças tradicionais	Número de Kits de ferramentas, material de pesca e utensílios básicos entregues aos povos de recente contato acompanhados pela Funai - <i>metas não cumulativas</i>	700	700	700	FUNAI MDS	5133	20GD
		Sementes tradicionais, material propagativo e mudas distribuídas para plantio comunitário	Número de SAFs implantados	2	3	3	MDS Embrapa		
		Sistemas para produção de mudas implantados	Número de viveiros implantados	4	-	-	MDA Embrapa	1191	21B6
7.56	Planos de Segurança Alimentar e Nutricional para povos indígenas com maiores percentuais de desnutrição	Planos de SAN elaborados para povos prioritários definidos	Número de planos entregues	a definir	a definir	a definir	MPI CASA CIVIL MDS	5133	Ação não orçamentária
7.57	Programa Cozinha Indígena	Projeto de construção e funcionamento de cozinhas em áreas indígenas elaborado	Projeto elaborado	1	-	-	MDS	5133	8929

Estratégia Intersectorial 4: SAN para povos indígenas

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.58	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Indígena)	Alimentos produzidos pelos povos indígenas adquiridos e distribuídos pelo PAA nos territórios indígenas	Toneladas de alimentos produzidos pelos povos indígenas adquiridos e distribuídos pelo PAA nos territórios indígenas	3.000	3.500	4.000	MDS	5133	2798
		Participação dos povos indígenas ampliada como fornecedores do PAA	Número de indígenas fornecedores do PAA	2.000	2.200	2.500			
7.59	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Resolução PNAE publicada com redação específica para incentivar a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar provenientes de povos indígenas e comunidades tradicionais	Resolução publicada	1	-	-	MEC FNDE	5636	00PI
		Indicador para monitoramento da participação de povos indígenas como beneficiários fornecedores do PNAE criado	Indicador instituído	1	-	-			
		Alimentos produzidos pelos povos indígenas e comunidades tradicionais adquiridos pelo PNAE	Percentual da aquisição de gêneros alimentícios provenientes de povos indígenas e comunidades tradicionais	-	1%	2%			

Estratégia Intersectorial 4: SAN para povos indígenas

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.60	Projetos de transição agroecológica e produção sustentável em territórios indígenas	Projetos de transição agroecológica e/ou produção sustentável implementados em territórios indígenas	Número de projetos em implementação em territórios indígenas - metas não cumulativas	3	4	5	FUNAI	1617	20UF
7.61	Sistemas Alimentares Indígenas	Matriz para diagnóstico de sistemas alimentares indígenas elaborada e validada	Matriz elaborada e validada	1	-	-	MDS MS MPI Fundai	5133	2784
		Comunidades indígenas com sistemas alimentares diagnosticados	Número de comunidades indígenas com multiplicadores formados e planos de ação implementados	-	-	10			2798
7.62	SUAS indígena - Pére Ruramopou (povo protegido)	Casas de Passagem Indígena implementadas	Número de Casas de Passagem	9	9	Reavalia- ção	MDS	5131	219E
		Profissionais do Suas inseridos em processos de educação permanente em direção a um modelo de proteção social para povos indígenas	Número de municípios que passaram por processo de formação	9	9	9			

Estratégia Intersectorial 4: SAN para povos indígenas

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.62	SUAS indígena - Pére Ruramopou (povo protegido)	Profissionais do Suas inseridos em processos de educação permanente em direção a um modelo de proteção social para povos indígenas	Número de estados que passaram por processo de formação	2	2	2	MDS	5131	Ação não orçamentária
		Unidades de Proteção Social indígena (UPSI) implementadas	Número de UPSIs Implementadas	2	-	-			219E
7.63	Tecnologias sociais voltadas ao uso sustentável da agrobiodiversidade indígena	Tecnologias sociais implementadas	Número de tecnologias sociais em implementação	10	15	20	FUNAI	1617	8929
7.64	Vigilância Alimentar e Nutricional de crianças indígenas	Crianças indígenas menores de 1 ano com no mínimo 6 acompanhamentos alimentar e nutricional realizados	Percentual de cobertura - meta cumulativa	70%	75%	80%	MS	5122	20YP
		Crianças indígenas menores de 5 anos com acompanhamento da vigilância alimentar e nutricional	Percentual de cobertura - meta cumulativa	92%	94%	95%			

Estratégia Intersectorial 4: SAN para povos indígenas

Iniciativa		Entrega	Indicador	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
7.64	Vigilância Alimentar e Nutricional de crianças indígenas	Crianças indígenas menores de 5 anos com primeira consulta odontológica programática acompanhadas	Percentual de cobertura	0,30%	0,40%	0,50%	MS	5122	20YP
		Crianças indígenas menores de 1 ano com no mínimo 6 consultas de crescimento desenvolvidas	Percentual de cobertura - metas cumulativas	50%	55%	60%			
		Crianças indígenas menores de 06 meses que estão em aleitamento materno exclusivo acompanhadas	Percentual de cobertura	82%	82%	82%			
7.65	Política Nacional Cultura Viva e Política Nacional Aldir Blanc	Pontos de Cultura voltados à valorização e respeito à cultura dos povos indígenas fomentados	Número de Pontos de Cultura com ação estruturante de cultura e povos indígenas fomentados	100	200	300	MINC	5125	20ZF

ANÚNCIO 8	BRASIL ADOTA O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA) COMO PRINCÍPIO ORIENTADOR DA ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE SAN
Desafios	I. Aprimorar a atuação coordenada e intersetorial do governo brasileiro na implementação da cooperação internacional na área da Segurança Alimentar e Nutricional e nos espaços multilaterais e regionais que o Brasil participa.
	A SAN é pauta central da cooperação Sul-Sul brasileira, em todas as suas modalidades (bilateral, trilateral e em bloco), tendo como principais eixos de ação: i) o fortalecimento de Programas Nacionais de Alimentação Escolar; o ii) o fortalecimento da Agricultura Familiar; iii) a promoção de um sistema de proteção social inclusivo, com ênfase nos programas transferência de renda; e iv) a promoção da nutrição e de hábitos alimentares saudáveis. É importante ressaltar que os eixos são profundamente interligados e mantêm interfaces importantes com o diálogo político e ações de advocacy nesse tema. O sucesso das políticas públicas brasileiras nessa área tem contribuído significativamente para uma maior projeção do Brasil na cena internacional, o que, por sua vez, tem favorecido o aumento das demandas de cooperação oriundas de países do Sul. Nas últimas décadas, a cooperação Sul-Sul brasileira em SAN tem ampliado significativamente tanto a abrangência temática e geográfica da sua atuação quanto o número de parceiros nacionais e internacionais. Esta expansão e diversificação tem tornado urgente e necessária uma mais coerente e coordenada organização do conjunto de iniciativas brasileiras.
	II. Ampliar a participação social nos espaços internacionais de governança da Segurança Alimentar e Nutricional.
	O fortalecimento da participação social em espaços internacionais de governança da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um elemento estratégico para a promoção de uma agenda global inclusiva e sustentável. Ao ampliar esse apoio, o governo reconhece o importante papel que as organizações da sociedade civil desempenham na construção de políticas públicas que respeitem as especificidades locais e assegurem o DHAA. Dessa forma, há o desafio de patrocinar a participação ativa de representantes da sociedade civil em espaços como o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), e outros organismos internacionais como a CPLP. A presença ativa nesses espaços permite ao Brasil contribuir com sua experiência e, ao mesmo tempo, incorporar boas práticas globais, promovendo o diálogo entre nações e reforçando o compromisso com o combate à fome e à pobreza.
	III. Difundir o modelo brasileiro de governança intersetorial e participativa, como forma de estimular a constituição de espaços de concertação entre sociedade civil e poder público na construção de políticas de segurança alimentar e nutricional.
	O modelo brasileiro de governança intersetorial e participativa em Segurança Alimentar e Nutricional é reconhecido mundialmente por sua capacidade de articular diferentes setores do governo e a sociedade civil na construção de políticas públicas de combate à fome e à pobreza. Difundir esse modelo em outras nações representa uma oportunidade para fortalecer as bases democráticas da governança global e estimular a criação de espaços de concertação que aproximem o poder público das necessidades reais da população. Essa abordagem baseia-se na cooperação entre ministérios, governos estaduais e municipais, além da atuação ativa do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Ao estimular práticas participativas e intersetoriais, o governo brasileiro reforça a ideia de que a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar dependem de um esforço coletivo e contínuo.

	IV. Possibilitar o monitoramento da adesão e internalização pelo Brasil de documentos internacionais vinculantes e não vinculantes relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional e ao DHAA.
	Apesar de o Brasil ser um protagonista internacional em SAN, assumindo diversos compromissos, pactos e acordos com países e organismos internacionais, há ainda espaço para ampliar a divulgação desses acordos, permitindo o reconhecimento interno das ações do Brasil em âmbito nacional e internacional. O desafio, portanto, é estabelecer um mecanismo que permita aos gestores públicos e à sociedade civil acompanhar os compromissos assumidos, garantindo maior visibilidade e transparência das políticas públicas de SAN e fortalecendo o papel do Brasil no cenário internacional.

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL 1: AGENDA INTERNACIONAL DE SAN

Esta estratégia reúne ações que buscam aprimorar a atuação coordenada do país, no âmbito internacional, voltada à promoção e à defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional nos espaços multilaterais e regionais que o Brasil participa, bem como na implementação da cooperação internacional na área de SAN.

Estratégia Intersectorial 1: Agenda Internacional de San									
Iniciativa		Entrega	Indicador 2025	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
8.1	Cooperação Internacional para a Segurança Alimentar e Nutricional	Iniciativas e ações de Cooperação Sul-Sul (CSS) em negociação e em execução na área de SAN mapeadas, com a indicação de países, instituições parceiras e beneficiários	Documento publicado	1	-	-	MRE	2316	2533

Estratégia Intersetorial 1: Agenda Internacional de San

Iniciativa		Entrega	Indicador 2025	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
8.1	Cooperação Internacional para a Segurança Alimentar e Nutricional	Estratégia de cooperação Sul-Sul em SAN elaborada, contendo objetivos e resultados; modalidades de implementação e governança; responsabilidades das diferentes instituições envolvidas e mecanismos para a comunicação interna e externa	Documento de Estratégia de CSS em SAN elaborado e validado	-	1	-	MRE	2316	2533
		Comitê Consultivo da estratégia de cooperação Sul-Sul na área de SAN constituído, com escopo, atribuições e componentes definidos	Comitê Consultivo constituído	-	1	-			
		Planos de trabalho anuais para a implementação da estratégia de cooperação Sul-Sul na área de SAN elaborados	Número de planos de trabalho anuais elaborados	-	1	1			

Estratégia Intersectorial 1: Agenda Internacional de San

Iniciativa		Entrega	Indicador 2025	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
8.1	Cooperação Internacional para a Segurança Alimentar e Nutricional	Cooperações realizadas por meio de agências internacionais, mecanismos bilaterais e multilaterais e redes de países com foco em Guias Alimentares baseados no grau de processamento de alimentos e estratégias de superação das múltiplas formas de má nutrição	Número de cooperações realizadas	2	1	1	MS	5133	20QH
		Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) fortalecida enquanto espaço de governança regional de SAN	Número de reuniões do Conselho de SAN da CPLP (Consan) com participação brasileira	1	-	1	MDS MRE	5133 2316	215I 20X0
		Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (Esan) monitorada no Brasil	Relatório de monitoramento publicado	1	-	1	MDS SG-PR	5133	215I
		Laboratório de Políticas em Sistemas Alimentares implantado no âmbito da Cooperação Sul-Sul	Número de plataformas disponibilizadas	1	-	-	MDS		2784

Estratégia Intersectorial 1: Agenda Internacional de San

Iniciativa		Entrega	Indicador 2025	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
8.2	Atuação integrada do Brasil na Agenda Internacional de SAN	Recomendações para a elaboração e implementação do plano de trabalho anual da estratégia de CSS de SAN propostas pelo GT da Caisan criadas	Recomendação elaborada e enviada	-	1	1	Caisan	5133	2151
		Grupo de Trabalho Internacional da Caisan formalizado com caráter consultivo	Resolução publicada	1	-	-			
8.3	Internalização de documentos internacionais relacionados à SAN	Sistema de monitoramento da internalização de documentos internacionais vinculantes e não vinculantes implantado	Sistema de monitoramento criado e validado pela Caisan e tornado disponível em plataforma digital (website) para consulta pública	1	-	-	MRE	2316	2533 20WX
		Acervo constituído e atualizado com os principais documentos internacionais vinculantes e não vinculantes relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional	Acervo constituído com documentos listados e traduzidos	1	1	1			

Estratégia Intersectorial 1: Agenda Internacional de San

Iniciativa		Entrega	Indicador 2025	Meta			Respon-sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
8.3	Internalização de documentos internacionais relacionados à SAN	Materiais produzidos, traduzidos e divulgados sobre principais documentos internacionais relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional	Materiais produzidos, traduzidos e divulgados	2	2	2	MRE	2316	2533 20WX
8.4	Apoio à participação social nos espaços internacionais de governança da Segurança Alimentar e Nutricional	Modelo brasileiro de governança intersectorial e participativa inserido na Cesta de Políticas da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, como forma de estimular a constituição de espaços de concertação entre sociedade civil e poder público na construção de políticas de segurança alimentar e nutricional	Modelo do Sisan inserido na Cesta de Políticas	1	-	-	MDS SG-PR Consea	5133	215I
		Plataforma virtual instituída para fomentar redes e mecanismos de diálogo e colaboração entre organizações da sociedade civil, troca de melhores práticas e estratégias de advocacy	Funcionalidade na Plataforma Brasil Participativo Desenvolvida	25%	50%	100%	SG-PR	1149	2E24

Estratégia Intersectorial 1: Agenda Internacional de San

Iniciativa		Entrega	Indicador 2025	Meta			Respon- sável	Programa PPA	Ação Orçamentária
				2025	2026	2027			
8.4	Apoio à participação social nos espaços internacionais de governança da Segurança Alimentar e Nutricional	Plataforma virtual instituída para fomentar redes e mecanismos de diálogo e colaboração entre organizações da sociedade civil, troca de melhores práticas e estratégias de advocacy	Número de Organizações da Sociedade Civil Participantes em eventos internacionais de SAN	100	200	300	MDS MRE SG -PR Consea	1149	2E24
			Número de eventos internacionais de SAN com delegação brasileira composta por representantes da sociedade civil	2	2	2	MDS MRE SG -PR		

2. AÇÕES PROGRAMÁTICAS PARA O PPA 2028-2031

O III Plansan foi elaborado ao longo do ano de 2024, a partir das proposições da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em dezembro de 2023, quando a proposta do Plano Plurianual 2024-2027 já havia sido aprovada. Por essa razão, foram elaboradas proposições estratégicas para o próximo ciclo pactuadas intersectorialmente no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). O objetivo dessas orientações é fornecer subsídios para futuras revisões do PPA vigente, bem como para a formulação de programas e ações a serem incluídos no próximo PPA (2028-2031).

Espera-se, com isso, que essas orientações programáticas facilitem a transição entre os ciclos do PPA, fornecendo uma base para as instâncias do Sisan incidirem no processo de formulação do próximo plano plurianual, que ocorre nos primeiros meses de um novo governo e em período anterior à realização da próxima conferência nacional de SAN.

1. Avançar na pactuação e no cofinanciamento tripartite de programas e ações de segurança alimentar e nutricional e instrumentos voltados à qualificação da gestão e o controle social do Sisan com ampliação progressiva de recursos a ele destinado;
2. Manter e expandir o patamar de investimentos nos programas e ações com efetividade no combate à fome e promover medidas estruturantes e macroeconômicas capazes de impedir retrocessos, enfrentar as desigualdades e alcançar territórios e públicos vulnerabilizados.
3. Implementar o III Plano Nacional de Reforma Agrária, levando políticas sociais e de desenvolvimento agrário para os assentamentos rurais e ampliar o acesso à terra, à água e aos direitos territoriais para a agricultura familiar, população negra, povos indígenas, quilombolas e povos e comunidade tradicionais;
4. Fortalecer ações e medidas voltadas à redução do uso de agrotóxicos, a exemplo do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos – PRONARA .
5. Ampliar o conjunto de medidas de mitigação e adaptação que viabilizem a transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.
6. Promover a desconcentração ao longo de toda a cadeia de abastecimento e o apoio público à logística de distribuição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, população negra, indígena, quilombola e os Povos e Comunidades Tradicionais, garantindo a expansão da rede de abastecimento de alimentos saudáveis para as regiões periféricas, além de promover a articulação territorial dos equipamentos públicos e privados, por meio do Sisan, em consonância com o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar.
7. Implementar mecanismos de incentivo à aquisição de alimentos saudáveis da nova cesta básica, priorizando o pequeno varejo e a produção da agricultura familiar, população negra, povos indígenas, quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais;
8. Avançar no combate ao racismo estrutural e a todas as formas de discriminação que geram e reproduzem desigualdades nos sistemas alimentares e injustiça climática.
9. Fortalecer os espaços de governança democrática e participativa da segurança alimentar e nutricional no âmbito internacional e a prevalência do interesse público nos processos decisórios relativos aos sistemas alimentares.

3. GOVERNANÇA E MONITORAMENTO DO PLANSAN

A Secretaria Executiva da Caisan será responsável por apoiar a coordenação, execução, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do III Plansan, visto que, como previsto na Losan, a coordenação da política de SAN é responsabilidade da Caisan e o Plano é seu instrumento orientador. Para dar conta dessas tarefas, a Secretaria Executiva irá desenvolver, após consulta ao Consea, mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação envolvendo a participação dos responsáveis por estratégias intersetoriais preexistentes acionadas no Plano (Ex. Planab, Estratégia de PDA etc.) e ministérios/setores responsáveis por estratégias criadas especificamente para o III Plansan.

4. ANEXO – Correspondência com PPA 2024–2027 e Ação Orçamentária

Código Programa PPA	
0504	Ampliar o atendimento habitacional, sobretudo à população de baixa renda, em áreas urbanas e rurais
0902	Operações Especiais: Financiamentos com Retorno
1144	Agropecuária Sustentável
1149	Reconstrução, Ampliação e Aprofundamento da Participação Social e da Democracia
1189	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade
1191	Agricultura Familiar e Agroecologia
1617	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática
2301	Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento
2302	Defesa Agropecuária
2304	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social
2314	Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania
2315	Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo
2316	Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior
2317	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial
2321	Saneamento Básico
3101	Energia Elétrica
5111	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade
5112	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma
5117	Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde

Código Programa PPA

5119	Atenção Primária à Saúde
5122	Saúde Indígena
5125	Direito à Cultura
5127	Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único
5128	Bolsa Família: Proteção Social por meio da transferência de renda e articulação de políticas públicas
5129	Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no CadÚnico e Produção de Informações e Conhecimento
5131	Proteção Social pelo SUAS
5133	Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome
5136	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais
5501	Estruturação da Política Nacional de Cuidados
5602	Periferia Viva
5636	Abastecimento e Soberania Alimentar
5663	Autonomia Econômica das Mulheres
5801	Pesca e aquicultura Sustentáveis
5802	Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos
5804	Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo
5837	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações

Código Ação Orçamentária

00AF	Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)
00CW	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)
00CX	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009)
00CY	Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) (Lei nº 11.977, de 2009)

Código Ação Orçamentária	
00GW	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)
00H5	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade
00IN	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez
00PI	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)
00SJ	Benefícios Previdenciários
00SX	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado
00TO	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
00T3	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano
00TA	Apoio à Gestão e Implantação de Sistemas de Dessalinização de Águas Continentais e Marinhas (Programa Água Doce e Programa Doce Mar)
00TB	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica
00TI	Provisão de Habitação de Interesse Social
00TQ	Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos
00VD	Apoio ao Desenvolvimento e Implementação de Ações Estratégicas do Programa Periferia Viva
0281	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
0298	Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)
0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)
0359	Contribuição ao Fundo Garantia-Safra
0427	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas
0611	Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 10.437, de 2002)
0A81	Financiamento de Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Lei nº 10.186, de 2001)
0E64	Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei nº 11.977, de 2009)

Código Ação Orçamentária	
20GD	Inclusão produtiva rural
20GG	Promoção da Inclusão Socioeconômica de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade
20QH	Alimentação e Nutrição para a Saúde
20UF	Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas
20UP (000C)	Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva
20VP	Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - Bolsa Verde
20VP (02)	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável
20WX	Relações e Negociações Multilaterais
20X0	Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil
20Y0	Desenvolvimento da Aquicultura
20Y1	Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal
20Y7	Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar
20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena
20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira
20ZU	Fomento ao Setor Agropecuário
210V	Estruturação Produtiva, Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia
210W	Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais
210X	Apoio ao Desenvolvimento Territorial Sustentável
210Z	Identificação, Reconhecimento e Titulação de Territórios Quilombolas
211A	Consolidação de Assentamentos Rurais
211A (000A)	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamentos Produto Parcela supervisionada
2130	Formação de Estoques Públicos (AGF)
2137	Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários
214S	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Código Ação Orçamentária	
214W	Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária
215A	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária
215I	Consolidação Implantação do Sisan
216X	Funcionamento dos Conselhos e Comissões da Presidência da República
219A	Piso de Atenção Primária à Saúde
219A (0003)	Custeio de Atenção à Saúde Bucal
219E	Ações de Proteção Social Básica
21A9	Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana
21B4	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação
21B6	Assistência Técnica e Extensão Rural
21B9	Promoção e Fortalecimento da Comercialização, do Abastecimento, e do Acesso aos Mercados para a Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais
21BG	Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde
21CE	Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde
21F2	Gestão Socioambiental dos Recursos Naturais em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
21FB	Fomento das políticas de Ações Afirmativas
21FE	Apoio à Implementação de Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos
21FQ	Apoio à Formulação e Gestão da Política Nacional de Cuidados
21G5	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações
21GB	Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento e Acesso à Terra e ao Território dos Povos e Comunidades Tradicionais e Quilombolas
21GD	Reforma Agrária e Governança Fundiária
21GG	Igualdade de Direitos e Autonomia Econômica das Mulheres
21HW	Proteção aos Povos e Terras Indígenas
22101	Ministério da Agricultura e Pecuária – Administração Direta
2533	Cooperação Técnica Internacional

Código Ação Orçamentária	
2589	Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)
2784	Promoção do Consumo e de Ações de Alimentação Adequada e Saudável
2792	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos e a Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Advindas de Situações de Emergência ou Calamidade Pública
2798	Aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar para promoção da segurança alimentar
2E24	Gestão e Fomento da Participação e do Diálogo Social
4368	Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico
6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)
8442	Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família
8458	Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana
8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
8593	Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável
8606	Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica (Pró-orgânico)
8622	Promoção do Cooperativismo, Associativismo e Agroindústria para o Desenvolvimento Agropecuário e da Agricultura Familiar
8929	Apoio à Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos
8948	Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural
BNDES	Programas de Desenvolvimento Econômico
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
FBB	Fundação Banco do Brasil
FNDT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico
FNRB	Fundo Nacional de Repartição de Benefícios
GEF	Global Environment Facility
GIZ	Agência Alemã de Cooperação Internacional
LOA 427	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

ISBN 978-650160110-6



9

786501

601106



**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

